



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



ANDRÉA MARQUES ROSA EDUARDO

ESPERANTO? QUE LÍNGUA É ESSA?

**TRÊS LAGOAS – MS
2021**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



ANDRÉA MARQUES ROSA EDUARDO

ESPERANTO? QUE LÍNGUA É ESSA?

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Claudete Cameschi de Souza

**TRÊS LAGOAS – MS
AGOSTO/2021**



ANDRÉA MARQUES ROSA EDUARDO

ESPERANTO? QUE LÍNGUA É ESSA?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Claudete Cameschi de Souza

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Claudete Cameschi de Souza (Orientadora/UFMS) - Titular

Prof^ª Dr^ª Silvane Aparecida de Freitas (UEMS) - Titular

Prof^ª Dr^ª Fabiana Poças Biondo (UFMS) - Titular

Prof^ª Dr^ª Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento (UFMS) - Titular

Prof^º Dr^º Fabrício Tetsuya Parreira Ono (UFMS) – Titular

Prof^º Dr^º José Antônio de Souza (UEMS) – Suplente

Prof^º Dr^º Renato Rodrigues Pereira (UFMS) - Suplente

Três Lagoas, 06 de agosto de 2021

Ao movimento esperantista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Inteligência Suprema que, mesmo nos momentos de minha ausência de fé, esteve presente nos átomos que garantem a minha existência, subsistência e persistência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Três Lagoas, pelos conhecimentos que construí no doutorado.

À Profª Drª Claudete Cameschi de Souza, pelos dezessete anos de amizade, pelas orientações acadêmicas, pelas orientações para a vida e por me acompanhar e dar sustentação na realização de mais este trabalho. Obrigada por todas as vezes que me resgatou e por acreditar em mim.

Aos professores Drª Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, Drº Fabrício Tetsuya Parreira Ono pelas contribuições destinadas a este tese na qualificação e defesa e Drª Silvane Aparecida de Freitas e Drª Fabiana Poças Biondo pelas contribuições apresentadas na defesa.

Ao meu esposo Edson Vaz Eduardo por estar presente na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, até que o doutorado termine. Agradeço pelas noites que deixou de dormir para que eu pudesse ter um pouco de qualidade de vida nas viagens realizadas para o cumprimento de créditos do doutorado. Agradeço pela força e por sempre acreditar na minha capacidade.

Aos meus pais, Marilda e Laércio, pelo apoio que sempre me concederam. Só tive coragem de iniciar esta jornada acadêmica quando ao conversar com eles, me deram total apoio e segurança para que eu iniciasse.

À minha irmã Cíntia que, nos momentos mais difíceis, soube me ouvir e dar os conselhos certos. Agradeço as palavras que foram luzes em momentos escuros da minha vida.

À minha avó Júlia, por ter dedicado anos de sua vida a me fortalecer, me ajudando a construir a minha fé e por ser meu exemplo de leitora.

Ao esperantista Ataíde Godoi, da Sociedade Esperanto de Mato Grosso do Sul, que me presenteou com o livro “Bilinguismo: utopia ou solução?” que contribuiu para a construção do meu conhecimento sobre o Esperanto.

Às minhas amigas Ana Carla do Carmo Sena de Hungria, Elizandra Prates de Oliveira Miranda, Lise Rossi Jones Lima, que sempre me apoiaram em todos os momentos dessa trajetória, no trabalho, na vida, me fortalecendo para que eu pudesse persistir.

Ao amigo Tadeu Cândido Coelho Loibel pelo apoio e prazerosas conversas sobre Foucault, outras teorias e sobre a vida. Agradeço por citar o texto sobre utopia de Eduardo Galeano em uma de nossas conversas. Foi tão significativo, que o trago em epígrafe.

À amiga Tânia Mara Myiashiro Sasaki, pela amizade, pela companhia nas viagens de doutorado, pela parceria de trabalho, pelas conversas prazerosas, pelo apoio e força que sempre me deu. Agradeço a leitura atenta e considerações na correção do resumo em Inglês.

À amiga Michelle Mussato, pela amizade e apoio, pelas reflexões teóricas que fizemos tantas vezes em sala de aula ou por WhatsApp e pela leitura atenta que realizou deste trabalho. Agradeço por me encorajar sempre que eu estive aflita; por mostrar que as coisas sempre tem dois lados e que devemos focar no bom.

Ao amigo Flávio Faccioni pelos momentos divertidos, quando eramos vizinhos e, depois, nas viagens para o doutorado. Obrigada por me ajudar e apoiar e por tornar esses momentos mais leves.

Ao grupo de orientandos da Prof^a Claudete, Ághata, Anderson, Elizabeth, Flávio, Juliana, Michelle e Priscila, que ajudaram a me resgatar quando eu estive afastada do doutorado, acreditando em mim e me fortalecendo para o retorno.

À Evanilde Rossi Sandrão pela leitura atenta e pelas considerações na correção do resumo em Esperanto.

A todos que contribuíram de alguma forma com este trabalho e com o meu crescimento enquanto ser humano, a minha eterna gratidão.

*"A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."*

Eduardo Galeano

EDUARDO, Andréa Marques Rosa. *Esperanto? Que língua é essa?* Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021. 167 f. (Tese de Doutorado).

No meio linguístico, em que o “mito da língua universal e origem das línguas” é tão difundido, falar de línguas planejadas a partir da ciência tem sido um desafio, no Brasil. Dessa forma, poucos são os estudos científicos sobre o Esperanto, iniciado para ser a língua internacional. Destaca-se, ainda, a ausência de estudos a partir da Análise do Discurso que versem sobre esta língua e seu discurso de divulgação. Neste sentido, considerando esta problemática, esta tese tem por objetivo geral analisar o discurso de divulgação do Esperanto, proferido por Zamenhof ([1900] 1998), problematizando as representações sobre língua que emergem via efeitos de sentido. O *corpus* é constituído por sete recortes da versão traduzida do texto “Esenco kaj estonteco de la ideo de lingvo internacia”, de autoria de Ludwik Lejzer Zamenhof, publicizado em 1900. Parte-se da hipótese de que as representações de língua no discurso de divulgação do Esperanto são atravessadas pelo interdiscurso positivista e pelas formações discursivas colonialista e nacionalista, que, por excluírem questões de subjetivação, identitárias e de diversidade linguístico-cultural, podem resultar na não aceitabilidade da proposta de uma língua internacional. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se análise pautada na arqueogenealogia foucaultina, a partir da perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa. As problematizações foram realizadas à luz de teóricos como Aurox (1998; 2008), Gadet e Pêcheux (2010) e Milner (2012) para as reflexões sobre “língua universal”; Authier-Revuz (1990; 1998), sobre heterogeneidades no discurso; Foucault (2009; 2010; 2014; 2016; 2017a; 2017b), para subsidiar a análise, com base na arqueologia, relações poder/saber, resistência e sujeito; CORACINI (1991), para tratar de discurso político e discurso científico; entre outros. A tese está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta as condições de produção do discurso de Zamenhof; no segundo, são apresentados os aspectos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa; e, o terceiro é análise propriamente dita. Na análise, via efeito de sentidos, emergem do discurso de Zamenhof as seguintes representações de língua, que são também as representações do Esperanto enquanto língua internacional: a) como espaço público que permite o exercício do político, por meio de uma política da amizade; b) como “língua-nação”, um “território imaginário”; c) como um espaço real não localizável para relações de posicionamentos, uma “*glossotopia*”; e, d) como uma “*translíngua per se*”. A partir da confirmação da hipótese, parte-se da tese de que as relações de poder/saber são considerável entrave para a adoção do Esperanto como língua internacional, em especial, quando o discurso de divulgação prioriza o interdiscurso positivista, marginalizando as problematizações sobre questões identitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; língua internacional; pertencimento; subjetividade.

EDUARDO, Andrea Marques Rosa. *Esperanto? Kiu lingvo these tiu?* Três Lagoas: Kampuso Três Lagoas, Federacia Universitato de Mato-Groso do Sul, 2021. 167 f. (Doktora tezo).

En la lingva medio, kie la "mito de la universala lingvo kaj origino de lingvoj" estas tiel disvastigita, paroli pri lingvoj planitaj el scienca vidpunkto estadis defio en Brazilo. Tiel ekzistas malmultaj sciencaj studoj pri Esperanto, kiu komencis por esti internacia lingvo. Rimarkindas ankaŭ la manko de studoj bazitaj sur Diskursa Analizo, kiuj pritraktas ĉi tiun lingvon kaj ĝian disvastigan diskurson. Tiusence, konsiderante tiun problemon, ĉi tezo havas kiel ĝeneralan celon analizi la disvastigan diskurson de Esperanto donitan de Zamenhof ([1900] 1998), problemigante la reprezentojn pri lingvo emergantaj per efikoj de signifoj. La korpuso konsistas el sep eltiraĵoj el la tradukita versio de la teksto "Esenco kaj estonteco de la ideo de lingvo internacia", de Ludwik Lejzer Zamenhof, aperinta en 1900. Ĝi komenciĝas per hipotezo, laŭ kiu reprezentoj de lingvo en la diskurso estas transiritaj de la pozitivisma interdiskurso kaj de la koloniismaj kaj naciismaj diskursaj formadoj, kiuj, ekskludante temojn de subjektivigo, identeco kaj lingvokultura diverseco, povas rezultigi neakcepteblecon de internacia lingvo propono. Por atingi la proponitan celon, analizo bazita sur la Foucault-arkegeneologio, el la perspektivo de Franca Diskursa Analizo. La problemigoj efektivigis laŭ la lumo de teoriuloj kiel Aurox (1998; 2008), Gadet kaj Pêcheux (2010) kaj Milner (2012) por pripensoj pri "universala lingvo"; Authier-Revuz (1990; 1998), pri heterogeneco en diskurso; Foucault (2009; 2010; 2014; 2016; 2017a; 2017b), por subteni la analizon, bazitan sur archeologio, povo / sciorilatoj, rezisto kaj subjekto; CORACINI (1991), por pritrakti politikan diskurson kaj sciencan diskurson; inter aliaj. La tezo estas dividita en tri ĉapitroj. La unua prezentas la produktokondiĉojn de la diskurso de Zamenhof; en la dua, estas prezentitaj la teoriaj metodologiaj aspektoj, kiuj gvidas la esploradon; kaj la tria estas analizo mem. En la analizo, per la efiko de signifoj, eliras el Zamenhofa diskurso la sekvaj reprezentoj de lingvo, kiuj estas ankaŭ prezentoj de internacia lingvo Esperanto: a) kiel publika spaco, kiu permesas la praktikadon de politiko, per amikeca politiko; b) kiel "lingva-nacio", "imaga teritorio"; c) kiel reala nelokebla spaco por poziciigi rilatojn, "*glossotopia*"; kaj d) kiel "translingvo en si mem". Surbaze de la konfirmo de la hipotezo, ni konsideras la tezon, ke rilatoj de povo/scio estas konsiderinda malhelpo al la adopto de Esperanto kiel internacia lingvo, precipe kiam la disvastiga diskurso prioritigas la pozitivisman interdiskurson, marĝenigante la problemigon de identecaj aferoj.

ŜLOSILAJ VORTOJ: Diskursa Analizo; internacia lingvo; aparteneco; subjektiveco.

EDUARDO, Andrea Marques Rosa. *Esperanto? What language is that?* Três Lagoas: Três Lagoas Campus, Federal University of Mato Grosso do Sul, 2021. 167 f. (Doctoral thesis).

In the linguistic environment, where the “myth of the universal language and the origin of languages” is so widespread, discussing planned languages from scientific foundation has been a challenge in Brazil. Thus, there are few scientific studies on Esperanto, created to be the international language. The absence of studies based on Discourse Analysis that deals with this language perspective and its discourse of dissemination is also noteworthy. In this sense, considering this problem, this thesis aims to analyze the discourse of Esperanto promotion, pronounced by Zamenhof ([1900] 1998), problematizing the representations of language that emerge through meaning effects. The corpus consists of seven excerpts from the translated version of the text “Esenco kaj estonteco de la ideo de lingvo internacia”, by Ludwik Lejzer Zamenhof, published in 1900. The research was guided by the hypothesis that representations of language in speech are crossed by positivist interdiscourse and by –colonialist and nationalist discursive formations, which, by excluding issues of subjectivation, identity and linguistic-cultural diversity, may result in non-acceptability of an international language proposal. To achieve the goal, an analysis based on Foucault's archeogenealogy was carried out, through the perspective of French Discourse Analysis. The problematizations were enabled based on theorists such as Auroux (1998; 2008), Gadet and Pêcheux (2010) and Milner (2012) for reflections on “universal language”; Authier-Revuz (1990; 1998), on heterogeneities in discourse; Foucault (2009; 2010; 2014; 2016; 2017a; 2017b), to support the analysis, based on archeology, power/knowledge relations, resistance and subject; CORACINI (1991), to deal with political discourse and scientific discourse; and others. The thesis is divided into three chapters. The first chapter presents the production conditions of Zamenhof's discourse; in the second one, the theoretical-methodological aspects that guide the research are described ; and, the third chapter is focuses on the analysis. Through meaning effects, the analysis demonstrates the following representations of the language emerged from Zamenhof's discourse, which are also representations of Esperanto as an international language: a) as a public space that allows political practice, through friendship policy; b) as a “language-nation”, an “imaginary territory”; c) as a real non-located space for advocating accounts, a “*glossotopia*”; and, d) as a “*translingua per se*”. The hypothesis confirmation reveals that power/knowledge relations are a considerable obstacle to the adoption of Esperanto as an international language, especially when the discourse of promotion prioritizes the positivist interdiscourse, marginalizing the problematization of identity issues.

KEY WORDS: Discourse Analysis; international language; identity belonging; subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O MITO, A CIÊNCIA E O ESPERANTO	23
1.1 Das condições de produção do discurso ao interdiscurso	23
1.2 A origem e a diversidade das línguas	25
1.3 A diversidade das línguas e o surgimento da Linguística	32
1.3.1 O Renascimento e a história da linguística	32
1.4 O contexto sócio-histórico europeu do século XIX	37
1.4.1 A Polônia	39
1.5 A linguística do século XIX	45
1.6 Zamenhof e a iniciação do Esperanto	50
1.7 O Esperanto no mundo, no Brasil e na academia	58
CAPÍTULO 2: DISPOSITIVO DE INTERPRETAÇÃO: A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA E A ARQUEGENEALOGIA	63
2.1 A constituição do <i>corpus</i> : por que o discurso de Zamenhof?	63
2.2 As contribuições da Análise do Discurso Francesa (ADF)	70
2.2.1 A noção de língua	73
2.2.2 O sujeito e a heterogeneidade constitutiva	76
2.3 A genealogia: o sujeito, a verdade e as relações de poder/saber	79
2.4 A escavação arqueológica	83
2.4.1 Regra de formação dos objetos	87
2.4.2 Regra de formação das modalidades enunciativas	88
2.4.3 Regra de formação dos conceitos	89
2.4.4 Regra de formação das estratégias	91
CAPÍTULO 3: EMPREENDIMENTO ANALÍTICO DA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DE ZAMENHOF E AS REPRESENTAÇÕES DE LÍNGUA QUE EMERGEM DE SEU DIZER	94
3.1 A língua como espaço público e território imaginário	95
3.2 O Esperanto como translíngua	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta tese, “O discurso de divulgação do Esperanto” (título do projeto de pesquisa), é o ponto pelo qual desejo¹ iniciar. Conheci o Esperanto no meio Espírita, ao ouvir falar sobre o assunto no Centro Espírita e por meio de obras psicografadas, o que é comum, no Brasil, uma vez que os adeptos do espiritismo são um dos diversos grupos/comunidades que apoiam o Esperanto².

O Esperanto, portanto, sempre me integrou na forma de um pensamento instigante. Apesar de ainda³ não saber falar a língua, de algum modo me perpassa e me constitui. A vontade de pesquisá-la sempre me atravessou. Acredito que esse interesse tenha relação com o ideal de fraternidade, que “se deixa transparecer” no discurso de divulgação da língua. A fraternidade é o elo entre o Esperanto e o Espiritismo e, portanto, o elo para comigo. Os anos de pesquisa junto ao povo indígena terena (Aquidauana/ MS), momento em que tive a oportunidade de ver, de perto, as consequências da exclusão e da imposição colonial, reafirmaram a necessidade de realizar esta pesquisa, pois, no processo de exclusão e colonização, os indígenas começam a ser “mortos” pela morte da língua materna. Que bom seria se houvesse respeito às pessoas e à diversidade, cultural e linguística.

Embora eu ainda não saiba falar a língua, estou matriculada em um curso de Esperanto e iniciei as aulas para aprendê-lo. Ao estudar, a língua não me pareceu difícil. Eu a vejo como uma língua natural, com as mesmas complexidades, mesmo que tenha sido elaborada com o objetivo de não ter exceções ou muitas regras, visando uma facilidade e agilidade em aprender. Nesses aspectos, eu discordo de Zamenhof, pois não considero o Esperanto fácil, regular, sem exceções e neutro. Acredito que seu aprendizado exige dedicação como qualquer outra língua estrangeira. No entanto, sem dúvidas, não vejo o Esperanto, em termos de relações de poder, como vejo as línguas nacionais.

A partir desse desejo de estudar o Esperanto, comecei a minha busca e observei que pouco ou praticamente nada se falava sobre essa língua na academia. Durante a graduação

1 Optei por usar, nesta tese, a primeira pessoa do singular, devido à relação que estabeleci com o objeto de pesquisa que em inúmeras situações não permitiam o meu afastamento em prol da objetividade exigida pela ciência positivista. No entanto, ressalto que o uso da primeira pessoa do singular não exclui a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990) deste texto.

2 Cabe ressaltar que o movimento espírita e o movimento esperantista são totalmente distintos, embora o primeiro apoie o segundo. Durante as décadas em que Kardec escrevia os postulados da doutrina espírita na França, Zamenhof iniciava o Esperanto na Polônia e, por meio de pesquisas, não encontrei nenhuma relação entre esses dois homens. Realizo este esclarecimento porque, no Brasil, diferentemente de outros países, a maioria dos divulgadores do Esperanto são espíritas.

3 Estou me dedicando ao aprendizado do Esperanto.

e o mestrado em Letras, nunca ouvi falar sobre Língua Internacional ou Esperanto. Durante o doutorado, também nada foi falado até que eu trouxesse a proposta desta pesquisa. Quando eu falava sobre o Esperanto, a expressão das pessoas era de dúvida, desconhecimento: “Esperanto? O que é isso?”. A surpresa do interlocutor aumentava, quando eu respondia: “Trata-se de uma língua elaborada para ser usada em contextos de interação internacional”. Logo mais dúvidas surgiam, por simples curiosidade, ou acompanhadas de desconfiança e de ironia: “Língua Internacional? E você acredita nisso? Não tem como ter uma língua internacional! Isso é utopia!”. Confesso: muitas vezes me senti o próprio Zamenhof, encarada como uma sonhadora, idealista, excluída, ao estudar uma língua que “ninguém” se interessa por ela.

Cabe ressaltar que o Esperanto, enquanto língua de acolhimento, de hospitalidade, me interessa e, nesse aspecto, me considero uma esperantista. No entanto, no que se refere ao ideal de língua internacional proposto por Zamenhof, como a língua que terminará com os conflitos de compreensão entre os homens/povos, acredito não ser possível, considerando-se a sociedade atual, diversa em seus aspectos socioculturais e movimentada pelas relações de poder/saber (FOUCAULT, 2010b; 2017).

Na maioria das vezes, não havia com quem conversar sobre o Esperanto. Quando começava esse assunto, embora alguns tentassem me acompanhar devido a amizade e respeito por mim, ou por curiosidade, traziam, atravessada em seus dizeres, a dúvida: “Por que ela escolheu este tema?”. No meio linguístico, em que o “mito da língua universal” é tão difundido, cuja ordem do discurso (FOUCAULT, 2014) é falar da impossibilidade de uma ideia como essa, creio que eu tenha encontrado um grande desafio, que não é apenas meu, mas de todos os esperantistas que se proponham a falar de Esperanto a partir da ciência: fazer conhecer e desmitificar o Esperanto.

O preconceito para com o Esperanto em meios acadêmicos pode estar relacionado ao tabu linguístico da “língua universal”, cujo estudo foi alvo de proibições entre linguistas, iniciado com a tradição judaico-cristã da Torre de Babel (AROUX, 2008). Em especial, pelo fato de o objetivo de Zamenhof ser o de tornar o Esperanto a língua internacional, em que o adjetivo “internacional” costuma ser compreendido como sinônimo de “universal”, no meio acadêmico.

No capítulo 11, do livro bíblico de Gênesis, velho testamento, narra-se que, no início, em toda a terra, falava-se apenas uma língua. Com o objetivo de alcançar e conhecer o

céu, o povo encetou a construção de uma torre. Deus não aprovou tal ação e, para impedir a empreitada, fez com que o povo falasse inúmeras línguas e não se entendessem entre si. A confusão foi instaurada. A construção da torre foi interrompida e ficou conhecida como Babel (BÍBLIA SAGRADA, 2011).

Babel é representada como: “1 Confusão de línguas. 2 Local onde existe grande confusão e desordem. 3 Algazarra, falação confusa” (BECHARA, 2009, p. 97). Palavra que designa a história bíblica sobre a origem das línguas. Babel tornou-se o mito que explica, no senso comum, a existência de inúmeras línguas no planeta e a dificuldade de interação entre os povos. De acordo com o compêndio *Ethnologue* (2018), que cataloga as línguas do mundo desde 1950, atualmente, o planeta conta com 7097 línguas vivas, em diversos estágios de sobrevivência, desde a mais falada, até as que estão em risco de extinção. Diante da diversidade linguística do planeta, muitos estudiosos, linguistas ou não, tentam, há algumas décadas, compreender a confusão linguística e as dificuldades de interação que julgam ser a consequência dessa Torre de Babel.

Alguns desses estudiosos dedicaram-se a elaborar línguas planejadas para ocuparem a função de língua internacional, visando solucionar os problemas advindos dessa confusão linguística, de forma que todos possam interagir, mesmo que tenham língua materna diferente. A solução parece simples, mas há muita divergência sobre qual seria a língua a desempenhar a função de língua internacional – há como possibilidades línguas nacionais e línguas planejadas – e qual a política linguística que seria adotada para a implantação dessa língua.

Ao defender a ideia de adotar uma língua nacional, logo questiona-se a soberania da nação escolhida sobre as outras, pois não são poucos os exemplos de colonização em que as línguas dos colonizadores são impostas aos colonizados. Todas as nações reclamariam seus direitos: “por que a língua internacional não ser a língua do meu país/ povo?”. Como afirma Rónai (1970), “[...] do poderio político de uma nação resulta a adoção de seu idioma como língua auxiliar por todos os povos menos poderosos incluídos na sua órbita”. Um dia, o idioma internacional foi o Latim, em outros tempos, o Francês. Hoje, o Inglês. Amanhã, quem sabe, o Mandarim.

Entre as inúmeras propostas e projetos de adoção de uma língua internacional cogitou-se inclusive a “ressuscitar” o Latim. Entretanto, segundo Rónai (1970, p. 24), como “[...] dizem os entendidos, o Latim precisaria de uma laboriosa readaptação e ampliação para

se prestar às mil novas exigências da vida moderna”. Em contraposição à adoção de uma língua nacional como internacional ou a “ressuscitar” o Latim, surgiram inúmeras propostas/projetos de línguas planejadas e, ainda, estão surgindo muitos outros em vários pontos da Terra. No entanto, os projetos de línguas internacionais mais difundidos e conhecidos tiveram origem na Europa, como é o caso do Esperanto, cujo discurso de divulgação é o objeto de estudo nesta pesquisa.

Inúmeros projetos de línguas surgiram com a finalidade de acabar com a grande confusão linguística e o desentendimento entre os povos. Segundo Rónai (1970), a maioria das línguas inventadas não passaram de projetos e dicionários publicados, muitos em apenas uma única edição, e, logo, tornaram-se obras inacessíveis. Esse fato pode ser confirmado diante da dificuldade que tive para ter acesso aos materiais que falem sobre a história das línguas internacionais, mais especificamente, as que foram planejadas para esta função. Em português, tivemos acesso apenas ao livro de Rónai (1970). A maior parte das escassas obras que trata de línguas planejadas e de línguas internacionais são de difícil acesso, seja pelo valor ou pela disponibilidade da obra, a maioria publicada em língua estrangeira.

As línguas, usadas em contextos de interação internacional, sejam elas naturais ou artificiais, têm sido denominadas, pelos linguistas as estudam, de *interlínguas*, uma vez que esse termo aproxima-se mais da linguística, ao contrário da expressão “língua internacional”, que se aproxima do político (PASSINI, 2008). Dessa forma, para falar sobre interlínguas, linguistas de outros países, como a Polônia, por exemplo, tem utilizado o termo *Interlinguística*, como é o caso do Curso de Pós-Graduação em Interlinguística da Universidade Adam Mickiewicz (UAM), em Póznán (Polônia) (ESPERANTO BRASIL, 2018). De acordo com Esperanto Brasil (2018), o curso apresenta disciplinas voltadas para o ensino do Esperanto a partir da teoria da Linguística Aplicada, bem como trabalha com a temática “comunicação internacional” de forma aprofundada.

Nesse caso, cabe mais uma ressalva: como afirmei no início da Introdução, não creio seja possível a ideia de uma língua internacional que proporcione a perfeita compreensão entre os homens, trazendo ao fim os conflitos entre os povos, mas considero possível a existência de línguas internacionais, no sentido de ponte, de uma interação entre nações/povos que não é perfeita, como o faz o Inglês hoje e que poderia ser uma função desempenhada por qualquer outra língua, como o Esperanto, por exemplo. A questão é que ocupar esta função implica relações de poder/saber que tem, por consequência, a

soberania/império da língua internacional sobre as outras. A língua internacional não é uma questão de escolha, é uma questão de poder. Dessa forma, a língua internacional, considerando-se as relações poder/saber, é passível de estudos e pesquisas, mesmo que não receba da Linguística, pelo menos no Brasil, olhar acadêmico suficiente, considerando-se a ampla área que permite investigações científicas. Dessa forma, embora o termo “Interlinguística” tenha sido cunhado para falar sobre as interlínguas (línguas internacionais), não encontrei teses e dissertações sobre a temática, em língua portuguesa.

Quando se trata de línguas planejadas, na busca pela função de língua internacional, muitos artigos são encontrados em pesquisas para busca de material bibliográfico, mas concentram-se em discutir tais línguas como “universais”, termo pejorativo pelo qual são conhecidas no meio linguístico. O levantamento bibliográfico possibilitou analisar que as línguas planejadas parecem não ser do interesse da maioria dos linguistas.

Em levantamento histórico sobre as línguas planejadas, Rónai (1970) ofereceu uma dimensão dos trabalhos sobre línguas planejadas que foram realizados mundialmente até a data de sua publicação, e, entre todas as línguas que descreveu em sua obra, o Esperanto é o único projeto de língua internacional que não “nasceu morto” ou morreu em seus primeiros anos de vida. Para o autor, é o único idioma planejado que sobreviveu ao seu criador. Explicar porque o Esperanto se manteve durante tanto tempo e ainda ganha novos falantes é algo que os linguistas não respondem ainda.

O iniciador do Esperanto, Luiz Lázaro Zamenhof (Ludwik Lejzer Zamenhof), publicou-o com o nome de Lingvo Internacia, sob o codinome Doktoro Esperanto (Doutor Esperanto), em 1887. O Esperanto possui, hoje, 134 anos de existência, é falada por cerca de 2 milhões de pessoas em todo o mundo (CAVALHEIRO; RUSILO, 2012) e, embora não tenha sido reconhecida oficialmente como língua internacional, é usada em distintas situações de interação, em diferentes países e continentes. No entanto, por meio de inúmeros fatos históricos, podemos constatar que a língua é uma estratégia de poder (HAROCHE, 1992), por meio da qual, nações colonizadoras, por exemplo, monopoliza(ra)m o saber. As relações de poder/ saber (FOUCAULT, 2010b; 2017) são considerável entrave para a adoção de uma língua internacional. Segundo Rónai (1970, p. 58), Zamenhof viria compreender esse fato mais tarde, pois “a divergência dos idiomas não era a principal responsável de toda aquela incompreensão; havia interessados em insuflar aqueles ódios. Em todo o caso, a diversidade das línguas facilitava-os”.

A ideia de que a diversidade das línguas facilita a incompreensão e divergência entre os povos é um dos principais fatores que garantiu adeptos ao Esperanto, pelo menos, nos primeiros anos de sua existência. O discurso de fraternidade entre as pessoas, entre os povos que falam diferentes línguas, baseada na neutralidade, argumento para a escolha de uma língua planejada e não de uma língua nacional para exercer a função de internacional, capt(ava)ou novos falantes. No entanto, os adeptos ainda são poucos, diante do quantitativo da população mundial, e parece que o discurso de divulgação do Esperanto, atualmente, não tem alcançado um número de pessoas e governos que seja significativo para a visibilidade dessa língua e sua inserção na conjuntura política social de mudanças linguísticas e culturais.

Segundo Rónai (1970), para que uma língua seja adotada como internacional, faz-se necessário convencer os diversos governos da necessidade de tal língua para que estes invistam em seu ensino em seus respectivos países. Neste sentido, cito como exemplo, no Brasil, o Projeto de Lei Federal 6.162/ 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que propõe a alteração da Lei 9.394/ 1996, dispondo sobre a inclusão facultativa do ensino da Língua Internacional Esperanto no Ensino Médio. O projeto de lei, até o momento, não foi sancionado e não há repercussões sobre ele.

Nesse sentido, observo que o discurso de divulgação do Esperanto não tem correspondido aos questionamentos das pessoas e, portanto, concordo com Santos (2010, p. 12), quando afirma a necessidade que o movimento esperantista repense a divulgação do Esperanto, “pois ela ou não existe em alcance e plausibilidade suficiente ou não consegue responder aos questionamentos apresentados pela sociedade contemporânea”. De acordo com o autor, “falta ao movimento esperantista, principalmente no Brasil, uma integração com os principais problemas identitários de nossa época” (SANTOS, 2010, p. 12).

Essa problemática pode estar relacionada ao fato de que materiais de divulgação do Esperanto (SANTIAGO, 1986; CAVALHEIRO e RUSILO, 2012; E@I e ILEI, 2021) se baseiam, em especial, no discurso de divulgação do Esperanto, de autoria de Zamenhof, *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional (Esenco Kaj Estonteco de la ideo de lingvo internacia)*, tornado público, pela primeira vez, em 1900, e publicado no Brasil, em 1988, pela extinta Editora Zamenhof. Esta obra traz argumentos como: a língua é “fácil”, “pode ser aprendida em poucas horas se comparada a idiomas naturais”, “é neutra”, “é regular”, “não possui exceções”, “permite uma comunicação perfeita entre os homens”, “é falada por muitas pessoas em todo o mundo”, “o falante pode fazer viagens pelo mundo”, “a

realização de congressos” e outras justificativas que parecem não ter convencido as pessoas da necessidade de uma língua internacional. Parto da hipótese de que as representações de língua no discurso de divulgação do Esperanto são atravessadas pelo interdiscurso positivista e pelas formações discursivas colonialista e nacionalista, que, por excluírem questões de subjetivação, identitárias e de diversidade linguístico cultural, podem resultar na não aceitabilidade da proposta de uma língua internacional.

Neste sentido, considerando que a obra de Zamenhof ([1900] 1998) é a precursora na divulgação do Esperanto como língua internacional, opto por utilizá-la como o discurso objeto da análise que empreendo. Portanto, esta tese tem por objetivo geral analisar o discurso de divulgação do Esperanto, proferido por Zamenhof ([1900] 1998), problematizando as representações sobre língua que emergem via efeitos de sentido. Os objetivos específicos são: a) refletir sobre os interdiscursos que perpassam o discurso, via formações discursivas (FDs); b) problematizar as representações subjetivas de Zamenhof; c) discutir as relações de poder/saber que atravessam o discurso sobre a língua; e, por fim, d) problematizar como são construídas as representações sobre língua. Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se orienta na Análise do Discurso de linha francesa (ADF), em que a análise dos recortes se deu pelo “método” arquegenealógico de Foucault (2014; 2016; 2017) e à luz dos escritos de Authier-Revuz (1990; 1998), Coracini (1991; 2007), Orlandi (2007; 2012), Pêcheux (2014), entre outros.

Considerando a hipótese e os objetivos eleitos para esta tese, as perguntas de pesquisa problematizadas são: 1⁴) como Zamenhof se constitui enquanto sujeito? 2) Quais as representações de língua que emergem do discurso? 3) Em que campo do saber se concentram tais representações? 4) Quais as relações de poder/ saber que envolvem a língua neste discurso?

Esta pesquisa se faz necessária porque pesquisas acadêmicas, *stricto sensu*, sobre o Esperanto, em Linguística, no Brasil, são tímidas diante do vasto campo a ser investigado, o que foi confirmado a partir do levantamento bibliográfico de Teses e Dissertações que realizei no Portal Domínio Público⁵ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁶, utilizando os termos: Esperanto, Zamenhof e língua internacional.

4 As perguntas de pesquisa são retomadas nas considerações finais, a partir da numeração aqui apresentada.

5 <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> Acesso em 26/ 04/ 2021.

6 <https://bdttd.ibict.br/vufind/> Acesso em 26/ 04/ 2021.

No Portal Domínio Público, foi encontrado apenas um resultado para a busca do termo Esperanto e nenhum resultado para os termos Zamenhof e língua internacional. No site da BDTD, foram encontrados sete resultados para o termo Esperanto, dos quais dois se referem a pesquisas específicas sobre a língua, na área de Letras/ Linguística, e cinco não são pesquisas sobre a língua ou algo que tivesse relação com ela, mas sobre diversos outros assuntos⁷, como autismo, o papel da fotografia na mídia, trabalho docente, tradução de obras literárias, em que o termo Esperanto não é o objeto/objetivo das pesquisas citadas. Para o termo Zamenhof não houve resultados. Ao buscar por “língua internacional”, o site disponibilizou 630 resultados de pesquisas que envolviam estudos sobre a língua inglesa ou outras línguas, mas não há pesquisas abordando o Esperanto como língua internacional.

As teses e dissertações encontradas no Portal Domínio Público e na BDTD, que tratam do Esperanto a partir da área Letras/ Linguística, são: *Renovação lexical do esperanto: mecanismos de formação de neologismos* – Dissertação de mestrado/UnB (DIAS, 2007); *O caráter verbo-nominal do aspecto em esperanto* – Tese de Doutorado/UFF (LAROCA, 2009); *Adaptação de empréstimos em esperanto* – Dissertação de Mestrado/USP (OLIVEIRA, 2016).

Ainda podemos citar outras três produções científicas que não foram identificadas no levantamento bibliográfico acima: *Esperanto: Estudo comparativo do esperanto com outras línguas planejadas e com o português* – Dissertação de Mestrado/PUC-RJ (PASSINI, 1978); a tese para concurso de professor titular *Discussão da polêmica sobre os participios em esperanto* (MATTOS, 1986), apresentada ao Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade Federal do Pará (UFPA); e, *Esperanto: Descrição e avaliação de uma língua internacional* – Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (PASSINI, 1986). Essas produções foram identificadas em publicações de divulgação sobre o Esperanto (CAVALHEIRO e RUSILO, 2012). Dessas três produções, tive acesso ao texto completo apenas da primeira, enquanto as outras duas pesquisas não foram identificadas nos repositórios das universidades em que foram apresentadas. Acredito que este fato se deva ao período em que estes trabalhos foram desenvolvidos, em que ainda não haviam repositórios virtuais/ digitais que facilitassem esse acesso. Portanto, não foi possível realizar a leitura desses trabalhos.

⁷ *Traduzir o esperanto lírico de Henri Michaux: um projeto de tradução* – Dissertação de Mestrado/UFPR (DRUCIAK, 2004); *O funcionamento da noção de língua em instrumentos midiáticos de divulgação linguística* – Dissertação de Mestrado/UFMS (JURACH, 2011); *Promoção do interesse em criança com autismo a partir de uma plataforma educacional assistiva com fantoche eletrônico* – Tese de doutorado/UFRGS (LIMA, 2018); *O papel da foto na hipermídia* – Dissertação de Mestrado/PUC-SP (SILVESTRO, 2009); e, *A eficácia do conceito de trabalho docente nas relações trabalhistas* – Tese de Doutorado/USP (MERINO, 2011).

A Dissertação de Mestrado *Esperanto: Estudo comparativo do esperanto com outras línguas planejadas e com o português*, defendida por José Passini, em 1978, vinculada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, teve por objetivo realizar um estudo comparativo entre o Esperanto e as línguas planejadas Volapuque, Ido, Ocidental e Interlíngua, centralizando-se no problema enfrentado pelas línguas planejadas para tornarem-se língua internacional. O autor ainda realiza um estudo comparativo entre o Esperanto e a língua portuguesa, com o objetivo de demonstrar a simplicidade e regularidade da primeira em relação a segunda, uma língua nacional.

A comparação entre o Esperanto e as línguas Volapuque, Ido, Ocidental, Interlíngua e Português ocorre a partir das características fonológicas e morfossintáticas. Dessa forma, embora Passini (1978) reconheça que há dificuldades na adoção de línguas planejadas como uma língua internacional, associa essas dificuldades às questões de caráter linguístico das línguas em estudo e, por isso, tenta mostrar as vantagens do Esperanto, em aspectos linguísticos, em relação às línguas a que é comparado. O autor não relaciona a dificuldade de o Esperanto se tornar uma língua internacional às relações de poder/ saber, às questões de subjetividade/ identidade, como analiso nesta tese.

Somente 21 anos mais tarde, um novo estudo *stricto sensu* sobre o Esperanto foi publicado. O autor Alberto Emerson Werneck Dias, apresentou, em 2007, ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília (UnB), a Dissertação de mestrado intitulada *Renovação lexical do esperanto: mecanismos de formação de neologismos*. Dias (2007) teve por objetivo analisar a renovação lexical do Esperanto ou, em outras palavras, investigar os mecanismos de formação neológica da língua em contraste e comparação às línguas nacionais. Ao realizar a pesquisa, o autor concluiu que o Esperanto é passível de formações neológicas, em especial, por derivações parassintéticas. Dias (2007) destaca que o Esperanto possui tendência de naturalização, ou seja, evolução semelhante às línguas naturais, uma vez que já conta com falantes nativos desde 1906. Segundo o autor, há uma tendência crescente de nascimento de crianças em ambientes esperantistas e que aprendem o Esperanto como primeira língua. Dessa forma, a língua não é morta, mas, sim, uma língua viva em crescimento.

Dias (2007) justificou o desenvolvimento de sua pesquisa como uma forma de responder a não aceitabilidade acadêmica do Esperanto e o preconceito sofrido pelos pesquisadores que tentam estudá-lo. De acordo com Dias (2007), uma das justificativas

dadas no meio acadêmico para a não realização de pesquisas sobre a língua é a de que se trata de uma língua morta, argumento que é refutado pelos resultados de sua pesquisa. Como o autor, considero o preconceito acadêmico em relação ao Esperanto como um dos entraves para a aceitabilidade da língua em outros contextos. No entanto, enquanto Dias (2007) recorre aos estudos dos neologismos para argumentar em favor do Esperanto, parto da reflexão de que a não aceitabilidade do Esperanto na academia ocorre devido às relações de poder que envolvem as políticas linguísticas e que tem, na academia, em especial, determinadas verdades conjugadas como legítimas institucionalmente e/ ou pelo status do sujeito cientista.

Em 2009, Maria Nazaré de Carvalho Laroca defendeu a Tese intitulada *O caráter-verbo nominal do aspecto em Esperanto*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), com o objetivo de identificar e descrever as estratégias discursivas e gramaticais para decodificar o aspecto em narrativas escritas. A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva funcionalista, considerando os níveis semântico e morfossintático. A autora concluiu que a função aspectual é configurada em Esperanto, por meio de estratégias discursivas gramaticais, em interação com o valor semântico da forma verbal ou do participio. Na tese, Laroca (2009) não abrange em sua justificativa as contribuições de seu estudo ao Esperanto, ficando nas contribuições que a pesquisa traz aos estudos sobre o Aspecto e para a Linguística, enquanto ciência. No entanto, a pesquisa fala por si e a sua contribuição para o Esperanto é inegável. Demonstra que o Esperanto é uma língua funcional, em uso e passível de ser objeto de estudo científico.

Por fim, a última pesquisa *stricto sensu* sobre o Esperanto foi publicada em 2016, com a finalização da Dissertação de mestrado intitulada *Adaptação de empréstimos em esperanto*, apresentada por Karina Gonçalves de Souza de Oliveira ao Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de avaliar, por meio da fonologia, a incorporação de novas raízes ao Esperanto. Para tal, Oliveira (2016) utilizou, como base teórica, a Fonologia de Empréstimos. Segundo a autora, os dados evidenciaram que novas palavras podem ser adaptadas fonética ou ortograficamente da raiz da língua de origem. Assim como pesquisas anteriores, Oliveira (2016) cita o preconceito de linguistas em relação às pesquisas sobre Esperanto por ser uma língua planejada e, portanto, o estudo dessa língua é considerado desnecessário e sem importância. Porém, a autora afirma que o Esperanto é uma língua planejada, mas não artificial. Esta é uma afirmação com a qual estou de acordo, uma vez que

o Esperanto foi construído a partir de línguas naturais e pelo fato de as pesquisas citadas apontarem para o fato de que o Esperanto tem se comportado como uma língua natural, tanto em aspectos fonológicos, semânticos e morfossintáticos, quanto na produção de neologismos.

As pesquisas apresentadas tiveram por objetivo discutir aspectos linguísticos do Esperanto, e são necessárias para comprovar ao meio acadêmico linguístico que se está diante de um objeto passível de investigação. Observo, nesse ínterim, a ausência de pesquisas, a partir da perspectiva enunciativa-discursiva, considerando a Análise de Discurso de linha francesa (ADF), subsidiada pela arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2014; 2016; 2017), atenta aos discursos produzidos sobre o Esperanto ou em Esperanto. Também não foram identificadas pesquisas que considerem questões identitárias e de subjetivação do sujeito Zamenhof. Esta tese, portanto, se faz necessária por discutir cientificamente esses aspectos, contribuindo tanto para o campo teórico da ADF, quanto para o Esperanto, considerando o processo de divulgação dessa língua.

As problematizações presentes nesta pesquisa podem contribuir para que novos estudos sobre o Esperanto, Língua internacional, Interlíngua ou Interlinguística sejam realizados, convidando, em especial, os Linguistas para olharem para o campo das políticas linguísticas a partir de uma perspectiva acadêmica, refletindo sobre as políticas linguísticas da adoção de línguas estrangeiras que se tem realizado no Brasil. Quando me refiro a essas políticas, não falo no sentido do planejamento linguístico para implantação de línguas estrangeiras, mas de analisar e problematizar as consequências e impactos dessa implantação, considerando-se a colonialidade do poder e do saber, num país em que os sujeitos, historicamente colonizados, parecem estar tão habituados a valorizar o que vem do outro, colonizador (MEMMI, 2007).

Assim, no capítulo 1, intitulado “Condições de produção: o mito, a ciência e o Esperanto”, apresento a noção “condições de produção”, relacionada ao interdiscurso para, então, descrever os principais aspectos históricos, sociais e culturais que caracterizaram o século XIX, quando Zamenhof realiza a publicação do texto que analiso. Para isso, precisei recorrer, também, a aspectos histórico-culturais do século XVIII, que considero necessários para compreender a construção do pensamento, em especial, do pensamento científico, do século seguinte. Dessa forma, o capítulo é inaugurado com uma discussão sobre os mitos que envolvem as línguas e a linguagem, discutindo a origem e a diversidade linguística e perpassa a história da Linguística, desde sua constituição enquanto disciplina até tornar-se ciência.

Ainda é descrito o contexto histórico-cultural europeu do século XIX, abordando-se a história da Polônia, aspectos biográficos de Zamenhof e como nasceu o Esperanto. Por fim, aponto para a situação atual do Esperanto no mundo e no Brasil, apresentando as características linguísticas da língua.

O capítulo 2, “Metodologia de pesquisa e análise: a desconstrução por meio da arqueogenealogia”, apresenta a metodologia utilizada na análise, onde discorro sobre as principais noções da Análise de Discurso Francesa (ADF), como: noção de língua, sujeito e heterogeneidade constitutiva. Considerando que esta pesquisa pauta-se na arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2014; 2016; 2017), apresentei as noções arqueogenealógicas que possibilitaram a escavação e análise das formações discursivas, a partir da identificação das regularidades do dito, bem como problematizei o conceito de poder/ saber. Neste capítulo, também apresento a constituição do *corpus* de pesquisa, especificando os procedimentos de seleção dos sete recortes analisados nesta tese.

Por fim, no capítulo 3, intitulado “A constituição subjetiva de Zamenhof e as representações de língua que emergem de seu dizer”, desenvolvo a análise, fazendo uma interlocução entre a constituição subjetiva de Zamenhof e a noção de língua, problematizando as representações de língua que emergem de seu dizer via efeitos de sentido. Para esta análise e problematização, perpasso por temas como as FDs que constituem o discurso em análise, pelos emaranhados entre discurso político e científico, por questões identitárias de exclusão e pertencimento, pelas relações de poder/saber e resistência e pelas reflexões sobre políticas linguísticas.

Nas considerações finais, discorro sobre os resultados alcançados com esta pesquisa, em que divulgo o posicionamento em relação à hipótese de pesquisa apresentada e realizo um apanhado das problematizações propostas durante as análises para as questões de pesquisa. Convido-o a conhecer esta empreitada a partir do Capítulo 1, que se segue.

CAPÍTULO 1

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O MITO, A CIÊNCIA E O ESPERANTO

Este capítulo tem por objetivo apresentar as condições de produção dos posicionamentos discursivos de Zamenhof no texto *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional*, publicizado em 1900. Em primeiro momento, apresento a noção de condições de produção e interdiscurso para, em seguida, realizar uma descrição detalhada dos principais acontecimentos discursivos ocorridos no século XIX, na Europa e, conseqüentemente, na Polônia, período em que Zamenhof nasceu e publicou o Esperanto. Nesta descrição, perpasso por fatos históricos, sociais e culturais até culminar na história da constituição da Linguística enquanto ciência. E, por fim, para que o interlocutor possa compreender de forma mais aprofundada o objeto desta pesquisa, realizo a contextualização do Esperanto nos dias atuais, bem como apresento uma síntese das características linguísticas gramaticais e ortográficas da língua.

1.1 Das condições de produção do discurso ao interdiscurso

Para realizar a análise discursiva é considerada a interlocução entre discurso, sujeito e história materializada na/ pela língua, em que o gesto interpretativo é intermediado pela Linguística. Isto porque, de acordo com Pêcheux (1997), esse discurso foi produzido em determinadas circunstâncias/ contextos/ situações que envolvem aspectos sócio-históricos, interlocutores, instituições. Dessa forma, não é possível analisar um discurso como um texto, olhando para a língua apenas como uma forma, um sistema fechado em si mesmo, fazendo-se “necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1997, p. 79)

Segundo Orlandi (2015), as condições de produção podem ser consideradas em sentido estrito ou amplo, em que o primeiro refere-se às circunstâncias da enunciação ou contexto imediato, enquanto o segundo refere-se ao contexto sócio-histórico, que perpassa o discurso via interdiscurso, memória discursiva. O conjunto constitutivo das condições de produção de um dizer, de um enunciado se entretece a elementos discursivos inscritos em formações discursivas que, de algum modo, atravessam o sujeito quando este busca construir/ controlar os efeitos de sentido de seu dizer. Para Pêcheux (2011, p. 154-155),

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita.

Como observado na citação, na AD, o sujeito se vale de elementos pré-construídos social e culturalmente da/ na composição de seu enunciar, como se resgatasse via memória os sentidos apreendidos de uma palavra na ânsia por narrar(-se), e com isso, estabelecer uma relação com o outro, mediada pela língua(gem). Porém, o uso desse dispositivo enunciativo era pensado enquanto memória a partir dos termos “*repetição, pré-construído, discurso transverso, interdiscurso*”, uma vez que a noção de memória discursiva foi formulada mais tarde, por Courtine, a partir da leitura da arqueologia de Foucault (INDURSKY, 2011, p. 68-72). Dessa forma, para a AD, a memória é ressignificada e entendida como interdiscurso, como aquilo que fala antes, em outro lugar, é portanto, memória discursiva, de modo que é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2015, p. 29).

O dizer, como afirma Orlandi (2015), não é uma propriedade individual ou particular, mas de todos, coletivo, uma vez que as palavras significam pela história e pela língua. O sujeito não possui controle sobre o seu dizer, sobre os sentidos do que diz. Para Indursky (2011), quando o sujeito realiza o seu discurso, o faz por meio da repetibilidade, afetado pelos esquecimentos, acreditando ser a origem do que enuncia. Isso faz da memória discursiva, uma prática não psicologizante ou cognitiva, mas social. Essa repetição do dizer, não é uma repetição pura e simples, mas pode levar “a deslizamentos, a uma ressignificação, a uma quebra do regime de regularização dos sentidos” (INDURSKY, 2011, p. 71), pois “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1990, p. 53).

Nas palavras de Foucault (2016, p. 34-35), o enunciado é um acontecimento discursivo, que “abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória [...]”, e como todo acontecimento, é único, mas “está aberto à repetição, à transformação, à reativação; [...] está ligado [...] a enunciados que o precedem e o seguem”. Nesse sentido, de acordo com o autor, é necessário restituir ao enunciado a singularidade de seu acontecimento, a sua irrupção histórica, o contexto de sua emergência, o *a priori* histórico. No entanto, “não é

preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2016, p. 31).

O *a priori* histórico, segundo Foucault (2016, p. 155), é “a condição de realidade para os enunciados”, trata-se de “isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem”, que permitem compreender que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história [...] específica que não o reconduz às leis de um devir estranho”. Nas práticas discursivas, há sistemas que instauram os enunciados como coisas e acontecimento, o *arquivo*: “*sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*”, que define “a lei do que pode ser dito [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 159).

Apesar de Pêcheux (1990) e Foucault (2016) terem reflexões que se distinguem acerca do discurso é relevante observar que ambos atinam-se à importância de compreender a língua para além das instâncias fechadas de produção de sentido pelas normatizações e regulações gramaticais, mas capazes de deslocamentos, produções de sentido distintas, transformação, uma vez que a destacam na constituição histórica do/ no momento de enunciação do dizer, da(s) palavra(s). Retomar as condições de produção do discurso, o seu *a priori* histórico, que permite compreender o enunciado, na sua irrupção histórica, se faz necessário para a análise do discurso.

Dessa forma, descrevo, a seguir, as condições de produção dos dizeres de Zamenhof, apresentando as questões histórico-sociais relacionadas aos aspectos biográficos do enunciatador, a constituição da Linguística enquanto ciência, até o século XIX, os movimentos teóricos filosóficos do período, as questões histórico-geográficas, que permitem problematizar os dizeres de Zamenhof. Por fim, apresento o contexto atual do objeto de pesquisa, ao considerar que é o meu contexto de análise, enquanto pesquisadora, como interlocutora desses dizeres, cuja análise resulta dos efeitos de sentido emergidos da/ na interpretação.

1.2 A origem e a diversidade das línguas

A língua é um dos principais objetos teóricos da ciência denominada Linguística (FIORIN, 2013). No entanto, até que a língua se tornasse objeto de uma ciência, houve um

vasto caminho de séculos a percorrer, com indagações que tiveram início nos mitos e foram objetos da filosofia da linguagem até a constituição da Linguística enquanto ciência. Portanto, não é recente o interesse que o homem nutre pela linguagem.

O homem é constituído pela linguagem e torna-se impossível dissociá-los. Como afirma Fiorin (2013, p. 13), “A linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos”. Esta relação intrínseca entre homem e linguagem despertou interesse em pesquisadores de outras áreas do conhecimento, fazendo da linguagem objeto de inúmeras outras ciências, além da linguística, que se preocupam em estudar o homem ou a natureza humana de alguma forma: a filosofia, a psicologia, a história, a antropologia, a biologia. No entanto, antes que essas ciências existissem nomeadamente como ciências, o homem manifestava essa preocupação com a linguagem por meio dos mitos, como observado nos mitos criacionistas de diversos povos. Destaco como exemplo o mito de criação do povo indígena Terena, do estado de Mato Grosso do Sul, Brasil:

A criação do povo Terena

Havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai e nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando pelo mundo. Andando num caminho, ouviu grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era bem-te-vi.

Este homem, por curiosidade, começou chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos terenas. **Estes homens não se comunicavam** e ficavam trêmulos. Aí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco.

Oreka Yuvekae, preocupado, **queria comunicar-se** com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para **tentar fazer essas pessoas falarem** e ele não conseguia.

Finalmente ele convidou o sapo para fazer apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso, pois todos esses povos deram gargalhada, **a partir daí eles começaram a se comunicar e falaram para Oreka Yuvakae que estavam com muito frio** (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 22-23)⁸. [grifo meu].

Observa-se no mito terena, a necessidade de interação na relação humana. Dessa forma, o povo terena surge não apenas como povo, mas como sujeitos falantes, que passam a integrar o mundo quando começam a usar a linguagem para interagir e nomear.

Fiorin (2016), em *Astúcias da Enunciação*, realiza uma detalhada análise da transição dos mitos sobre a linguagem para a ciência linguística, citando os mitos bíblicos de

⁸ Este mito foi relatado em 1995 por professores Terena, na comunidade indígena terena de Cachoeirinha, em Miranda/ MS (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

tradição judaica. Nossa sociedade é fortemente influenciada pelo pensamento ocidental, e seus mitos de criação são os mitos bíblicos presentes no antigo testamento. Segundo os versículos bíblicos⁹, em Gênesis (capítulo 1, versículos 1 a 5), Deus criou o mundo usando a linguagem:

No princípio, criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava sobre as águas. **Disse Deus: Haja luz;** e houve luz. E viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas. **Chamou Deus à luz Dia e às trevas, Noite.** Houve tarde e manhã, o primeiro dia. [grifo meu].

Segundo Fiorin (2016, p. 10), "No Gênesis, vê-se que a linguagem é um atributo da divindade, pois o Criador dela se vale, quando realiza sua obra". A importância da linguagem ainda é observada quando Adão denomina as coisas que existem na terra, o mundo é categorizado pela linguagem e cada coisa passa a existir quando passa a ter um nome.

Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais do campo e todas as aves dos céus, trouxe-os ao homem, para ver **como este lhes chamaria;** e o nome que o homem desse a todos os seres viventes, **esse seria o nome deles. Deu nome o homem** a todos os animais domésticos, às aves dos céus e a todos os animais selváticos [...]. (GÊNESIS, Cap. II, vers. 19-20). [grifo meu].

No entanto, não apenas a relação entre as palavras e as coisas pode ser observada nos mitos, mas, também uma explicação para a diversidade das línguas, como o mito judaico sobre a construção da Torre de Babel:

Ora, em toda a terra havia apenas uma linguagem e uma só maneira de falar. Sucedeu que, partindo eles do Oriente, deram com uma planície na terra de Sinar; e habitaram ali. E disseram uns aos outros: Vinde, façamos tijolos e queimemo-los bem. Os tijolos serviram-lhes de pedra, e o betume, de argamassa. Disseram: Vinde, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre cujo tope chegue até aos céus e tornemos célebre o nosso nome, para que não sejamos espalhados por toda a terra. Então, desceu o Senhor para ver a cidade e a torre, que os filhos dos homens edificavam; e o Senhor disse: Eis que o povo é um, e todos têm a mesma linguagem. Isto é apenas o começo; agora não haverá restrição para que tudo que intentam fazer. Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem, para que um não entenda a linguagem de outro. Destarte, o Senhor os dispersou dali pela superfície da terra; e cessaram de edificar a cidade. **Chamou-se-lhe, por isso, o nome de Babel, porque ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra** e dali o Senhor os dispersou por toda a superfície dela. (GÊNESIS, Cap. XI, vers. 1-9). [grifo meu].

⁹ Bíblia sagrada traduzida por João Ferreira de Almeida (2011).

Os mitos, portanto, estão na origem das indagações. Segundo Fiorin (2016, p. 09), “No princípio era o mito. Depois surge a ficção. Mais tarde ainda aparece a ciência. À medida que esta vai ganhando especificidade, separa-se tanto do mito quanto da ficção. Começa a combatê-los. É o princípio da realidade em luta contra a do imaginário”. Dessa forma, diversas obras sobre linguística citam a origem mítica sobre os argumentos em torno da linguagem, seja para falar da história da linguística, filosofia da linguagem, origem das línguas, línguas universais, arbitrariedade dos signos e a relação entre as palavras e as coisas. Autores como Aurox (1998, 2008), Fiorin (2013, 2016), Gadet e Pêcheux (2010) e Rónai (1970) retornaram às origens mitológicas para fundamentarem seus argumentos, com o objetivo de contestar os mitos e as proposições científicas que estes pesquisadores acreditam ser fruto de uma mente fértil em imaginações ou fixadas em soluções improváveis/impossíveis.

Aurox (2008) dedica uma obra para contestar pesquisas que tentam descobrir a origem de uma língua primeira e primitiva que deu origem às línguas de hoje. Gadet e Pêcheux (2010) acreditam que os que se preocupam com uma língua universal são “homens loucos por sua língua” ou “logofílicos”. Fiorin (2016, p. 13), citando Marina Yaguello, os denominam “os loucos da linguagem” e complementa que “A busca, seja da protolíngua universal, seja de uma língua que pudesse servir a todos os homens, está fora da ciência”.

A afirmação que prevalece entre a maioria dos linguistas e filósofos da linguagem é: a origem das línguas e a língua universal são utopias, portanto inalcançáveis; discussões limitadas ao mito e que a ciência já superou. Estas temáticas foram alvos de proibições da Sociedade Linguística de Paris (AROUX, 2008), mas não foram suficientes para que esses assuntos fossem sufocados entre pesquisadores e estudiosos. Como aponta Aurox (1998, p. 33), “A questão da natureza e da origem da faculdade da linguagem e das línguas foi objeto de inúmeras especulações e de grandes debates filosóficos”.

No que se refere à origem das línguas, Aurox (1998) esclarece que os lapsos de tempo a serem recobertos para que se possa conhecer como surgiu a linguagem entre os homens é muito extenso e, de fato, inacessível. Em uma nota de rodapé, o autor argumenta que “As objeções teóricas habitualmente destinadas contra um estudo de origem se devem essencialmente à ausência de observações sobre o fenômeno, [...] que estaria ligada a sua ausência de observabilidade” (AUROUX, 1998, p. 60). Para construir essa argumentação,

Auroux (1998) fundamenta-se na afirmação de Saussure de que jamais houve conhecimento no globo do nascimento de uma língua.

De fato, jamais houve registros do nascimento de uma língua natural. Neste sentido, quando Auroux (1998, p. 32) questiona “Como datar o aparecimento da faculdade de linguagem e o das primeiras línguas?”, não é possível obter uma resposta. Complemento a questão de Auroux (1998) com o questionamento: “Como eram essas línguas? Quais as suas gramáticas?”. A resposta é baseada apenas em hipóteses e suposições. No entanto, não interessa, para esta tese, a origem das línguas, mas, de certo modo, a ideia de uma língua universal¹⁰, pois é a terminologia que tem sido usada, a meu ver, de forma pejorativa, por muitos linguistas para se referirem às línguas planejadas. Dessa forma, destaco que não é possível datar o nascimento de uma língua natural, mas, durante anos, presenciou-se o nascimento de inúmeras línguas planejadas com o objetivo de servir à interação¹¹ internacional, algumas sem sucesso, mas, de todas, destaca-se o Esperanto, que continua a existir e ser falado até os dias atuais.

A questão da origem das línguas ou da linguagem humana tem uma conotação diferente do tema língua internacional, embora ambos os assuntos tenham sido tratados da mesma forma na história da linguística. A origem das línguas é um retorno ao passado, enquanto a existência de uma língua internacional é um contínuo no tempo. A primeira não é um observável, mas a segunda sim, uma vez que se tem observado, ao longo da história, línguas nacionais ocupando a função de línguas internacionais, como o Latim, o Francês e, atualmente, o Inglês. No entanto, há confusão entre os termos língua universal/ língua internacional/ língua mundial, fazendo-se necessário avaliar/ analisar/ rever a denominação adequada para uma língua que sirva à interação entre povos.

Não há, atualmente, uma língua eleita oficialmente para a função de internacional. Compreendo o termo “oficialmente” como vinculado às relações de poder/ saber e que, para ser “eleita”, haveria a necessidade de votação/ escolha, que acredito não ser possibilidade diante dessas mesmas relações de poder/saber, na atualidade. No entanto, há recomendações de uso do Esperanto como língua internacional, considerando essa função uma possibilidade

¹⁰ A expressão “língua universal” é usada, nesta tese, para se referir ao pensamento que uma parte de linguistas possui sobre uma língua internacional. No entanto, por questões teóricas que são explicadas no capítulo 3, a expressão “língua internacional” é a de uso desta pesquisadora. Não concordo, como a maioria dos linguistas, de que o Esperanto, por exemplo, seja uma língua criada para ser “universal”. “Universal” e “internacional” são, a meu ver, adjetivos que expressam sentidos diferentes e contraditórios.

¹¹ Conforme a noção de língua para a ADF apresentada no item 2.2.1, do Capítulo 2, utilizo, nesta pesquisa, a expressão “interação” e não “comunicação”, como é usada por Zamenhof (1988[1900]). A expressão “comunicação” é utilizada apenas quando esta for referendada por Zamenhof ou outro autor.

democrática, como a recomendação realizada em 1985, na 23ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrida na Sófia, Bulgária, de que o Esperanto seja utilizado como língua internacional (CAVALHEIRO e RUSILO, 2012).

Inúmeras línguas foram inventadas/ planejadas nos últimos séculos e não há como traçar um número definitivo dessas criações. Rónai (1970) dedica-se, em sua obra, *Babel e antibabel: ou o problema das línguas universais*, a discutir sobre cerca de seis línguas planejadas, argumentando sobre os fatores que as fizeram não prosperar, não sair do nível “projeto”. Prosperar ou não prosperar? De fato, esta dúvida se instala quando uma, de todas essas línguas citadas, é posta em discussão: o Esperanto. Rebater o sucesso de qualquer língua planejada é fácil, encontrar argumentos comprovados linguisticamente de que elas jamais teriam condições de sair do papel é unânime, mas não para o Esperanto.

O Esperanto, ou melhor, a sua sobrevivência é o ponto de dúvida entre muitos linguistas que combatem a ideia de que uma língua planejada possa se tornar internacional. Rónai (1970) denomina o capítulo de sua obra dedicada ao Esperanto de “Esperanto: prós e contras”. Segundo o autor, o Esperanto superou críticas e prosperou, “Conseguiu êxitos inegáveis: é aceito como linguagem clara nas comunicações telegráficas e tem servido em muitas conferências e encontros internacionais como um dos idiomas admitidos” (RÓNAI, 1970, p. 70). O autor ainda afirma que o Esperanto demonstrou ser uma língua planejada que pode funcionar tão bem quanto uma língua natural.

A sobrevivência do Esperanto ainda é incompreensível para Gadet e Pêcheux (2010) que afirmam que a língua teve um destino excepcional. Os autores possuem uma teoria para este sucesso que eles afirmam ser relativo: “[...] é provavelmente por causa de sua evidente superioridade linguística, mas sobretudo graças à implantação das organizações esperantistas, que rapidamente dispuseram de uma base operária internacional” (GADET; PÊCHEUX: 2010, p. 49).

O objetivo que motivou a construção do Esperanto, tornar-se “a” língua internacional, não foi alcançado oficialmente e, nesse sentido, concordo com Gadet e Pêcheux (2010), de que seu sucesso é relativo. No entanto, há um fato que não se pode negar: uma língua planejada pode ser falada por um número significativo de falantes e pode funcionar como “uma” língua internacional. Como língua, o Esperanto é um fato observável como exige

o fazer científico e, dessa forma, como qualquer língua natural, pode ser objeto teórico da ciência que se denomina Linguística.

Diante do fato de que existe uma língua que foi planejada e que é falada, não pode a Linguística proibir, coibir, interditar, o estudo dessa língua. Se essa língua, que pode ser objeto da Linguística, foi proposta com o objetivo de ocupar a função de internacional, também não deve o linguista eximir-se de tal fato, uma vez que a língua é uma instituição social.

A principal ciência que poderia colocar o Esperanto em pauta, torná-lo objeto, ignora-o, associando-o às históricas proibições de estudos sobre a origem das línguas ou sobre as “línguas universais”. Ignora-se a ideia de estudar o Esperanto como uma língua internacional, como se apenas o Inglês, que é uma língua internacional objeto de inúmeros estudos linguísticos, fosse “a” língua internacional, “a oficial”. Como fiz na introdução, volto a questionar os critérios de “oficialidade” de uma língua internacional. Questiono: O que vem a ser este “oficial”? Quais os parâmetros para que uma língua seja a/uma língua internacional oficial? Há um limite mínimo de número de falantes? Todos no mundo precisariam falar tal língua, seja como L1 ou L2? O que define a/uma língua internacional? O maior critério não estaria nas relações poder/ saber, com base em questões econômicas e políticas ligadas ao capitalismo? Há a língua internacional ou línguas internacionais? Existir uma interação internacional vai além de ter ou não ter línguas para essa função, mas em investigar os fatores que impedem ou promovem uma língua a esta posição.

Há, sem dúvida, influências econômicas, políticas, relações de poder/ saber (FOUCAULT, 2010b; 2017), questões culturais, históricas, linguísticas e de identidade permeando o campo da(s) língua(s) internacional(is). Seria impossível tratar de todas estas questões em uma única pesquisa. Por isto, me proponho a analisar o discurso de divulgação do Esperanto, problematizando as representações de língua, pois não posso descartar a possibilidade de que estas representações possam influenciar no (in)sucesso do Esperanto como uma língua internacional.

Para tanto, faz-se necessário conhecer como e quando surgiu o interesse linguístico pela diversidade das línguas, o momento do ápice de elaboração de línguas planejadas e os impactos dessa ideia na constituição da Linguística enquanto ciência.

1.3 A diversidade das línguas e o surgimento da Linguística

O interesse do homem pela linguagem, como supracitado, existe desde tempos remotos. Do mito, parte-se para a ciência que o contesta. É num futuro bem distante do mito judaico sobre a origem das línguas e da diversidade linguística que surge a ciência denominada Linguística: “o estudo científico da lingua(gem)” (WEEDWOOD, 2002, p. 9); ciência que “[...] detém-se somente na investigação científica da linguagem verbal” (PETTER, 2015, p. 17); que “tem por finalidade elucidar o funcionamento da linguagem humana, descrevendo e explicando a estrutura e o uso das diferentes línguas faladas no mundo” (FIORIN, 2013, p. 42).

Embora tenha sido reconhecida como ciência, propriamente dita, no século XX, com as repercussões de o *Curso de Linguística Geral* de Saussure – o pai da linguística moderna –, a Linguística vinha se constituindo enquanto ciência desde o final do século XVIII. Os estudos linguísticos, até o século XX, foram fundamentalmente históricos. Depois de Saussure, houve a predominância dos estudos sincrônicos. Nesse sentido, a ciência Linguística é relativamente nova, data de algumas décadas, mas a história do fazer linguístico remonta à invenção da escrita e até mesmo antes dela (LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; CÂMARA JR., 1975; WEEDWOOD, 2002; FARACO, 2011).

Cabe ressaltar que, na história do fazer linguístico até que se constituísse a ciência linguística, muitas foram as noções que se teve de língua nos períodos históricos, científicos e culturais e nas correntes teóricas da linguística. Para os objetivos que se almejam nesta tese, interessa-me a tradição ocidental dos estudos da linguagem, em especial, o período que se segue ao renascimento, quando a história da linguística ocidental aponta para mudanças significativas (LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; WEEDWOOD, 2002), perpassando pelo século XIX, em que houve uma eclosão de estudos e ações em prol da construção de línguas planejadas, até o século XX, quando o Esperanto encontra-se em fase de consolidação.

1.3.1 O Renascimento e a história da linguística

De acordo com Weedwood (2002, p. 22-23), “A tradição ocidental é marcada por uma importante e irreversível mudança de direção que ocorreu durante o século XV”. Para a autora, a linguística teve seu caráter alterado fundamentalmente no Renascimento. O que vai

mudar os caminhos da linguística, neste período, é a forma como as pessoas de cada época adquirem o conhecimento. Em linguística, a forma de adquirir o conhecimento sobre a linguagem é por meio do universal ou do particular.

Weedwood (2002) aponta que os eruditos medievais buscavam o conhecimento por meio do universal, em “princípios que embasam e transcendem aos fenômenos terrenos, em vez de nos próprios fenômenos transitórios. O pensamento, aguçado pelo estudo da lógica, era para eles uma ferramenta muito mais valiosa do que qualquer outra” (WEEDWOOD, 2002, p. 67). Esses pensadores, portanto, utilizavam-se mais da lógica do que da observação empírica, embora esta última não deixasse de ser realizada neste período histórico. A abordagem universal tem origem na Grécia Antiga, em que os gregos, de acordo com Auroux (1998), definiam o homem como o animal que possui o *logos*, ou seja, era o animal racional. O *logos* está relacionado à *dianoia*, o pensamento. Neste sentido, para os gregos a linguagem era a tradução/ expressão do pensamento.

No entanto, a partir do Renascimento, como nos aponta Weedwood (2002), a perspectiva lógica foi divergindo da perspectiva de observação empírica, havendo discernimento entre duas abordagens diferentes: a universal e a particular. A primeira baseada na lógica e a segunda, “a abordagem ‘particular’, que se concentra nos fenômenos físicos que diferenciam as línguas” (WEEDWOOD, 2002, p. 68, grifos da autora).

Kristeva (1969), embora não utilize a expressão “abordagem universal”, considera que, desde a Idade Média até fins do século XVIII, existia uma visão teológica da linguagem que se preocupava com o problema de sua origem ou com as regras universais de sua lógica. Para a autora, a partir do século XIX, devido aos estudos de cunho histórico, a linguagem passou a ser vista a partir das perspectivas da mudança, do desenvolvimento e da evolução.

Câmara Jr. (1975) denomina os estudos linguísticos até o século XVIII de “pré-linguísticos” e “paralinguísticos”, descrevendo a linguística, a partir do século XIX, como “linguística propriamente dita”. Para o autor, aproximando-se das concepções de universal e particular propostas por Weedwood (2002), a “pré-linguística” e a “paralinguística” nunca deixaram de existir, pelo contrário, prosseguiram “ora ganhando novos aspectos do ponto de vista da linguística, ora contribuindo para esta com seu próprio *background*” (CÂMARA JR., 1975, p. 14).

Segundo Weedwood (2002), a partir do Renascimento, as abordagens universal e particular se inter-relacionam, entretanto, na perspectiva da autora e de muitos linguistas

(LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; AUROUX, 1998), sobressai-se a particular, depreciando-se a universal, que passa a ser considerada não científica.

Nesta pesquisa, opto, como em Weedwood (2002), por denominar os estudos sobre a linguagem como universal e particular, não como uma divisão de momentos históricos na constituição da ciência linguística, mas como posicionamentos científicos diferentes sobre os estudos da linguagem. É necessário estabelecer um paradoxo entre as duas abordagens e as duas diferentes concepções de ciência que tem origem nos gregos e coexistem até o século XIX: a concepção racionalista e a concepção empirista de ciência. As duas concepções influenciaram na formação da ciência linguística e na delimitação de seu objeto de estudo.

A abordagem universal relaciona-se com a concepção racionalista de ciência que, de acordo com Chauí (2010, p. 302), concebe a ciência como “um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo [...] capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, sem deixar nenhuma dúvida”. Quanto ao objeto da ciência na concepção racionalista, trata-se de “[...] uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas, e corresponde à própria realidade, porque esta é racional e inteligível em si mesma” (CHAUÍ, 2010, p. 302).

A abordagem particular relaciona-se com a concepção empirista de ciência, em que a ciência é definida como “uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções e que, ao serem completadas, oferecem a definição do objeto, suas propriedades e suas leis de funcionamento” (CHAUÍ, 2010, p. 303).

Cabe ainda ressaltar, como aponta Chauí (2010, p. 303), que

A concepção racionalista era hipotético-dedutiva, isto é, definia o objeto e suas leis e disso deduzia propriedades, efeitos posteriores, previsões. A concepção empirista era hipotético-indutiva, isto é, apresentava suposições sobre o objeto, realizava observações e experimentos e chegava à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e a previsões.

Considerando que as duas concepções de ciência coexistiram até o século XIX, justifica-se a coexistência entre as abordagens universal e particular em linguística. Nas obras que tem por objetivo apresentar a história da linguística, a tendência é dedicar especial atenção à abordagem particular, pois esta é a considerada pelos autores como o início da

constituição da linguística enquanto ciência, sobretudo a partir do Renascimento, perpassando o século XIX, até alcançar os dias atuais.

De acordo com Weedwood (2002), a partir do século XV, o interesse pela investigação do que havia de particular e individual na língua/ linguagem foi despertado. Segundo a autora, “Em vez de se concentrar naquilo que transcendia as línguas individuais, os estudiosos começaram a examinar os aspectos que diferiam de uma língua para outra” (WEEDWOOD, 2002, p. 70).

A mudança de direção nos estudos linguísticos iniciada no século XV intensificou-se no século XVI, quando as traduções da bíblia para as línguas consideradas “vulgares” começaram a aparecer. O Latim passou a ser marginalizado em prol dos estudos desses idiomas, que antes eram alvo de preconceito. É o momento em que surgem as literaturas nacionais (LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; CÂMARA JR., 1975).

No século XVI, as viagens de descobrimento permitiram o contato dos europeus com outros povos ainda desconhecidos, colocando-os em contato com um vasto número de línguas diferentes. Houve uma grande preocupação com a elaboração de gramáticas para essas línguas, principalmente que servissem de suporte aos estrangeiros colonizadores. Naquele período, o conhecimento da diversidade linguística foi além do, até então, imaginado. Como lidar com tamanha diversidade linguística posta a mostra naquele primeiro momento? ((LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; CÂMARA JR., 1975; WEEDWOOD, 2002).

Segundo Weedwood (2002), as tentativas de soluções para tal contexto surgiram tanto de estudos da abordagem universal quanto da abordagem particular. Esta última, de acordo com a autora, tentou lidar com a diversidade linguística partindo de questionamentos que consideravam a língua em si mesma: “Quantas línguas havia? Quem as falava? Que escrita usavam? Qual era sua história?” (WEEDWOOD, 2002, p. 77).

Os estudos da abordagem particular contribuíram para a emergência da fonética e da morfologia, desenvolvendo o modo como as línguas eram estudadas e o que poderia ser estudado nas línguas. Com as ferramentas básicas desenvolvidas para a análise linguística, os estudos linguísticos caminharam para o surgimento da linguística histórica e do método comparativo (LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; CÂMARA JR., 1975; WEEDWOOD, 2002).

As elucubrações provenientes da abordagem universalista, segundo Weedwood (2002), preocuparam-se em encontrar um remédio contra Babel, motivado pela decadência do Latim, considerado, até o século XVI, uma “língua universal”. Naquele momento, fortalecem-

se os estudos de “gramatização” dos vernáculos europeus, em que o latim medieval passa a ser abandonado pelos humanistas que contribuem para torná-lo uma língua morta (AUROUX, 1998). Dessa forma, como aponta Auroux (1998), a imprensa passa a se desenvolver, pois o público letrado também aumenta significativamente e, com o aumento de conhecimentos gerais sobre as línguas, surgem as tentativas de línguas universais, estudos de gramática geral e estudos comparativos das famílias linguísticas. Assim, “a abordagem da multiplicidade das línguas, enfim, faz nascer uma reflexão semântica absolutamente nova, porque ela deve abordar pela primeira vez a questão da relatividade linguística” (AUROUX, 1998, p. 417).

Nos séculos XVII e XVIII, houve grande interesse pelo estudo da origem das línguas. Segundo Auroux (1998, p. 55), modelos que tentavam esclarecer a origem da linguagem humana “[...] foram particularmente abundantes no século XVIII [...] e a questão foi até objeto de um prêmio proposto pela Academia de Berlim (1769)”. Tratava-se, de acordo com o autor, de uma questão polêmica, uma vez que o século XVIII era o século das luzes, da laicização, e a questão da origem das línguas poderia estar relacionada a um dogma bíblico que se buscava combater na época, em prol de se apreender a própria natureza do homem.

A tentativa de retornar à origem das línguas conduziu os estudiosos à descoberta das famílias linguísticas, como no caso em que se buscava a origem comum das línguas europeias. No entanto, a língua original jamais poderia ser descoberta. Seriam apenas suposições e hipóteses de como ela poderia ter sido, se de fato existiu. No entanto, um outro caminho era traçado que não a necessidade de descobrir uma língua original, mas a necessidade de se encontrar uma solução para o problema advindo da diversidade das línguas: a criação/ invenção de línguas para servirem de “universais” (de acordo com os linguistas) e/ ou de “internacionais” (segundo seus inventores). Cabe ressaltar que, ao longo do tempo muitas línguas foram inventadas com inúmeros objetivos distintos, mas limito-me apenas àquelas que tinham por objetivo ocupara a função de internacional.

Auroux (1998) apresenta em sua obra algumas das publicações que considera marcos na cronologia da reflexão linguística, sendo que muitas dessas publicações são referentes ao estudo da origem das línguas, em especial, da Renascença ao fim das luzes. No entanto, destacam-se, naquele período, publicações referentes à língua universal, em que são destacadas obras como o ensaio *Advancement of Learning*, de Bacon, publicado em 1605, que versa sobre a ideia de uma língua universal baseada nos caracteres chineses; uma carta de Descartes para Mersenne, escrita em 1629, cujo assunto é a língua universal; e, as publicações

de Leibniz, que escreveu, em 1765, *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. No entanto, segundo Auroux (1998), o auge de estudos voltados para a criação de línguas universais se deu no século XIX, momento em que os projetos mais conhecidos surgiram, como o Volapük (1879) e o Esperanto (1887).

Diante desse contexto histórico do planejamento de línguas, cabe questionar: por que estudiosos se interessaram pela elaboração de línguas que servissem à interação em contextos internacionais? Não é possível apresentar a motivação de cada construtor de línguas planejadas para tê-las criadas. No entanto, o que motivou Zamenhof a iniciar o Esperanto foram os diversos conflitos, comuns no contexto sócio-histórico europeu, no século XIX, em especial, no contexto histórico da Polônia, cujas consequências eram a exclusão, o preconceito linguístico, a dificuldade de entendimento entre falantes de línguas diferentes, os conflitos étnicos, conforme apresento no próximo item.

1.4 O contexto sócio-histórico europeu do século XIX

A Europa, desde sua formação, é um continente marcado por sucessivas batalhas. A constituição desse continente se deu pela luta por territórios e, na Idade Média, a partir de uma economia feudal, constituiu-se enquanto uma comunidade. Nesse processo, os europeus colonizaram outras terras, em outros continentes, mas não deixaram de colonizar uns aos outros. Os estados europeus começaram a se formar no século XVI. A divisão europeia e as guerras entre os Estados se perpetuaram até o século XIX e as consequências das desavenças internas, com bases políticas, econômicas e territoriais puderam ser vistas até a segunda metade do século XX (LE GOFF, 2008).

Segundo Le Goff (2008), o despertar dos povos e nações dominadas na/ pela Europa teve seu auge no século XIX, em especial, a partir de 1830, quando a França torna-se mais liberal e a Bélgica se separa dos holandeses. “É a explosão do nacionalismo sob suas duas formas, a boa e a má” (LE GOFF, 2008, p. 120). De acordo com o autor, o mal nacionalismo é “Aquele pelo qual um povo se proclama superior aos seus vizinhos e quer anexar territórios nos quais ele representa apenas uma minoria. Um nacionalismo agressivo e belicoso é uma ameaça para a independência dos outros e para a paz” (LE GOFF, 2008, p. 120-121).

No final do século XVIII e início do século XIX, houve a primeira grande descolonização, em que a América, com exceção das Antilhas, tornou-se independente da Europa. Sem a América, os europeus iniciaram o neocolonialismo nos continentes africano e asiático. Em 1978, o Congresso de Berlim organizou a divisão da África entre os europeus (LE GOFF, 2008).

Os séculos de dominação e colonização europeia foram marcados pelas imposições linguísticas, culturais e econômicas. O povo colonizado era considerado inferior, sua língua é descrita como dialeto sem valor e inexpressiva, sua cultura é comparada à barbárie de ignorantes. Era preciso diminuir o dominado, exterminar sua língua e sua cultura. Sua identidade precisava ser anulada em prol da única identidade permitida, a do dominador.

Foi nesse contexto europeu, que povos como os Judeus foram perseguidos desde a antiguidade, mas quase que exterminados do século XIX ao XX. Neste último, duas guerras que tomaram proporção mundial provocaram ruínas no solo europeu. Para Le Goff (2008), a parte mais abominável nesta história é a perseguição aos judeus.

[...] os sentimentos hostis em relação aos judeus e à sua religião tornaram-se propriamente racistas, anti-semitas, nos séculos XIX e XX, por causa de teorias falsamente científicas sobre a raça. Essa perversão culminou no atroz genocídio (assassinato sistemático de todo um povo) perpetrado pelos nazistas, a morte de milhões de judeus nos campos de concentração e nas câmaras de gás, a *Shoah*, durante a Segunda Guerra Mundial. Auschwitz tornou-se o lugar mais terrível e mais simbólico (LE GOFF, 2008, p. 72).

No entanto, não apenas de conflitos é feita a história da Europa. Aquele continente também traz em seu bojo histórico o progresso científico e tecnológico, iniciados pela revolução industrial, no século XIX. Surgem as usinas, indústrias, máquinas a vapor e, com elas, os trabalhadores operários. A segunda revolução industrial vem acompanhada da eletricidade, utilização do gás e do petróleo. Os produtos surgem e é necessário comercializá-los, assim aparecem os bancos e as moedas de papel. É a transição do sistema feudal para o capitalista (LE GOFF, 2008).

O século XIX é também o século da História e da Filosofia. Desenvolvem-se escolas e universidades, fazendo da Europa o primeiro continente em que a maioria das crianças frequentaram a escola e aprenderam a ler e escrever. É o século do liberalismo, do socialismo e do marxismo. Também foi nesse século que as ciências deram um salto, houve

descobertas nas áreas das ciências biológicas, física, medicina, psicanálise, entre outras (LE GOFF, 2008). É o século em que a Linguística começa a se consolidar como ciência autônoma.

Neste contexto europeu do século XIX, em que houve inúmeros conflitos políticos e territoriais, bem como progresso, pode-se destacar a Polônia, talvez o país que mais tenha passado por momentos históricos conturbados. Por ser o local onde nasceu Zamenhof e o Esperanto, dedico-lhe o próximo item.

1.4.1 A Polônia

O contexto político, econômico, cultural e histórico da Europa contribuiu significativamente para que projetos de línguas planejadas emergissem. No entanto, no que se refere à elaboração do Esperanto, há que se compreender o contexto histórico, político, econômico e cultural de um estado europeu em específico, a Polônia. O país que é localizado no centro da Europa é o berço de Zamenhof e do Esperanto. E é devido, em especial, a sua estratégica localização geográfica, que se tornou alvo de ambição de potências vizinhas, destacando-se a Rússia, a Áustria e a antiga Prússia.

Desde o início da construção do Estado da Polônia, no século X, com a dinastia Piast, trata-se de território que foi constante alvo de invasões. Durante séculos de existência, a Polônia não esteve em paz com seus vizinhos. De acordo com Zamoyski (2010), no século XVI, formou uma aliança com a Lituânia, constituindo a Comunidade Polaco-Lituana, com uma política distinta das dos Estados que a circundavam. No século XVII, a Comunidade Polaco-Lituana, como aponta o autor, era conhecida por comentaristas como “Anarquia Polaca” e contava com uma organização política monárquica eletiva.

Com o objetivo de elegerem-se, os candidatos ao trono da Comunidade costumavam fazer acordos com os estados vizinhos para garantir a vitória nas eleições. Esses acordos poderiam incluir o apoio por meio de tropas do exército e/ ou cedência de território que renderam à Comunidade Polaco-Lituana a perda da soberania estatal. Dessa forma, a partir de 1718, a Comunidade passou a viver sobre a imposição do protetorado russo. No século XVIII, foi (re)partilhada entre a Rússia, a Prússia e a Áustria por três vezes. A cada partilha, a Polônia perdia mais território e o povo polonês não se sentia satisfeito, rebelando-se inúmeras vezes contra os colonizadores (ZAMOYSKI, 2010).

Zamoyski (2010) explica que, logo após a primeira partilha, em 1772, houve a transição de uma literatura renascentista para as primeiras escritas do romantismo, com teor nacionalista, fruto da necessidade que os polacos sentiam de restaurar o Estado polonês. De acordo com Schor (2016), nesse período, países como Itália, Hungria e Polônia viram surgir movimentos nacionalistas de línguas. Esses movimentos, segundo a autora, viam a noção de uma língua internacional com desconfiança e aversão.

Segundo Milani (2012a), a literatura do Romantismo reflete toda a estrutura social da Europa, marcada por mudanças políticas. De acordo com o autor, havia uma ânsia pela renovação no caráter dos homens, pois o despotismo político fazia com que o homem, o cidadão comum, ficasse em segundo plano, gerando desigualdades sociais.

No Romantismo havia uma idealização de homem e de mundo perfeito. O homem romântico¹² sonhava com esse estatuto de perfeição e liberdade. Segundo Cândido e Castello (1992), no romantismo, triunfou a intuição e a fantasia, alimentando o contraste entre as aspirações e a realidade. Dessa forma, o homem romântico exprimia a insatisfação com o mundo contemporâneo, contrariamente ao racionalismo que aceitava o mundo de forma estática, pacífica. O romântico caracterizava-se pela inquietude, pelo anseio por algo melhor do que a realidade, pelo inconformismo social, ideais políticos, de liberdade e nacionalistas. O homem romântico, segundo os autores,

[...] alimenta o sentimento religioso, vibra com a prática e se irmana com a humanidade. Pula assim do círculo fechado de sua fantasia interior, da sua realidade alimentada de idealizações e de fugas, luminosa ou sombria, entre o bem e o mal, para as cogitações morais e espirituais, para a defesa das grandes causas sociais e da realidade (CANDIDO e CASTELLO, 1992, p. 158).

Com o Romantismo, que teve por fase o nacionalismo exacerbado, começou a surgir na Polônia o sentimento xenofóbico e o pensamento de que a influência estrangeira corrompia a pureza étnica. Segundo Zamoyski (2010, p. 186), “Enquanto os progressistas tentavam aplicar a lógica e a razão, o jingoísmo e a ignorância uniam-se em defesa de instituições tão venerandas como o vestuário tradicional polaco e o veto”.

No entanto, em 1795, uma terceira partilha do território polonês eliminou a Polônia do mapa por 123 anos. O rei da Polônia, Stanislaw II, foi obrigado a abdicar do trono.

¹² A expressão “homem romântico” é utilizada no sentido de homem cujas ideias correspondem ao período e características do movimento político, artístico e filosófico denominado Romantismo.

Em 1797, as três potências, Rússia, Prússia e Áustria, conseguiram finalmente finalizar o acordo da partilha, após terem liquidado as dívidas da Comunidade e do rei, e comprometeram-se, por meio da assinatura de um protocolo, “a não incluir o nome da Polônia em nenhum documento futuro, a eliminar toda e qualquer referência à Polônia em todos os assuntos diplomáticos e a lutar com todos os meios pelo seu oblívio” (ZAMOYSKI, 2010, p. 204).

Como afirma Zamoyski (2010), mal secaram as tintas do tratado da terceira partilha e os polacos iniciaram organizações secretas para mais uma insurreição. Várias insurreições foram intentadas no século XIX, mas foram sufocadas. A cada insurreição fracassada, as potências colonizadoras tornavam-se mais incisivas em suas políticas de dominação.

As insurreições, para Zamoyski (2010), foram resultados da incapacidade das três potências de oferecerem ao povo polonês condições de uma vida digna. Segundo o autor, “[...] a maioria das pessoas que se consideravam polacos identificavam-se com esse mundo e não com o Estado ao qual pagavam impostos” (ZAMOYSKI, 2010, p. 241). O povo polonês foi influenciado cultural, linguística, política e economicamente pelas três potências, conforme o território que lhes tinha sido destinado na partilha.

Zamenhof nasceu e viveu no território polonês, no século XIX, sob influência russa. Segundo Zamoyski (2010, p. 250), a Rússia teve situações muito complexas envolvendo a questão polaca, que tiveram impacto sobre as resoluções russas em relação ao território polonês, destacando-se alternativas como “a incorporação imediata da totalidade das terras polacas ao Império” ou fazer, do território polonês, “uma unidade semi-autônoma cuja lealdade poderia ser garantida com a promessa de que uma guerra futura contra a Prússia ou contra a Áustria garantiria a recuperação da Posnânia e da Galícia”.

A Rússia também incorporou ao seu território as terras lituanas, bielorrussas e ucranianas. Nesses territórios também surgiram movimentos nacionalistas, resultando em insurreições que mais tarde lhes garantiriam a formação de Estado independente: Lituânia, Bielorrússia e Ucrânia.

O restante do território polonês, sob império russo, foi transformado no Reino da Polônia e “[...] tratado como uma entidade administrativa e política separada” (ZAMOYSKI, 2010, p. 250), de início administrada por polacos e, no final do século XIX, governada diretamente e de forma mais dura pela Rússia.

Segundo Zamoyski (2010), o catolicismo era forte entre os polacos, tanto que a igreja católica recebeu inúmeras ações repressivas enquanto o território polonês esteve sob o julgo dos russos. Como aponta o autor, os polacos se identificavam, em maior proporção, com a religião e a língua, pois era comum que os padres providenciassem conselhos e apoio contra a opressão. Há que ressaltar ainda que, os polacos viam a interferência do Estado, na educação, de forma negativa, em especial, no que se referia ao ensino de línguas.

De acordo com Zamoyski (2010), em 1864, a língua polaca foi proibida sob forma impressa, seja em cartazes ou manuscrito, também foi proibido que as crianças fossem batizadas com nomes polacos. Em 1885, o russo tornou-se a língua oficial da escola e as crianças eram proibidas de falar o polaco em ambiente escolar. No entanto, mesmo diante da repressão do governo russo, eram organizadas aulas clandestinas de polaco e história e ministradas instruções religiosas. Segundo o autor, “[...] a educação clandestina chegou a envolver um terço da população do Reino em 1901. As conspirações, as imprensas clandestinas e o contrabando de livro voltaram a fazer parte da experiência cotidiana da sociedade polaca” (ZAMOYSKI, 2010, p. 255).

Neste contexto histórico da Polônia, nações combatiam e hostilizavam nações, e o próprio povo polonês combatia e hostilizava os seus. Neste último caso, há o exemplo da crescente discriminação em relação ao povo judeu, tanto na Europa quanto no território polonês que contava com uma das maiores populações judias. Ainda não se compreende porque os judeus foram historicamente odiados e o antissemitismo propagado pelo mundo e pela história. O fato é que, independente de onde um judeu nascesse, ele era considerado judeu e não cidadão daquela nação. Na narrativa da história da Polônia, Zamoyski (2010) permite que se transpareça esse preconceito da população que vivia naquele período, ora especificando poloneses, russos, prussianos e judeus, ora referindo a estes últimos como judeus poloneses.

De acordo com Schor (2016), Bialystok, cidade polonesa controlada pela Rússia, uma “Babel das línguas”, onde russos confrontavam poloneses; poloneses confrontavam alemães; e todos estes, juntos, confrontavam os judeus, que correspondiam a 70% da população. Nesta cidade, segundo a autora, ser multilíngue não era privilégio dos instruídos, mas a condição normal de qualquer pessoa que tinha que fazer suas corriqueiras compras, cumprimentar policiais e soldados, orar, e em demais ações, atividades de rotina. Foi nesta atmosfera de exclusão que nasceu e viveu Zamenhof, judeu. No entanto, Zamenhof, que sofria

com a exclusão, não imaginava que a perseguição ao povo judeu viria a tornar-se ainda pior durante a Segunda Guerra Mundial, no século XX, e que sua prole e os judeus seriam mortos em campos de concentração alemães (KORZHENKOV, 2009; SCHOR, 2016). Provavelmente, se ele estivesse vivo naquele período, também teria sido vítima do nazismo, por ser judeu e por falar Esperanto.

O preconceito em relação aos judeus, como afirma Zamoyski (2010), era acentuado nos territórios da Polônia sob o domínio dos prussianos e dos russos. A Rússia, em especial, não permitia o livre trânsito dos judeus que adquirira na partilha da Polônia, em 1772, mesmo que estes tenham transferido sua lealdade ao governo russo. Os judeus eram alvo de duras discriminações e perseguições, o que fazia deles “[...] o único povo órfão da Comunidade sem pretensões nacionalistas” (ZAMOYSKI, 2010, p. 263).

Os judeus passaram a ser melhores tratados pelos russos quando Alexandre III assumiu o trono, em 1855. No entanto, após a morte do czar, em 1881, os judeus passaram a ser acusados de tudo que tivesse conotação negativa, até mesmo de sequestrar crianças cristãs. As perseguições passaram a ser sancionadas oficialmente pelo governo russo. Em 1882, muitos judeus deslocaram-se do território russo para o território polonês por não se adaptarem às sanções de confinamento às zonas de residência. No território polonês, os judeus vindos da Rússia eram indesejados por seus irmãos e pelos poloneses, que alimentaram um novo antissemitismo (ZAMOYSKI, 2010), justamente pelo fato de uma porcentagem dos judeus terem se associado ao governo russo. O pai de Zamenhof, por exemplo, foi censor a serviço do governo russo (KORZHENKOV, 2009).

Segundo Zamoyski (2010, p. 263-264),

Este fenômeno [antissemitismo] e o aparecimento de um nacionalismo moderno de tendência darwinista entre os outros povos da Comunidade colocou os patriotas polacos num dilema porque sugeria – como eles sugeriram – que não só o modelo da Comunidade mas até o de um Estado modernizado e baseado no multiculturalismo eram inviáveis. O melhor caminho para a frente parecia ser emular outros Estados europeus e assumir o núcleo étnico e a língua como bases da nação. Mas isto significava rejeitar a inclusividade e a tolerância da Comunidade em benefício de um conformismo etnocêntrico e exclusivo que conduziria inevitavelmente à intolerância e à necessidade de remover os corpos estranhos dessa mesma nação. Este dilema moldaria a face política da nova nação polaca.

De acordo com Zamoyski (2010), os mais de cinco milhões de judeus que viviam no território polonês foram ignorados pelo ideal nacionalista dos partidos políticos que se formavam. Os judeus, que constituíam 14,6% da população, não tinham sentimento de pertença identitária a uma nação, não por não desejarem, mas por não terem tido esse direito. Os judeus não tinham motivos para desejar a independência da Polônia enquanto Estado. Por não serem reconhecidos pela nação que habitavam e que para muitos era o berço, os judeus começaram a aderir, em 1897, ao movimento sionista e à União Socialista Judaica. Esta última “[...] em 1898 se aliou ao Partido Social-Democrata russo, virando as costas ao PPS e à causa da independência polaca” (ZAMOYSKI, 2010, p. 265).

Desde a primeira partilha da Polônia, o povo polonês iniciou o movimento em prol de um Estado independente, luta que se intensificou a partir de 1795, quando a Polônia deixou de existir no mapa da Europa. Apenas 123 anos depois da terceira partilha, em 1918, a Polônia tornou-se Estado europeu novamente. No entanto, sua história não deixou de ser conturbada, o território não deixou de ser almejado por seus vizinhos, o preconceito linguístico, étnico e religioso não deixou de existir. A Polônia, que agora estava em processo de (re)construção enquanto estado-nação, viria a viver os desafios de sua consolidação e os dissabores da Segunda Guerra Mundial. Eis que se inicia no século XX uma história não muito diferente daquela vivida em séculos anteriores, em especial, no século XIX. Zamenhof, que faleceu em 1916, não viu (re)nascer o Estado polonês e nem mesmo as atrocidades que o povo judeu viria a sofrer no holocausto.

Cabe ressaltar que, a partir da segunda metade do século XIX, o romantismo, de cunho nacionalista, predominou no movimento literário polonês. O positivismo influenciou a ciência e a educação. Segundo Zamoyski (2010, p. 260), “As pessoas inteligentes eram encorajadas a fazerem uso do positivismo e do trabalho orgânico na prossecução de fins específicos em vez de perderem o tempo a planear sublevações impossíveis”. Foi também neste século que, na Europa, os estudos da linguagem tomaram caminhos para delimitar a ciência que, mais tarde, no século XX, seria conhecida como Linguística, conforme descrevo no tópico a seguir.

1.5 A linguística do século XIX

Para compreender o contexto histórico-científico no século em que Zamenhof elaborou o Esperanto, faz-se necessário conhecer a história da ciência que tem como objeto teórico as línguas: a Linguística. Esta viria a se tornar ciência apenas no século XX, mas tal constituição começou bem antes, quando a Linguística ainda era apenas uma disciplina.

O nascimento da Linguística tem início em fins do século XVIII, quando estudiosos europeus começaram o estudo do Sânscrito. No entanto, o século XIX, com uma vasta publicação em Linguística, contribuiu significativamente para que esta começasse a se solidificar enquanto ciência (LEROY, 1967; KRISTEVA, 1969; CÂMARA JR., 1975; WEEDWOOD, 2002; FARACO, 2011). De acordo com Faraco (2011, p. 29, grifos do autor), a imanência da Linguística no século XX, se deve “à linguística comparativa e histórica que desenvolveu um método de manipulação de *dados linguísticos enquanto dados linguísticos*”.

Como afirma WEEDWOOD (2002, p. 103), “Concorda-se em geral que a mais extraordinária façanha dos estudos linguísticos do século XIX foi o desenvolvimento do método comparativo [...]”, em especial, com os estudos do protoindo-europeu, atingindo seu ápice por volta de 1880, com os neogramáticos.

Essa nova forma de fazer ciência linguística da segunda metade do século XIX resulta em fortes críticas e negações em relação às especulações filosóficas (AUROUX, 1998; PAVEAU e SARFATI, 2006). Estudos sobre a origem das línguas ou a língua universal foram proibidos pela Sociedade de Linguística de Paris (KRISTEVA, 1969; AROUX, 1998 e 2008). As possíveis motivações para esta proibição foram investigadas por Auroux (2008), que afirmou não ser possível estabelecer as motivações científicas que levaram a tal proibição, mas elencou uma série de argumentos que foram utilizados para rejeitar estudos relacionados à origem das línguas:

Razões de caráter social ou conjuntural:

[A] é preciso evitar as discussões sobre um dogma essencial da religião.

[B] é preciso evitar as hipóteses gerais sobre questões obscuras.

[C] as investigações sobre a origem das línguas não têm nenhuma fecundidade científica.

Razões de caráter “científico”:

[D] a passagem da humanidade de um estado não-linguístico a um estado linguístico é impossível.

[E] não há nenhum observável que corresponda à origem das línguas.

[Fa] a primeira língua está irremediavelmente perdida.

[Fb] o nascimento da linguagem não é um observável.

[Fc] o nascimento da linguagem não é um fato.

[G] as raízes correspondem às diferentes famílias linguísticas, são fatos primitivos aos quais as ciências não têm o direito de retornar. (AUROUX, 2008, p. 44, grifos do autor).

A maioria dos fatores elencados por Auroux (2008) possuem noções que se aproximam dos princípios da linguística positiva como em [E], [Fa], [Fb] e [Fc], porém, o autor ressalva que as abstenções em relação ao estudo sobre a origem da linguagem têm uma longa história e que não se trata, portanto, de uma novidade do século XIX.

O positivismo em linguística, que surgiu a partir da segunda metade do século XIX, teve início com os neogramáticos que apoiavam seus trabalhos científicos nos princípios positivistas da filosofia de Comte (1798-1857) e no método experimental de Bernard (1813-1878) (PAVEAU e SARFATI, 2006). Comte (1978), em seu “Curso de Filosofia Positiva”, afirma que para entender o pensamento positivo, faz-se necessário caminhar pelo desenvolvimento progressivo do conhecimento humano. Nesse sentido, a história de cada ramo do conhecimento humano “passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo” (COMTE, 1978, p. 03). O primeiro estado está relacionado ao mito e tem bases religiosas; o segundo, uma transição entre o primeiro e o terceiro estado; e, este último, o estado de fato científico. Segundo Comte (1978, p. 03), no estado positivo, há a impossibilidade de se obter noções absolutas e, então, o espírito humano renuncia a procura pela origem do universo ou pela causa íntima dos fenômenos, preocupando-se com a explicação dos fatos, que podem ser observados em seus diversos fenômenos particulares, em que questões gerais são progressivamente reduzidas pela ciência.

O estado teológico tinha como entidade geral o divino; o estado metafísico tinha por entidade geral a natureza; e, o estado positivo, teria como objetivo “representar todos os diversos fenômenos observáveis como casos particulares dum único fato geral [...]” (COMTE, 1978, p. 03). Dessa forma, uma das principais ideias do positivismo é a de que os conhecimentos possuem valor de verdade apenas se advindos de fatos observáveis, faz-se necessário observar para então formar teorias reais e entregar-se às próximas observações. Comte (1978), a partir desse argumento, prossegue em seu texto apresentando os contrapontos entre a filosofia teológica e a filosofia positiva, em que as ideias trazidas pela primeira deveriam ser abandonadas em detrimento da segunda. O autor propõe que os objetivos

almeçados pela filosofia teológica devam ser proibidos, embora tenham sido importantes para o início do que viria a ser mais tarde as investigações da filosofia positiva.

De acordo com o pensador, a filosofia positiva tem por maior ambição descobrir as leis dos fenômenos e, por caráter próprio, “[...] considerar proibidos necessariamente à razão humana todos esses sublimes mistérios, que a filosofia teológica explica, ao contrário, com tão admirável facilidade, até em seus mínimos pormenores” (COMTE, 1978, p. 6). Em outras palavras, o positivismo não se preocupava com as causas dos fenômenos, mas com suas leis, com o objetivo de “analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e de similitude” (COMTE, 1978, p. 7). De acordo com o exposto, a proibição de estudos sobre a origem da linguagem e a língua universal pela Sociedade de Linguística de Paris, ocorrida em 1876, após a revisão de seus estatutos (AUROUX, 2008), parece estar pautada nas concepções da filosofia positivista, que iniciada com os neogramáticos, perpetuaria durante todo o século XX.

Além de recusar especulações filosóficas, o século XIX é marcado pela matematização da lógica. No entanto, como afirma Auroux (1998), os filósofos que refletiram em torno da lógica, naquele século, não citaram em seus trabalhos a linguagem como ponto fundamental de suas reflexões. Trata-se do momento, que de acordo com o autor, “a filosofia abandona a linguística aos linguistas, assim como abandonou a matemática ao matemático e a física ao físico” (AUROUX, 1998, p. 424). A presença da lógica, segundo o autor, será observada no início dos estudos semióticos e na eclosão de projetos de línguas universais. Dessa forma, o início da matematização da lógica em linguagem prepara a virada linguística do século XX, caracterizado “pelo desenvolvimento dos sistemas lógicos que conduz, na segunda metade do século, à construção de máquinas gerais para tratar a informação (computadores)” (AUROUX, 1998, p. 431), momento em que os linguistas começam a se interessar pouco a pouco pela lógica, que terá maior ênfase nas teorias formalistas.

Durante todo o século XIX, apesar da proibição da Sociedade de Linguística de Paris e da influência do positivismo em linguística, os estudos voltados para a origem das línguas ou para a “língua universal” não foram sufocados. Segundo Weedwood (2002, p. 125), “Na linguística do século XX, vamos encontrar a mesma tensão das épocas anteriores entre o foco ‘universalista’ e o foco ‘particularista’ na abordagem dos fenômenos da língua e da linguagem”. Embora desprestigiados cientificamente, os estudos sobre a origem da língua/linguagem e a “língua universal” continuaram a existir dentro do próprio céu

linguístico do século XX, em que estudos sobre línguas planejadas foram abordados por linguistas como André Martinet, Antoine Meillet e Otto Jespersen. Entre estes linguistas, havia a certeza de que o Esperanto, uma língua criada com pretensões lógicas para ser a língua internacional, de fato funcionava como funcionam as línguas naturais.

No entanto, ao se falar de Esperanto, não se pode deixar de falar do contexto linguístico que fazia parte do universo de Zamenhof, que viveu na parte da Polônia que estava sob o governo do Império Russo. Diferentemente da tradição europeia, que considera Saussure o pai da Linguística, os russos consideram Humboldt (FERREIRA, 2020). Embora Zamenhof tenha vivido nesse entre-lugar (BHABHA, 1998), recebeu educação escolar russa (KORZHENKOV, 2009) e, portanto, faz-se necessário conhecer as principais ideias linguísticas de Humboldt, que podem ter influenciado o autor do Esperanto.

Friedrich Christian Karl Ferdinand Wilhelm von Humboldt nasceu em Postdam (Prússia, atual Alemanha), em 1767, e sua produção linguística foi realizada, em maior parte, no século XIX. Antes de enveredar pela linguística, Humboldt atuava na política, trabalhando como diplomata e era conhecido como barão von Humboldt. O prussiano recebeu uma formação clássica e humanista (FERREIRA, 2020).

De acordo com Ferreira (2020), Humboldt foi considerado o fundador da linguística moderna por ter sido o primeiro filósofo da história ocidental, que se tem conhecimento, a romper com a tradição que separava o pensamento da língua. A autora explica que “Humboldt descreve as línguas e suas relações internas ao invés de se ocupar em verificar a validade gramatical da sentença; foi o primeiro a compreender que o caminho para a compreensão do pensamento é a própria língua” (FERREIRA, 2020, p. 19).

Segundo Milani (2012b), Humboldt foi um estudioso preocupado com a origem da linguagem e com o processo de organização sistêmica da língua, trabalhando com estudos comparativos. Esses estudos o levaram a crer que a língua possui uma fórmula perfeita que se vincula ao pensamento abstrato de qualquer um de seus falantes. Para Humboldt, o pensamento do povo aperfeiçoa a língua e esta aperfeiçoa o pensamento, pois, como explica Milani (2012a, p. 71), “[...] quanto mais o indivíduo pensa [...], melhores recursos têm para pensar, uma vez que o pensamento é materializado em forma de linguagem e os recursos da língua se aperfeiçoam no indivíduo com o exercício”. Dessa forma, para Humboldt, a linguagem e a evolução espiritual da humanidade estão imbricadas (MILANI, 2012).

Milani (2012a) explica que, para Humboldt língua e espírito nacional são a mesma coisa. Isso pode se dar devido à influência do romantismo no pensamento de Humboldt (MILANI, 2012b). Segundo Milani (2012a, p. 77), para Humboldt, a língua é o único armazém cultural que o ser humano possui e daí resulta sua relação profunda com a nação: “[...] A língua reflete tudo aquilo que a nação é, foi ou será. Ela torna a nação possível: não poderia existir uma nação sem uma língua-nacional, porque a língua reflete o espírito do povo (*espírito-nacional*) e o espírito do povo está inteiramente espalhado pela língua”.

Para Humboldt, como expõe Milani (2010b), a criação dos falantes de uma língua está relacionada à perfeição dos recursos gramaticais dessa língua; quanto mais as formas da língua forem precisas, mais precisos serão seus conceitos; tanto a língua quanto o pensamento serão beneficiados se a literatura nessa língua for desenvolvida; são os recursos da língua que tornam a expressão das ideias possíveis; a perfeição linguística requer flexão, pois facilita o trabalho do pensamento; uma língua não suporta uma mudança radical, mas todo falante é um agente modificador dessa língua.

Embora Humboldt reconheça que todas as línguas são perfeitas, e que não há superioridade linguística de uma língua pertencente a uma nação “menos civilizada” e outra pertencente a uma nação “mais civilizada”, compreende que há diferenças no desenvolvimento espiritual e linguístico no que concerne à intelectualização do povo. Portanto, não seria adequado impor a civilização de uma língua universal a uma língua selvagem, pois esta última, não teria recursos histórico-culturais para expressar o pensamento de uma sociedade civilizada (MILANI, 2012b). O contato entre essas línguas resultaria no “[...] desaparecimento da língua menos universal. Mesmo que se tente preservá-la, muito pouco poderá ser feito se não for preservada a unidade nacional do povo: o território, o espírito nacional, etc” (MILANI, 2012b, p. 144).

É possível compreender, por meio desse breve contexto histórico da linguística do século XIX, que os estudos linguísticos à luz da lógica, da razão, do positivismo, viram o sujeito como uno, psicologizante, individualizado, que tem controle sobre a língua e a gramática. Há, como afirma Haroche (1992, p. 22), um mecanismo de individualização do sujeito subtendido à gramática: “[...] a exigência de clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade”. Segundo a autora, esse modo de ver a língua e a gramática parecem a serviço “de um poder que, procurando fazer do homem uma entidade homogênea e transparente, faz do explícito, da exigência de dizer tudo e da ‘completude’ as

regras que contribuem para um assujeitamento paradoxal” (HAROCHE, 1992, p. 23), demonstrando que língua é poder e que pode ser utilizada como instrumento de normalização.

É nesse contexto linguístico do século XIX que Zamenhof nasceu e construiu o Esperanto, como descrevo no item a seguir.

1.6 Zamenhof e a iniciação do Esperanto

A narrativa traçada nos itens anteriores é primordial para compreender o contexto econômico, cultural, científico, histórico e linguístico da Europa e da Polônia no momento em que Luiz Lázaro Zamenhof (Ludwik Lejzer Zamenhof ou Lazar’ Markovitch Zamenhof ou Ludovic Lazarus Zamenhof) publicou o Esperanto com o nome de *Lingvo Internacia*, sob o codinome *Doktoro Esperanto* (Doutor Esperanto), no ano de 1887, século XIX.

Zamenhof nasceu na cidade Bialystok, Polônia, na época sob domínio russo, em 16 de dezembro de 1859. Devido à história conturbada da Polônia, que chegou a desaparecer do mapa, como narrado no item 1.3.1, Bialystok era considerada uma cidade russa no século XIX (ZAMOYSKI, 2010). Desse fato advém a nacionalidade russa de Zamenhof (KORZHENKOV, 2009). No entanto, essa questão de nacionalidade é complexa, uma vez que os habitantes polacos de Bialystok a consideravam uma cidade polonesa, momentaneamente ocupada por usurpadores, aos quais resistiam. É complexo afirmar se Zamenhof se considerava russo ou polonês. Por território, seria um polonês, por questões legais, considerando o domínio da Rússia, russo, mas, certamente era judeu por pertencimento. O seu judaísmo, de acordo com o próprio Zamenhof, é o responsável por tudo o que ele fez, inclusive em relação ao Esperanto (KORZHENKOV, 2009) e, de fato, não poderia ser de outra forma, pois o judaísmo era parte de sua identidade. As exclusões vivenciadas por Zamenhof durante toda a sua vida, seja antes ou após a construção do Esperanto, estão relacionadas diretamente com a sua origem judaica.

O território polonês era palco de diversos desentendimentos étnicos e linguísticos, marcado pela diversidade linguística, onde se falava o Polonês, o Lídice, o Russo e o Alemão (KORZHENKOV, 2009; SANTOS, 2010; SCHOR, 2016). Foi em meio a acontecimentos conturbados que Zamenhof cresceu, vendo outros, poloneses e judeus, e a si próprio, serem alvos subordinados das relações de poder (FOUCAULT, 2010b; 2017) entre os povos, onde a língua era um dos instrumentos do poder dominante. Para os russos, os judeus e poloneses

não falavam, mas “ladravam” (PRIVAT, 1960). Esta era a política linguística dos colonizadores, que tinham por objetivo impô-las como oficial à custa da ridicularização e inferiorização das línguas dos povos “conquistados”.

A língua é uma estratégia de poder usada pelas nações colonizadoras para monopolizar o saber. Os problemas de segregação social enfrentados por Zamenhof, em seu país, não tinham origem na língua, mas na busca desenfreada pelo poder que movia a Europa de sua época. Segundo Rónai (1970, p. 58), Zamenhof viria compreender esse fato mais tarde, pois “a divergência dos idiomas não era a principal responsável de toda aquela incompreensão; havia interessados em insuflar aqueles ódios. Em todo o caso, a diversidade das línguas facilitava-os”.

Zamenhof incomodava-se com o fato de que os habitantes de um mesmo país consideravam-se uns aos outros estrangeiros. Diante do ódio insuflado entre os diferentes povos que habitavam a Polônia, Zamenhof sonhava em um dia encontrar a solução para esses conflitos e desentendimentos, acreditava que isso seria possível, se esses povos utilizassem uma mesma língua para interagir em contextos internacionais ou entre povos que tivessem línguas maternas diferentes.

Havia, nos ideais de Zamenhof, o desejo de pacificar os conflitos interétnicos. Talvez, esse ideal de pacificação tivesse relação com as leituras das obras de Tolstói, a quem muito admirava e a quem chegou a enviar materiais de divulgação e ensino do Esperanto. Tolstói era considerado um anarquista pacificador (KORZHENKOV, 2009). No entanto, não identifiquei literatura biográfica sobre Zamenhof que narrasse sua participação em movimentos anarquistas, mas sim, em movimentos sionistas (KORZHENKOV, 2009; SCHOR, 2016). Porém, como o sujeito é perpassado pela heterogeneidade, pelo (O)outro (AUTHIER-REVUZ, 1990), os escritos, as ideias de Tolstói podem ter influenciado Zamenhof em seu projeto linguístico e filosófico.

No entanto, Zamenhof sabia que o chauvinismo era intenso, e jamais os povos aceitariam que a língua de comunicação internacional fosse a língua pertencente a um determinado povo/ nação, por isso rejeitou a ideia de reviver/ reformular o Grego ou o Latim (SCHOR, 2016). Essa língua teria que ser “de todos” e “de ninguém” ao mesmo tempo, uma língua inventada para esta função, uma língua planejada (PRIVAT, 1960). Segundo Schor (2016), Zamenhof queria uma língua neutra, não étnica e não imperial, portanto, uma língua que ainda não existia.

Filho de Marcos Zamenhof, um modesto professor de Geografia e línguas modernas, vivendo numa Polônia dividida entre povos colonizadores, são questões difíceis para assinalar qual teria sido a língua materna de Zamenhof. Para Korzhenkov (2009) e Passini (2008) a língua materna de Zamenhof é o Russo; para Rònai (1960), o judeu era trilingue desde criança, ao falar polaco, hebraico e alemão, aprendendo o Russo no ginásio; outros autores (PRIVAT, 1960; SANTIAGO, 1986) preferem não citar a língua materna de Zamenhof. Considerando o pertencimento judaico, não se pode descartar a ideia de que o Iídiche tenha sido sua língua materna.

O fato é que Zamenhof sabia falar Polonês, Iídiche, Hebraico e Russo, estudou Latim, Grego, Italiano, Inglês, Lituano, Alemão e Francês e, por último, conheceu um pouco do Espanhol. No entanto, o esperantista não era professor de línguas e nem mesmo linguista (não por formação). Zamenhof formou-se médico oftalmologista e durante os estudos, por exigência do pai, teve que deixar por algum tempo o seu sonho de construir uma língua internacional (PRIVAT, 1960; SANTOS, 2010).

Na primeira tentativa de elaborar a língua, Zamenhof inventou raízes próprias, mas logo percebeu que seria inviável. Talvez, nem ele próprio pudesse aprender tal língua. Então, teve a ideia de colher as raízes das palavras de línguas que já existiam, línguas vivas, e recorreu, em maior parte, aos vocabulários de origem latina e germânica que, como discuto no terceiro capítulo, é uma quebra da ideia de neutralidade na/da língua. A escolha das raízes se deu considerando a ocorrência no maior número de línguas, ou seja, as palavras ditas internacionais. No entanto, Zamenhof deparou-se com a possibilidade vasta do léxico a ser criado, que daria origem a uma gramática e dicionário extensos. Foi, então, que passou a estudar os sistemas de sufixação de diversas línguas, por meio do qual muitas palavras poderiam ser criadas sem a necessidade de uma aprendizagem complexa (PRIVAT, 1960). Este primeiro projeto de língua, Zamenhof colocou em prática aos dezesseis anos de idade, contando com a participação dos colegas de escola.

Ao terminar o colegial, Zamenhof foi para a Rússia cursar a faculdade de medicina, um dos únicos cursos que poderiam ser cursados por judeus na época (PRIVAT, 1960). No período em que se afastou de casa, o pai de Zamenhof o obrigou a deixar o caderno de anotações da língua internacional. Mais tarde, quando retornou, Zamenhof descobriu que o pai havia queimado as anotações e, portanto, teria de recomeçar (PRIVAT, 1960). O pai, professor de línguas modernas, talvez por acompanhar os movimentos linguísticos de sua

época, considerava a ideia da língua internacional uma utopia¹³, cujo sonho poderia resultar em uma má reputação ao filho, mas, no futuro, o pai reticente, que temia um futuro de asperezas para o filho, viria a tornar-se adepto do Esperanto.

O medo do pai de Zamenhof não era equivocado, pois, mais tarde, quando Zamenhof criou o Esperanto, teve seu trabalho, e, conseqüentemente, sua vida econômica, afetadas por ter criado e defender a língua planejada como língua internacional. Sua reputação, como médico, ficou comprometida. As pessoas não queriam se consultar com um médico que despendia mais tempo com uma língua planejada do que com a medicina. Zamenhof teve que omitir, inúmeras vezes, sua vinculação ao Esperanto para que pudesse ter pacientes (KORZHENKOV, 2009). Esse pode ser o motivo pelo qual Zamenhof publicou vários de seus textos com codinomes, como o fez com o texto *Essência e futuro da ideia de uma língua internacional*, objeto dessa tese.

O conhecimento de vários idiomas contribuiu para que Zamenhof desenvolvesse o Esperanto, um processo de construção e não uma inspiração divina, como justificaram outros criadores de línguas planejadas (RÓNAI, 1970). Ao ter conhecimento que seu pai havia queimado seu projeto de língua, empreendeu, aos 22 anos de idade, a tarefa de recomeçar, dando origem ao Esperanto. O processo de elaboração do Esperanto durou seis anos de incessante pesquisa, trabalho e experimentação (PRIVAT, 1960), tal como exige uma pesquisa científica de cunho positivista.

Zamenhof não se considerava o criador do Esperanto, mas seu iniciador. Rónai (1970) acredita que a sobrevivência do Esperanto está associada ao comportamento distinto de Zamenhof em relação a outros construtores de idiomas planejados. Diferentemente desses últimos, Zamenhof testou e usou seu idioma, assim como participou ativamente do processo de divulgação da língua.

Segundo Rónai (1970), aqueles que se dedicavam a elaborar uma língua compunham sua gramática e vocabulário e, em seguida, abandonava este idioma aos seus possíveis falantes, para que o adotassem, pusessem em prática e o desenvolvessem. No entanto, as pessoas estão sempre ocupadas com outras coisas mais importantes e essas línguas acabavam por não saírem do papel. No caso do Esperanto, o autor destaca que foi diferente, pois Zamenhof dedicou a atenção necessária ao processo de elaboração e desenvolvimento da língua, bem como dedicou-se a sua divulgação, trabalhando, de forma ativa, em traduções, para o Esperanto, de obras literárias mundiais de autores como Shakespeare, Molière,

¹³ A questão da utopia é problematizada no item 3.1, no Capítulo 3.

Goethe, Schuller, Gogol e Andersen. Apenas quando considerou a língua, de fato, experimentada, pronta, Zamenhof comunicou-a ao público, em 1887.

Após a publicação do Esperanto, os exemplares dos livros com os ensinamentos da língua foram encaminhados para várias pessoas e países. Nesse processo, Zamenhof chegou a lançar uma proposta: junto ao material de ensino da língua, eram encaminhadas fichas que deveriam ser devolvidas preenchidas por todos aqueles que se comprometessem a estudar e aprender o Esperanto. Zamenhof prometeu publicar um livro com todos os nomes e endereços recebidos, para que os esperantistas se conhecessem e tivessem acesso uns aos outros. Zamenhof desejava chegar a dez milhões de promessas de novos esperantistas e, em pouco tempo, tinha uma lista com mais de mil contatos, mas nunca atingiu os dez milhões almejados (KORZHENKOV, 2009; SCHOR, 2016).

Zamenhof começou, portanto, a editar o jornal *La Esperantisto*, conforme demanda de seus coidealizadores. No entanto, poucos tinham condições de pagar pela assinatura e muitas editoras não aceitavam investir nas publicações por receio de prejuízos financeiros. Com a ajuda de um dos esperantistas, W. H. Trompeter, Zamenhof conseguiu manter a publicação por mais três anos, até 1894 (PRIVAT, 1960) e, ainda, recebeu uma ajuda de custo para editar as revistas, uma espécie de salário, o que foi benéfico para ele, pois não estava conseguindo se sustentar e a sua família com a prática da medicina (KORZHENKOV, 2009).

Trompeter deixou de financiar a revista *La Esperantisto* porque, assim como outros esperantistas, desejava que mudanças fossem feitas no Esperanto. Esse movimento reformista do Esperanto trouxe divisões para o movimento esperantista e problemas para Zamenhof, que chegou a propor algumas mudanças para a língua, mas, em votação entre os esperantistas, não foram aceitas pela maioria. Dessa forma, a minoria que deseja essas mudanças deixou o movimento esperantista e, a partir de um Esperanto modificado, deram origem a outra língua, o Ido, que não prosperou (KORZHENKOV, 2009). As divergências no próprio movimento esperantista são uma contra-argumentação sobre a ideia de que a língua possa promover a compreensão perfeita entre as pessoas, própria de uma visão que desconsidera a subjetividade da/ na língua (HAROCHE, 1992).

Cabe ressaltar que Zamenhof deixou, nas mãos dos usuários, a evolução do Esperanto, como ocorre com qualquer língua natural e, apesar de todas as contendas no movimento esperantista, a elaboração de outras línguas, ataques de regimes totalitários, duas

guerras mundiais, o inglês global, o Esperanto sobreviveu. Segundo Schor (2012), o movimento linguístico do Esperanto sobrevive porque aborda uma situação particularmente moderna: negociar as reivindicações concorrentes de indivíduos livres, de um lado, e, de outro, comunidades ligadas por valores e tradições, em outras palavras, há o respeito pelo direito dos indivíduos e da coletividade. Acrescento: o Esperanto é uma língua de resistência que contribui para outros movimentos que também são resistência. Isso porque, como afirma Schol (2016), o Esperanto é essencialmente político¹⁴, contrariando, mais uma vez, a sua suposta neutralidade. Dessa forma, como propõe a autora, o Esperanto sempre seria “insultado” como um movimento cosmopolita e subversivo, hostil ao nacionalismo e “manchado” por suas origens judaicas.

A adoção do idioma por pessoas que, assim como Zamenhof, tinham vontade de vê-lo como uma língua internacional, também contribuiu para que este continuasse a existir e sobrevivesse. Segundo Passini (2008), desde seu lançamento, o uso do Esperanto tem aumentado progressivamente, mesmo diante das inúmeras restrições de uso que sofreu em diferentes momentos históricos em países como Rússia, Alemanha, Portugal e Espanha. De 1900 a 1905, o Esperanto progrediu significativamente, contando com grupos e periódicos em doze países. Foi na França, em 1905, que ocorreu o primeiro congresso de Esperanto. Muitos outros congressos foram realizados em vários países, e o Esperanto nunca mais deixou de ser falado, enfrentando a enorme onda chauvinista que se opunha a tudo que tivesse em seu bojo a ideia de “internacional” (PRIVAT, 1960).

Atualmente, o Esperanto é usado como interlíngua em distintas situações de interação, em diferentes países e continentes. De acordo com Cavalheiro e Rusilo (2012, p. 11), “Atualmente o Esperanto é empregado em viagens, correspondências, intercâmbio cultural, congressos e convenções, literatura, ensino de línguas, internet, televisão e rádio”. Até o momento, foram realizados 105 Congressos Universais de Esperanto em todo o mundo. A 106ª edição está prevista para julho de 2021, em Belfast, na Irlanda do Norte (UEA, 2021). O Brasil sediou o evento por duas vezes: em Brasília, no ano de 1981, e em Fortaleza, no ano de 2002 (PÍRON, 2002).

O Esperanto possui, hoje, 134 anos de existência e é falado por cerca de 2 milhões de pessoas em todo o mundo como segunda língua e por mil pessoas como primeira língua. Seus falantes estão localizados em cerca de 100 (cem) países em todo o mundo. Entre esses países, os que contam com maior número de falantes são Japão, China, França, Alemanha,

¹⁴ O aspecto político do Esperanto é discutido no item 3.1, no capítulo 3.

Itália, Polônia, Estados Unidos, Brasil, Bélgica e Reino Unido – classificação por ordem de número de membros na Associação Mundial de Esperanto (ETHNOLOGUE, 2018).

Em consulta à *Universala Esperanto-Asocio* (UEA, 2021), realizei um novo levantamento sobre o número de associados nestes países que atualmente contam com os seguintes números: Alemanha (381); França (356); Brasil (288); Estados Unidos (274); Japão (249); China (133); Bélgica (92); Polônia (79); Reino Unido (89). No entanto, a quantidade de membros associados não expressa o número real de falantes de Esperanto pelo mundo, que pode ser superior a esses números. Cabe observar que o Japão e a China não estão entre os países falantes de línguas de origem romano-germânicas, mas estão entre os que mais possuem membros esperantistas. Parece que os membros esperantistas desses países não veem o Esperanto como uma ameaça ou como uma imposição colonial ocidental, uma vez que, por ter como base línguas europeias, é visto como uma língua eurocêntrica (SCHOR, 2016).

De fato, não se pode negar a origem europeia do Esperanto, e isso não faz dele uma língua neutra, pois a língua é impregnada de cultura, é cultura. O léxico do Esperanto traz em cada uma de suas raízes a semântica de sua língua de origem, e essa significação só pode existir a partir da cultura.

O Esperanto é uma mistura de culturas que forma uma cultura própria e que ainda pode absorver a cultura de seus falantes, que são de origens diversas. Há ainda a subjetividade de Zamenhof que escolheu o vocábulo X e não o Y, marcando na língua a sua própria cultura, deixando na língua as marcas de sua subjetividade. No entanto, não se pode negar que a mescla cultural no/ do Esperanto faz dele uma língua de “ninguém”, mas “de todo mundo” e, portanto, menos suscetível, mas não isenta, às relações de poder. Acredito que seja por isso que o Esperanto tem adeptos em muitos países, mesmo naqueles que não tenham como língua nacional, uma língua romano-germânica ou eslava.

Embora o Esperanto seja baseado em línguas naturais, não é passível de ser classificado em uma família linguística, pois assumiu características linguísticas próprias, mas funcionais, que fazem dele uma língua única. Não havia a possibilidade de Zamenhof conhecer todas as línguas do mundo para iniciar o Esperanto, mas sua diversidade é ampla ao ponto que podemos ver similaridades entre ele e línguas que não fizeram parte da sua composição. Por exemplo, em pesquisa que realizei sobre a língua terena (ROSA, 2010), a partir da análise dos dados linguísticos, pude interpretá-la como uma língua aglutinante, em que a derivação e a flexão é produtiva, a partir do uso de afixos, como ocorre no Esperanto e

em línguas como o Japonês, o Navarro e o Húngaro (SCHOR, 2016). No Terena e no Esperanto, como ainda se pode exemplificar, a voz passiva é marcada no verbo por meio de sufixos: -vo e -pu, em Terena (ROSA, 2010); -ata, -ita e -ota, em Esperanto (LORENZ, 1996). Não é apenas o léxico que configura a cultura na/ da língua, mas a forma como essa língua é posta em uso, pelas escolhas morfosintáticas, escolha ortográfica e assim por diante.

Embora as características linguísticas do Esperanto não sejam objeto deste estudo, apresento uma síntese da língua, em termos gramaticais e ortográficos, conforme Lázaro Luís Zamenhof apresentou, em 1905, no Congresso Universal de Esperanto, em Boulogne-sur-mer, na França, a partir da obra intitulada *Fundamento do Esperanto* (ZAMENHOF, 2018), com o objetivo de proporcionar aos esperantistas uma base sólida sobre os fundamentos linguísticos da língua.

O Esperanto possui 28 letras em seu alfabeto, em que cinco são vogais: a, e, i, o, u; e, 23 consoantes: b, c, ĉ, d, f, g, ĝ, h, ĥ, j, ĵ, k, l, m, n, p, r, s, ŝ, t, ŭ, v, z. Cada grafema representa um fonema da língua. Nas palavras, a sílaba tônica é sempre a penúltima. A maioria das raízes lexicais foram extraídas de línguas romano-germânicas e a utilização de afixos foi inspirada em diversas línguas, em especial, nas línguas eslavas. A língua foi elaborada com base nas línguas indo-europeias.

O Esperanto possui o artigo definido *la*, que não sofre alterações de gênero, número e caso. Não há artigo indefinido na língua. A morfologia é aglutinante, por isso, possui uma série de afixos que, quando agregados às raízes lexicais, formam verbos, adjetivos, substantivos, marcam número, tempo, modo, e assim sucessivamente: *-o* para formar substantivos; *-a* para adjetivos; *-e* para advérbios; *-j* para o plural; *-n* para o objeto direto; *-i* para o infinitivo; *-is* para o tempo pretérito; *-as* para o tempo presente; *-os* para o tempo futuro; *-us* para modo condicional; *-u* para modo imperativo; *mal-* indica o antônimo; *-ej-* indica local; *-in-* forma feminina. Dessa forma, um mesmo radical pode gerar diversas palavras mudando-se apenas os afixos.

Segundo Zamenhof (1988[1900]), a formação de palavras por afixos e as escolhas ortográficas do Esperanto tem por objetivo tornar a língua regular e evitar a excessiva conjugação verbal. Dessa forma, a língua seria aprendida de forma mais rápida e fácil do que as línguas naturais que são repletas de exceções (irregularidades) e conjugações que dificultam a aprendizagem. No aprendizado do Esperanto, a maior dificuldade é aprender o vocabulário, que ainda assim é menor diante do que seria necessário aprender em uma língua

natural. O uso de afixos no Esperanto reduz consideravelmente o número de palavras a serem aprendidas.

Para tornar a língua cognoscível ao leitor, apresento um excerto, em Esperanto, extraído do texto analisado nesta tese, seguido da tradução em língua portuguesa:

Niaj posteuloj indignos, kiam ili ekscios, ke la homojn, kiuj penadis pri la enkonduko de komuna lingvo, la samtempuloj montradis per la fingroj, kiel maniulojn, bubojn, ne meritantajn la nomon de seriozaj homoj; ke pri tiuj ĉi homoj ĉiu malplenkapulo povis spritadi en la gazetoj, kiom li volis, kaj troviĝis neniuj, kiu dirus al tiuj malplenkapuloj: “vi povas trovi tiujn ĉi ideojn plenumebloj aŭ ne plenumebloj, - sed moki ilin, eĉ ne konatiĝinte kun ili, estas honte sinjroj!” (ZAMENHOF, 1937 [1900], p. 16).

Nossos pósteros ficarão indignados quando souberem que os homens que pretendiam introduzir uma língua comum eram tachados de maníacos, infantis, indignos de serem tratados como homens sérios; que a respeito desses homens qualquer cabeça de vento podia debochar nos jornais, tanto quanto quisesse, sem que aparecesse alguém para dizer a essas cabeças-ocas: “Vocês podem achar essas idéias concretizáveis ou não, mas debochar delas, sem conhecê-las, é vergonhoso, senhores!”. (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 10).

Após conhecer a história do Esperanto e de Zamenhof, faz-se necessário descrever o contexto atual da língua no mundo e no Brasil. No que concerne ao contexto brasileiro, apresento as principais instituições que oferecem cursos de Esperanto, bem como os sites de divulgação da língua no Brasil.

1.7 O Esperanto no mundo, no Brasil e na academia

A adoção do Esperanto como língua internacional foi recomendada duas vezes pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A primeira recomendação foi realizada em 1954, na oitava sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Montevidéu (Uruguai). Nesta conferência, as finalidades e ideais do Esperanto são considerados correspondentes às finalidades e ideais da UNESCO, portanto, esta última autoriza o Diretor-Geral a acompanhar a evolução do Esperanto na ciência, educação e cultura, bem como, manifesta ciência sobre a introdução do ensino do Esperanto como segunda língua em diversos estados-membros da UNESCO (CAVALHEIRO e RUSILO, 2012).

A segunda recomendação ocorreu em 1985, na 23ª sessão da Conferência Geral da Unesco, ocorrida na Sófia, Bulgária. Esse evento teve por resultado resolução que reconhece, mais uma vez, o Esperanto como importante instrumento para a interação entre os povos de diferentes nacionalidades. Neste sentido, pede ao Diretor-Geral que continue a acompanhar a evolução do Esperanto na ciência, educação e cultura; convida os estados-membros a comemorarem o centenário do Esperanto; e, recomenda às Organizações Não Governamentais aderirem às comemorações do centenário do Esperanto, bem como, a discutir a possibilidade de realizarem a divulgação entre seus membros, inclusive as informações sobre a UNESCO, em Esperanto (CAVALHEIRO e RUSILO, 2012).

As recomendações da UNESCO ocorreram pelo fato de o movimento esperantista, no mundo, ser uma constante e contar com organizações representativas, em diversos países, filiadas à UEA. A UEA foi fundada em 1908 e atualmente é a maior organização internacional para os falantes de Esperanto, com membros em 120 países (UEA, 2018), atuando diretamente perante organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), UNESCO, Conselho da Europa e outros, representando o movimento esperantista, pois a associação tem por objetivos

divulgar o uso da língua internacional Esperanto; atuar para a solução do problema linguístico nas relações internacionais e facilitar a comunicação internacional; facilitar os relacionamentos espirituais e materiais de qualquer espécie entre os homens, apesar das diferenças de nacionalidade, raça, sexo, religião, política ou língua; fazer crescer entre seus membros um sólido sentimento de solidariedade e desenvolver neles a compreensão e estima por outros povos. (UEA, 2018, p. 1).

De acordo com Cavalheiro e Rusilo (2012), há 62 seções nacionais filiadas à UEA, entre elas destacam-se três instituições brasileiras: Liga Brasileira de Esperanto (Brazila Esperanto-Ligo, BEL); Brazila Esperantista Junulara Organizo; e, Kultura Kooperativo Esperantistoj. Em 2021, a UEA possui 288 membros individuais esperantistas no Brasil, dos cerca de 11 mil associados em todo o mundo (UEA, 2021). Cabe ressaltar que, embora a UEA conte com representantes em mais de 100 países, “[...] há registros de que, entre filiadas e não filiadas à UEA, existem atividades de esperantistas, ou mesmo instituições esperantistas, em mais de 242 países” (CAVALHEIRO e RUSILO, 2012, p. 16).

No Brasil, por exemplo, além das nacionais filiadas à UEA, pode-se destacar a existência de diversas associações de esperanto estaduais e municipais, bem como a divulgação da língua por meios digitais que não necessariamente estão vinculados a uma instituição, como: <http://esperanto.org.br/>; <https://esperanto.net/pt/>; <https://www.tejo.org/pt/pri-ni/partneroj/>; <https://estudandoesperanto.com/>; <https://ses.ikso.net/2020/pt/>; <http://esperanto.brazilo.org/>; entre outros. Cabe ressaltar que não apenas associações esperantistas possuem relações com a UEA ou com o Esperanto, mas, também inúmeras associações técnicas, com diversos objetivos voltados para atividades econômicas, científicas, esportivas, artísticas, recreativas, questões sociais e religiosas (UEA, 2018).

Além da UEA, há outras instituições esperantistas internacionais como a Academia de Esperanto, fundada em 1905, com 44 membros de diversos países; Academia de Literatura de Esperanto; Academia Internacional de Ciências Comenius; e, Academia Internacional das Ciências de San Marino - AIS (CAVALHEIRO e RUSILO, 2012).

Segundo Cavalheiro e Rusilo (2012), há um considerável número de instituições de ensino ligadas ao movimento esperantista, que oferecem cursos, treinamentos, eventos, das quais cita: Universidade Internacional de Esperanto de Karlovo (Bulgária); Programa de Estudos Internacionais sobre Cultura e Turismo (ligado a AIS); Universidade Livre Europeia “Academia Kelemantia” - UNI-KEL (Eslováquia); Exames de Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, Ensino e Avaliação – QECR (Budapeste); Esperanto Studies Foundation (Estados Unidos); Cursos de Esperanto de Verão da América do Norte – NASK; Liga Internacional de Professores de Esperanto – ILEI; Esperanto-Garden (Suécia); Centro Intercultural de Hezberg (Alemanha); Inter-Kulturo (Eslovênia); Instituto Internacional de Esperanto (Holanda); Centro Cultural Esperantista (Suíça); Casa de Cultura do Esperanto (França); Cinco Pétalas (França); Kava-Pech (República Checa); Casa do Esperanto de Yatugatake (Japão); Instituto de Esperanto Tietti de Togo – TIETO (Togo/África). Segundo os autores, o Esperanto ainda é ensinado em algumas universidades pelo mundo como Universidade Nacional de Beijing (China), Berkeley e Stanford (Estados Unidos). Cito ainda a Universidade “Adam Mickiewicz” (Poznan/ Polônia) (ESPERANTO BRASIL, 2018).

No Brasil, segundo Cavalheiro e Rusilo (2012), as universidades que ministraram cursos de Esperanto, até 2012, foram: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); Universidade Castelo Branco (UCB); Universidade Católica de Petrópolis (UCP); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC); Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Paraná (UFPR). No entanto, ao longo dos anos, esse número diminuiu consideravelmente e, atualmente, apenas as seguintes universidades brasileiras oferecem curso de Esperanto: Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Paraná (UFPR); e, a Universidade de Campinas (UNICAMP) oferece a disciplina eletiva “Estudo da Língua Internacional Esperanto e sua Cultura”. Embora algumas universidades no Brasil ofereçam cursos para ensinar o Esperanto, a língua pouco tem sido objeto de pesquisas na academia brasileira, como apresentado na introdução desta tese.

Cabe ressaltar que o ensino online de Esperanto, com ou sem tutoria, é amplo e popular, destacando-se os cursos das plataformas Lernu¹⁵, Learn Esperanto¹⁶ e Duolingo¹⁷. Há, ainda, a possibilidade de aprender o Esperanto por meio de cursos impressos como, por exemplo, o livro *Esperanto por lernejoj klasoj*, de autoria de Josias Ferreira Barboza (2010; 2014), utilizado pelo Curso de Esperanto da UNB.

No Brasil, conforme apontam Cavalheiro e Rusilo (2012), o Esperanto tem figurado no cenário legislativo. Os autores citam a Lei Estadual de SP, nº 505, de 18 de novembro de 1974, que dispõe sobre o “Dia da Língua Internacional Esperanto”; a Lei Municipal nº 7.182, de 18 de fevereiro de 1993, do município de Goiânia, e a Lei Municipal nº 8.463, de 25 de maio de 1999, do município de Ribeirão Preto, que dispõem sobre o ensino do Esperanto na rede municipal de ensino dos respectivos municípios. Por fim, os autores citam o Projeto de Lei Federal nº 6.162/ 2009.

O Projeto de Lei nº 6.162/ 2009 foi proposto no Senado Federal pelo senador Cristovam Buarque, propondo a alteração da Lei nº 9.394/ 96 (LDBEN) para incluir o ensino facultativo do Esperanto no ensino médio. O projeto ainda encontra-se em tramitação no congresso nacional, com o status “Aguardando Designação de Relator na Comissão de

15 <https://lernu.net/es> Acesso em: 28/ 04/ 2021.

16 <https://learn.esperanto.com/pt/> Acesso em: 28/ 04/ 2021.

17 <https://pt.duolingo.com/course/eo/pt/Aprenda-esperanto> Acesso em 28/ 04/ 2021.

Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)” e seu último trâmite ocorreu em 23 de novembro de 2016, conforme site da Câmara Federal¹⁸.

Em suma, neste capítulo, apresentei as condições de produção do discurso analisado nesta tese. No capítulo a seguir, problematizo o referencial teórico-metodológico que orienta a análise.

18 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=454210> Acesso em: 15/ 03/ 2018.

CAPÍTULO 2

DISPOSITIVO DE INTERPRETAÇÃO: A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA E A ARQUEGENEALOGIA

Neste capítulo, apresento a base teórico-metodológica da pesquisa, iniciando pela constituição do *corpus*. Em seguida, realizo as reflexões, a partir do campo teórico da Análise de Discurso Francesa (ADF), perpassando pelas noções: interdiscurso, língua, sujeito e heterogeneidade constitutiva. Por fim, apresento a arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2010b; 2011; 2014; 2016; 2017), discutindo as noções de relações de poder/saber e resistência.

2.1 A constituição do *corpus*: por que o discurso de Zamenhof?

Para encetar esta pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico sobre o Esperanto, que permitiu acesso a diversos sites e materiais de divulgação da língua, conforme apresento no estado da arte, contido na introdução e nos itens 1.6 e 1.7, do Capítulo 1. Ao realizar a leitura desses textos e sites, observei que eles não deixam de vincular o Esperanto ao seu criador, apresentando informações embasadas nos textos que foram publicados por Zamenhof, trazendo, portanto, muitos dos argumentos que eram utilizados por este autor. Diante desse contexto e pelo fato de ter verificado a escassez de estudos científicos sobre o tema, a partir da perspectiva da ADF, utilizo como *corpus* os dizeres de Zamenhof no discurso de divulgação do Esperanto materializado no escrito *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional*. A análise, como propõe Orlandi (2015, p. 61), começa com a constituição do *corpus*, pois, “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas”, obedecendo critérios relacionados aos princípios teóricos da AD. O *corpus* não está posto, mas é construído pelo próprio analista (ORLANDI, 2015).

Durante seu trabalho em prol do Esperanto, Zamenhof redigiu vários textos sobre a língua, tanto para ensiná-la, quanto para divulgá-la, além de discursar nas aberturas dos diversos congressos internacionais de Esperanto, dos quais participou até sua morte, em 1917 (KORZHENKOV, 2009). Entre esses textos, *Essência e futuro da ideia de uma língua internacional* é o texto de autoria de Zamenhof mais difundido para promover a divulgação da língua, fator que contribuiu para selecioná-lo como *corpus* de análise, considerando que “o

texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte”, remetendo-o “imediatamente a um discurso” (ORLANDI, 2015, p. 61). Segundo Orlandi (1984; 1987; 2015), o texto é uma unidade de significação, em que entram as condições de produções ou elementos do contexto situacional, e recupera o conceito de polissemia; é o todo que organiza os recortes.

O texto *Essência e futuro da ideia de uma língua internacional* tornou-se público, pela primeira vez, em 1900, quando foi lido por Louis de Beaufront, de forma resumida e modificada, no congresso da Associação Francesa para o Avanço da Ciência, em Paris, o que levou a muitos acreditarem que o texto fosse de sua autoria. Segundo Korzhenkov (2009), a primeira publicação impressa desse texto ocorreu em 1903, em Esperanto (*Esenco kaj estonteco de la ideo de lingvo internacia*), na Antologia Básica da Língua Esperanto (*Fundamenta Krestomatio de la lingvo Esperanto*), em que Zamenhof usou o pseudônimo “Unuel”. Apenas em 1910, Zamenhof assumiu a autoria de *Essência e futuro da ideia de uma língua internacional*, no Congresso Universal de Esperanto em Washington, D.C. Trata-se do texto mais longo de Zamenhof sobre o Esperanto e foi traduzido posteriormente para várias línguas como o inglês, búlgaro, chinês, francês, alemão, italiano, japonês, croata, russo etc. (KORZHENKOV, 2009). De acordo com Korzhenkov (2009), é um texto em estilo lógico, temperado com polêmicas.

Esse texto, em comparação aos demais produzidos por Zamenhof, é o que mais aproxima o enunciador das condições de produção do Esperanto, pela forma como “apresenta” a relação que se estabelece entre ele e a língua, o que é essencial considerando as questões de pesquisa que propus na introdução desta tese. Neste texto, o autor explica as suas motivações para criar o Esperanto, o que ele esperava de sua criação, seus medos, anseios, projetos, estratégias e argumentos.

Nesta tese, analiso uma versão traduzida para o português, a partir do original em Esperanto (*Esenco kaj estonteco de la ideo de lingvo internacia*), realizada por Itacir Luchtemberg e publicada pela Editora Zamenhof, em 1988, no Rio de Janeiro. Esse texto ainda foi publicado no Brasil, anteriormente, em 1937, pela Editora da Federação Espírita Brasileira (FEB)¹⁹, com a tradução de Ismael Gomes Braga, em que a versão em Esperanto e a tradução em Português são colocadas lado a lado. No entanto, para a análise aqui empreendida optei pela publicação da editora Zamenhof²⁰ por esta ter como objetivo

¹⁹ A FEB tem sido uma das principais responsáveis pela publicação de obras esperantistas no Brasil, ao lado de outras editoras nacionais. A maior parte dessas editoras publica obras sobre o Espiritismo e o Esperanto.

²⁰ Cabe ressaltar que a Zamenhof Editores é/ está extinta.

específico a divulgação de obras relacionadas ao Esperanto. Com esta escolha entre as duas publicações, procuro dar lugar ao ideário científico de neutralidade que me perpassa como pesquisadora, mas compreendo que essa neutralidade não é possível, uma vez que sou um sujeito histórico-social que conheceu o Esperanto por meio do Espiritismo, assim como uma boa parte dos esperantistas brasileiros, cito, como exemplo, os dois tradutores das versões do texto em Português.

Faz-se necessário esclarecer, ainda, algumas questões sobre a escolha da versão traduzida do texto. Optei por não realizar a análise a partir do original em Esperanto por não ser falante desta língua, por não compreendê-la nas modalidades escrita e falada. Considerando a minha inabilidade em falar, ler e escrever em Esperanto, provavelmente o teor de minha tradução estaria comprometido na tentativa de alcançar o inalcançável/ intocável do original (DERRIDA, 2006). Ao ter como primeira língua o Português, no processo de análise, a tradução, como em todo caso de tradução, “torna-se” ainda “necessária e impossível” (DERRIDA, 2006). Diante desse contexto, recorri a uma tradução realizada por quem tivesse habilidades/ fluência em Esperanto, mesmo que o tradutor continue diante dos desafios que se encontra ao realizar uma tradução, estar em dívida com o original; uma dívida que não é possível quitar. No entanto, compreendo que esta dívida também é de Zamenhof, uma vez que, o original demanda/ invoca a tradução ao mesmo tempo que a interdita (DERRIDA, 2006).

Como aponta Derrida (2006), cabe ressaltar ainda que o original sobrevive e se transforma por meio da tradução, pois o tradutor não restitui, não reproduz, não representa e nem copia o original; assim, o original, na tradução será ele, mas não será o mesmo. Na tradução, o nome do autor do original se perpetuará, mas, nela, também constará a subjetividade do tradutor, pois “ele opera escolhas entre várias palavras, faz uma obra do espírito sem mudar a composição da obra traduzida, ele é obrigado a respeitar essa obra” (DERRIDA, 2006, p. 61), de forma que as traduções de um mesmo texto sejam diferentes, sem que os sentidos constitutivos choquem-se em contrassenso, como observado nas duas traduções de *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional* aqui citadas. Para exemplificar, trago um excerto que foi analisado no Capítulo 3, primeiro na versão em Esperanto (E1); em seguida, traduzido para língua portuguesa, por Ismael Gomes Braga (E2); e, por fim, a tradução eleita para análise nesta tese, de Itacir Luchtemberg (E3):

E1: Niaj posteuloj indignos, kiam ili ekscios, ke la homojn, kiuj penadis pri la enkonduko de komuna lingvo la samtempuloj montradis per la fingroj kiel maniulojn, bubojn, ne meritantajn la nomon de seriozoj homoj; ke pri tiuj ĉi homoj ĉiu malplenkapulo povis spritadi em la gazetoj, kiom li volis, kaj troviĝis neniuj, ku dirus al tiuj malplenkapuloj: “vi povas trovi tiujn ĉi ideojn plenumebajn aŭ ne plenumebajn, - sed moki ilin, eĉ ne konatiĝinte kun ili, estas honte sinjoroj!” (ZAMENHOF, 1937, p. 16).

E2: Nossos descendentes sentir-se-ão indignados quando souberem, que os homens que se esforçavam pela adoção de uma língua comum eram pelos seus contemporâneos apontados com o dedo como maníacos, como bobos, indignos do nome de gente séria; que a respeito de tais homens qualquer néscio podia fazer humorismo nos jornais quanto quisesse, sem aparecer quem dissesse a esses levianos: “Podeis achar realizáveis ou irrealizáveis essas idéias, mas zombar sem as conhecer é vergonhoso, meus senhores!” (ZAMENHOF, 1937, p. 17).

E3: Nossos pósteros ficarão indignados quando souberem que os homens que pretendiam introduzir uma língua comum eram tachados de maníacos, infantis, indignos de serem tratados como homens sérios; que a respeito desses homens qualquer cabeça de vento podia debochar nos jornais, tanto quanto quisesse, sem que aparecesse alguém para dizer a essas cabeças-ocas: “Vocês podem achar essas idéias concretizáveis ou não, mas debochar delas, sem conhecê-las, é vergonhoso, senhores!” (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 10).

É possível observar nas duas traduções que os tradutores fazem escolhas lexicais diferentes um do outro, mas as traduções mantêm similaridades, como a organização sintática, por exemplo. As escolhas são as marcas subjetivas dos tradutores no texto traduzido, frente aos recursos de estilística que adotam, bem como às inscrições sociais e históricas que se filiam no processo tradutório. No entanto, ainda não se pode deixar de observar nas traduções a subjetividade de Zamenhof, quando este expõe como se sentia enquanto propositor e divulgador do Esperanto, ao trazer o discurso de seus contemporâneos, de forma marcada, por meio das aspas, na estratégia de argumentação e na organização do texto.

Segundo Derrida (2006, p. 44-68), o original “[...] resiste à tradução que ele imanta, pode oferecer-se a uma nova operação tradutora sem se deixar esgotar”, pois, a tradução não teria por objetivo transportar conteúdo ou comunicar dada carga de sentido, “mas remarcar a afinidade entre as línguas, a exibir sua própria possibilidade”, ou seja, o objetivo da tradução é “expressar a relação mais íntima entre as línguas”, é uma promessa de reconciliação entre essas línguas.

Feitas estas considerações sobre a tradução, passo a apresentação do texto/ tradução que analiso nesta tese. Conforme descrito, o texto/ tradução, *Essência e futuro da*

idéia de uma língua internacional, foi publicada em 1988, em forma de livro, pela Zamenhof Editores. Trata-se de uma obra com 51 páginas, apresentando a versão em Português, dividida em oito partes que não são intituladas.

Zamenhof introduz o texto comparando a ideia de uma língua internacional a diversas outras ideias que foram consideradas utopias, mas que desempenharam um importante papel para a humanidade como a introdução das estradas de ferro, a ideia de Colombo de que havia um caminho para as Índias, o fato de a Terra ser redonda, e assim por diante. Ao realizar esta argumentação, Zamenhof expressa a rejeição que a ideia de uma língua internacional, assim como aqueles que optam por divulgá-la, sofre. Considerando essa rejeição, o autor se propõe a escrever o texto com o objetivo de responder a alguns questionamentos que são colocados em relação à língua internacional: se é necessária, se é possível, se há a possibilidade de que seja colocada em prática, como e quando isso será feito e qual língua servirá a este propósito.

Na segunda parte do texto, Zamenhof busca argumentar se uma língua internacional é necessária, apresentando a conclusão de que uma língua internacional, em que pessoas de diferentes povos e países pudessem se comunicar uns com os outros, “traria uma contribuição inestimável à humanidade” (ZAMENHOF [1900], 1988, p. 16), pois permitiria a integração entre os homens de diferentes povos, a economia no processo de tradução, o acesso ao conhecimento de diversos povos, entre outras.

Se uma língua internacional é viável, é o questionamento discutido na terceira parte. Segundo Zamenhof, a língua não é inata, mas social, podendo ser aprendida por qualquer pessoa, fazendo da língua internacional algo plenamente possível. Na quarta parte, o autor busca discutir se uma língua internacional será, algum dia, introduzida. Concluindo que, mais cedo ou mais tarde, uma língua internacional será efetivada e, então, propõe os caminhos, em termos de políticas linguísticas, que poderiam contribuir para essa introdução, destacando como melhor opção a decisão de que cada pessoa se empenhe em usar a língua internacional, pois, diante de uma grande comunidade de fala, não restaria aos governos outra opção senão oficializar a escolha dessas pessoas.

Na quinta parte, Zamenhof dá continuidade a argumentação anterior e traz reflexões sobre quando e como ocorrerá a adoção de uma língua internacional, concluindo que uma língua internacional atenderá à humanidade apenas se for uma língua inventada para isso, ou seja, uma língua artificial. Essa discussão tem continuidade na sexta parte do texto,

em que Zamenhof discute qual seria o tipo de língua artificial a ser adotada, fazendo uma comparação entre o Esperanto e o Volapuque, prevalecendo o primeiro como mais adequado.

Na sétima parte, o autor continua sua argumentação em prol do Esperanto como língua internacional, explicando as características linguísticas que a fazem adequada para este contexto como facilidade, precisão, vocabulário, flexibilidade. Por fim, na última parte, Zamenhof faz suas considerações finais sobre o que foi discutido no texto, falando sobre os desafios que os Esperantistas ainda enfrentarão para que o Esperanto seja aceito e se oficialize como língua internacional.

O texto *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional*, de acordo com sua composição, é a produção de Zamenhof que mais apresenta informações sobre os objetivos do autor ao iniciar o Esperanto. Portanto, tomo-o como uma unidade discursiva da qual parto para iniciar a análise (FOUCAULT, 2016). O texto, de acordo com Orlandi (1984, p. 14-18), é uma unidade de significação que tem “compromisso com as tais condições de produção” que permitem “relacionar [...] o sintático e o pragmático”, fazendo com que se interprete os efeitos de sentido. Para isso, fazem-se necessárias as questões de pesquisa e embasamento teórico metodológico em adequação aos objetivos pretendidos, para que a seleção dos recortes recupere a polissemia intrínseca do dizer que resulta nos efeitos de sentido do dito (ORLANDI, 1984; 1987).

Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva. [...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. De acordo com a autora, recorte é fragmento e não segmento, portanto para realizá-lo não devemos considerar a frase ou a proposição, mas o enunciado. Para realizar os recortes em análise, considero o conceito de enunciado e as regularidades discursivas apresentados por Foucault (2016).

Foucault (2016, p. 96) aponta o enunciado como “elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele”; é “um átomo do discurso”. Como unidade elementar do discurso, o autor explica que o enunciado é uma função, a função enunciativa; sua existência é pertencente aos signos, que permite decidir, “pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)” (FOUCAULT, 2016, p. 105, grifos do autor).

Os enunciados estabelecem relações enunciativas que permitem, por exemplo, que “a relação de uma frase com seu sentido possa ser assinalada” (FOUCAULT, 2016), pois há enunciado quando a sintaxe se relaciona com a pragmática, onde a língua se encontra com a história e o sujeito (ORLANDI, 1987). Dessa forma, a análise discursiva trata de compreender o enunciado “na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados [...], de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2016, p. 34). Dessa forma, trato os recortes como enunciados que, ao serem analisados, foram recortados a partir das regularidades discursivas, um sistema de formação que permite compreender as relações entre enunciados (FOUCAULT, 2016), conforme apresento neste capítulo.

Em uma leitura prévia do texto *Essência e futuro da idéia de uma língua universal*, as regularidades discursivas se relacionam com formações discursivas, formações de objetos, conceitos, estratégias e subjetividade. As incidências recaem acerca da definição de: língua internacional, Esperanto, povo(s), homem(ns), entre os adjetivos (des)qualificadores, advérbios de modalização, discurso do outro marcado ou não-marcado pelo uso das aspas, verbos com carga semântica que os aproxima de formações discursivas (religiosa, colonizadora, romântica, racionalista e democrática), destacam-se marcas linguísticas da subjetividade de Zamenhof e as representações que faz de si e do (O)outro..

A princípio, elegi cerca de trinta recortes e realizei uma nova organização que permitiu a redução para sete enunciados que mais se destacam acerca do objetivo proposto nesta pesquisa, considerando que, nesses enunciados, concentram-se as incidências discursivas encontradas ao longo de todo o texto. Dessa forma, para selecionar estes recortes, não me detive à marcação de páginas da obra ou à sua divisão em partes, apenas tomei o texto como um todo significativo.

Embora não tenha observado as páginas e divisão do texto para selecionar os recortes, estes correspondem às partes em que Zamenhof mais se expressa sobre as dificuldades que encontrava para que uma língua internacional fosse aceita, destacando-se toda uma constituição subjetiva a partir da exclusão. Alguns dos recortes que não foram utilizados para a análise que compõe o Capítulo 3, foram utilizados como citações ao longo da tese.

Por fim, feita a seleção dos recortes, realizei a análise que para ser empreendida, seguiu o arcabouço teórico-metodológico da arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2014; 2016; 2017), pautando-se também nos pressupostos teóricos da ADF, a partir de Pêcheux (1997; 2014), Orlandi (2015), Authier-Revuz (1990; 1998), entre outros, conforme são apresentados a partir do próximo item.

2.2 As contribuições da Análise do Discurso Francesa (ADF)

A Análise de Discurso (AD), no Brasil, possui diversas vertentes de estudos ou linhas de pesquisas, desde a Análise Crítica do Discurso até a Análise de Discurso de Linha Francesa (ADF). Nesta última, há pesquisas que pautam-se especificamente nas teorias de Pêcheux e outros pesquisadores de seu círculo; há ainda estudos especificamente foucaultianos ancorados na arqueogenealogia; e, estudos que permitem diálogos entre Foucault e Pêcheux, como é o caso desta pesquisa. Portanto, neste item, apresento a perspectiva da AD da qual parto para empreender a análise, abordando, em um primeiro momento, as noções da ADF que são mobilizadas durante a análise, como as noções de língua, condições de produção, interdiscurso, memória, sujeito e heterogeneidade constitutiva, para em um segundo momento, a partir do item 2.3, se possa apresentar a arqueogenealogia (FOUCAULT, 2014; 2016; 2017).

A apresentação das noções da ADF se faz necessária por se tratar, como a arqueogenealogia, do dispositivo de interpretação utilizado nesta tese. As discussões dessas noções se dão a partir das aproximações e distanciamentos entre a perspectiva pecheutiana, representada nas obras de Orlandi (2015) e Authier-Revuz (1990; 1998), e a perspectiva da arqueogenealogia foucaultiana. Analiso a materialidade linguística a partir de Foucault (2016), no entanto, recorro aos estudos com suporte em Pêcheux (1997; 2014), por se fazer necessária a interlocução entre a linguística, o sujeito e a história, e/ ou, como afirma Courtine (1999, p. 7), proponho “pensar o discurso no interior de um feixe de relações entre a língua e a história”. Assim, concordando com Máscia (2002, p. 28), “a análise será empreendida na convergência do linguístico com o social, visando apontar as marcas linguísticas como produto histórico-social, com base nas condições de produção”.

Para compreender essas aproximações e distanciamentos entre Pêcheux e Foucault, busco refletir sobre como ambos concebem o discurso. Para Foucault (2016) o

discurso se caracteriza pela raridade e pela regularidade, enquanto que para Pêcheux (2014), o discurso se caracteriza pela particularidade das classes sociais, pelas lutas entre essas classes e por suas contradições. Foucault (2014; 2016; 2017) analisa os discursos a partir de uma genealogia do poder, numa relação entre saber/ poder/ verdade, enquanto Pêcheux (1997, 2014), mais próximo das ideias marxistas e althusserianas, realiza suas pesquisas considerando as formações ideológicas. Em outras palavras, para Pêcheux (1997; 2014), o que muda o sentido das palavras é a posição do enunciador na luta de classes, pensando a partir de uma perspectiva da ideologia, enquanto que, para Foucault (2016; 2017), o que muda o sentido do enunciado é sua relação com outros enunciados, pensando-se por meio de uma microfísica do poder. No entanto, para ambos a natureza histórica do discurso é o que o torna raro, particular e contraditório.

Ainda em relação às proximidades e afastamentos entre Foucault e Pêcheux, cabe ressaltar que, por fazer a análise a partir da arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2014; 2016; 2017), esta tese afasta-se da noção de ideologia, uma vez que este autor se posiciona contrário à teoria dos “aparelhos ideológicos de estado”, desenvolvida por Althusser e que preconiza a ideia de que o poder está centralizado no Estado. Como Foucault (2017, p. 100) afirma, “[...] A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais”. Em oposição à noção de poder que emana da teoria marxista, Foucault (2017, p. 101) descreve o poder como onipresente, “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte [...] porque provém de todos os lugares”.

Para Foucault (2017), o poder não é algo que se obtém/ detém, mas se exerce, o que contraria a concepção marxista da funcionalidade econômica do poder que está diretamente associada às lutas de classes. Na visão da funcionalidade econômica de Marx, o poder sempre ocupa uma posição secundária, enquanto que para Foucault (2017), o poder é posição primária e a economia é apenas uma terminalidade deste. O poder é objeto de desejo e, para alcançá-lo, várias estratégias podem ser utilizadas, sendo a economia apenas uma delas. Portanto, considerando a diferença da noção de poder para Foucault e Marx, o primeiro afasta-se das discussões que consideram a Ideologia por esta noção estar limitada a uma discussão do poder como funcionalidade econômica. Nas palavras de Foucault (2017, p. 44),

“[...] a ideologia está em posição secundária em relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material etc”.

Ainda sobre a ideologia, Foucault (2017, p. 44) afirma ser uma noção “dificilmente utilizável” por mais duas razões: a) “ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade” e b) “refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito”. No que se refere a oposição entre ideologia e verdade, Foucault (2017, p. 44) esclarece que não é uma oposição entre discurso verdadeiro e falso, científico ou não, mas “de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. Em outras palavras, o termo “ideologia” carrega uma denotação pejorativa, pois é um termo que tem sido utilizado para definir a narrativa do outro como falsa, portanto, ideológica.

Neste trabalho, as problemáticas que envolvem a noção de ideologia entram em conflito com a análise, em especial, no que se refere à oposição entre verdadeiro e falso, pois o discurso sobre a língua internacional/ Esperanto, conforme discutido no capítulo de análise, é posto no lugar do falso, não é institucionalmente amparado por uma ciência ou por uma disciplina e, numa abordagem mais pejorativa, seria o discurso ideológico²¹. Se aproximar esta discussão da noção de ideologia, conforme Marx/ Althusser, ter-se-ia uma relação primária com a economia, com a luta de classes, com os Aparelhos Ideológicos de Estado, mas, nesta tese, não creio ser do poder econômico que enuncia Zamenhof, quando defende a ideia de uma língua internacional, embora o poder econômico perpassasse seu discurso como uma terminalidade. Compreendo não se tratar do desejo por uma terminalidade do poder, mas o desejo por exercer o poder, por meio do discurso.

Por fim, retorno à justificativa (b) em que Foucault (2017, p. 44) evita o uso da noção de ideologia pelo inconveniente de referir-se “necessariamente a alguma coisa como o sujeito”. Essa afirmativa sem uma reflexão, como aparece na obra “Microfísica do poder” (2017), pode levar a equivocada interpretação de que o autor não se preocupa com a questão do sujeito. No entanto, a questão do sujeito é central em sua análise, cujas discussões culminam na “fase do estudo ético” de sua obra (GREGOLIN, 2004; BENEVIDES, 2013). Dessa forma, a citação se refere ao sujeito como é visto por Marx e Althusser, assujeitado à ideologia e aos Aparelhos Ideológicos de Estado. Nesta perspectiva, a ideologia está diretamente relacionada à dominação ou, em outras palavras, há uma ideologia dominante que

²¹ Se tomar como base a definição de “ideologia” em um dicionário de língua portuguesa, teremos: “[...] Conjunto das ideias que orientam as ações de um grupo, de uma pessoa, etc” (BECHARA, 2009, p. 480), e, logo no título do discurso que analiso, “Ideia e futuro de uma língua internacional”, destaca-se o termo “ideia”.

detém o poder. Contrariando a teoria marxista e althusseriana de que os sujeitos são assujeitados aos Aparelhos Ideológicos de Estado, Foucault “demonstra que os sujeitos lutam” e que essas lutas “giram em torno da busca da *identidade*” (GREGOLIN, 2004, p. 136, grifo da autora), portanto, os sujeitos resistem, pois “[...] lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”(FOUCAULT, 2017b, p. 104).

Nesse ínterim, a teoria da arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2014; 2016; 2017), considerando a resistência nas relações de poder/ saber, é a que permite alcançar os objetivos de pesquisa propostos para esta tese, considerando que Zamenhof é o sujeito que luta, seu discurso é de resistência, justificando uma análise das relações de poder que envolvem a elaboração e proposição de um saber acerca de uma língua internacional. É coerente, neste caso, deixar de falar em “ideologia dominante” para realizar uma análise que considere o “saber/ poder” em suas microcapilaridades (FOUCAULT, 2017).

Feitas as considerações que justificam os posicionamentos teóricos desta tese, apresento, a seguir, as noções da ADF que são necessárias para empreender a análise que proponho: Língua, Memória, Sujeito e Heterogeneidade.

2.2.1 A noção de língua

O objetivo desta tese é problematizar as representações de língua no discurso de divulgação do Esperanto. Portanto, apresentei no Capítulo I, o contexto linguístico em que se inserem Zamenhof e, conseqüentemente, o texto que analiso é caracterizado por uma representação de língua que difere daquela que se compreende a partir da ADF. Assim, considerando essas diversas representações da noção de língua, faz-se necessário apresentar, neste item, aquela que orienta este movimento analítico.

No texto “Análise Automática do Discurso (AAD 69)”, Pêcheux (1997) realiza uma discussão em torno da noção saussureana de língua, em especial, em relação à conceituação de língua como “instituição social” e da oposição entre língua e fala. De acordo com Pêcheux (1997), Saussure pensa a língua como um objeto científico homogêneo e o mais importante no campo da semiologia, excluindo a fala e outras instituições consideradas “não-semiológicas” (políticas, jurídicas, etc) do alcance dos estudos linguísticos. No que se refere à oposição língua/ fala, no “Curso de Linguística Geral” considera-se apenas a língua como um

sistema, mas, mais tarde, quando pesquisadores tiveram acesso aos manuscritos e aos anagramas de Saussure, descobriram também um interesse pela fala que não houve tempo para ser trabalhado/ pesquisado pelo genebrino (SILVEIRA, 2007).

No entanto, são justamente nestes dois pontos, língua como instituição social e a oposição língua/ fala, que recaem a construção da noção de língua de acordo com a ADF. Pêcheux (1997) reconhece as especificidades da língua enquanto um sistema e suporte material para o discurso, no entanto, o discurso está relacionado diretamente ao feixe da fala, quando a língua é colocada em uso. Em outras palavras, na teoria do discurso, língua e fala são indissociáveis. No feixe discursivo, quando a língua é posta em uso por meio da fala, há a constituição de uma subjetividade. O sujeito fala de algum lugar, tem determinada(s) posição(ões) que pode(m) estar relacionada(s) a outras instituições sociais (políticas, jurídicas, religiosas, etc.), portanto o discurso tem suas condições de produção.

Segundo Pêcheux (1997, p. 82), não se pode falar de língua a partir de uma perspectiva comunicacional, psicologizante, como transmissão de informação, mas falar de língua como discurso, “que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de ‘um efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. Portanto, considera a língua a partir da noção da interação social.

Nesta perspectiva, é inviável analisar um discurso fora de um contexto sócio-histórico, fora da interação verbal social entre interlocutores e sem considerar os processos de subjetivação, o que faz com que a língua não seja transparente e nem óbvia, mas constitutivamente equívoca. Dessa forma, como apontam Gadet e Pêcheux (2010), o real da língua é inatingível, pois o real da língua seria o UNO, o UM da linguagem, quando a língua é também o NÃO-UM. O real da língua é “[...] cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 55). Neste sentido, tem-se a manifestação da língua como *alíngua*, em outras palavras, o registro que fada a língua ao equívoco (MILNER, 2012). Segundo Gadet e Pêcheux (2010, p. 55),

[...]a repetição na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos.

Para Gadet e Pêcheux (2010), o que corrompe o UM da língua não pode ser encontrado na própria língua, mas está justamente no espaço em que a língua atinge a história, surgindo, assim o equívoco, o NÃO-UM. Não há como falar de língua excluindo-se o contexto sócio-histórico e, neste caso, compreendo o sujeito como o elo entre a língua e a história, que ao ser elo é também identidade, constituído pela língua e pela história.

Se a língua é constitutivamente equívoca, cabe questionar se há uma única língua quando se fala de língua materna, por exemplo, ou se há incalculável número de línguas. Um conterrâneo e outro falam a mesma língua? O leitor ou a leitora, e eu compreendemos as palavras aqui escritas da mesma forma? Falamos a mesma língua ou línguas diferentes? Há, por exemplo, uma única língua portuguesa para cada falante de Português? A língua portuguesa, por si só é apenas uma língua, se constitui de uma única língua(gem)? E, neste sentido, a língua é forma ou substância?

Segundo Milner (2012, p. 17-18), “[...] uma locução, quando trabalhada pelo equívoco, é ao mesmo tempo ela mesma e uma outra” e, nesse ponto, a “forma” seria o idêntico, “cabendo à substância da língua revelar, afinal, o que ela é: o não idêntico a si”. Essa língua não comparável a nenhuma outra, e que é praticada no inconsciente de cada sujeito, é a *Lalangue/ Lalíngua/ alíngua*, conceito cunhado por Lacan, que é, “em toda língua, o registro que a fada ao equívoco” (MILNER, 2012, p. 21).

Neste contexto, convido Derrida (2001, p. 20) ao diálogo quando afirma que “1. Não se fala nunca senão uma única língua – ou antes um só idioma. 2. Não se fala nunca uma única língua – ou antes não há idioma puro”. A língua, por ser constitutivamente equívoca e por não ser indissociável da história e da relação com o sujeito, está intimamente relacionada às questões de identidade. O sujeito se constitui pela linguagem e pela relação com o (O)outro. O sujeito é dito pela língua mesmo antes de nascer.

Com Derrida (2001, p 26), falar do “nascimento pela língua”, é observar que nascimento, língua, cultura, nacionalidade, cidadania e, digo ainda, pertencimento, se relacionam e se transpassam. A língua é uma “monolíngua *do* outro. O *de* não significa tanto a propriedade quanto a proveniência: a língua é do outro, vem do outro, (é) *a* vinda do outro” (DERRIDA, 2001, p. 101, grifos do autor). A língua é, portanto, estratégia de poder, não é originária, é sempre lugar de chegada e não há língua de partida. É o objeto de desejo do outro, desejo de ser, por meio do qual se dá o processo interminável de identificação (DERRIDA, 2001).

Nesse sentido, compreender a noção de língua que perpassa a ADF é essencial para compreender os caminhos percorridos na análise, considerando o aporte teórico metodológico eleito para o gesto interpretativo. No entanto, conhecer essa noção de língua também é importante devido ao objeto de estudo, o discurso de divulgação do Esperanto, uma vez que o objetivo principal deste trabalho parte da problematização da representação de língua que emerge, via efeitos de sentido, no discurso de Zamenhof e que entram em confronto com a noção de língua da ADF, pois há uma busca pelo impossível real da língua, uma necessidade de divulgá-la como unívoca, apagando todos os traços subjetivos próprios dos quais emerge o equívoco (MILNER, 2012).

2.2.2 O sujeito e a heterogeneidade constitutiva

Conforme descrito anteriormente, o discurso é produzido em determinadas circunstâncias, em condições de produção entretecidas pelo sujeito, tendo em vista que as formas de subjetivação do dizer são indissociáveis desse/ nesse processo. Compreendo que o sujeito do discurso é constituído sócio historicamente (FOUCAULT, 2010; PÊCHEUX, 2014) e por meio do inconsciente, conforme a psicanálise lacaniana (MARIANI, 2003; MARIANI e MAGALHÃES, 2011; PÊCHEUX, 2014), o que permite interpretar, no discurso, os seus efeitos de sentido, a partir da análise das relações entre saber-poder-verdade. Em outras palavras, “Sujeito da linguagem, para Lacan, lugar ou função discursiva, para Foucault”, refere-se ao sujeito em que “o aspecto social se faz presente” (CORACINI, 2007, p. 17), pois a língua é constituída pelo histórico, social e cultural, “porta uma produção de sentidos já constituídos na historicidade, no contexto social e na memória [...]” (MARIANI e MAGALHÃES, 2011, p. 128).

O sujeito do discurso constitui-se pelo (O)outro, é efeito da linguagem (MARIANI, 2003), uma vez que “A linguagem se marca como uma imposição, se antecipa à nossa existência, é anterior, estabelece alteridade e nela estão inscritos os lugares de autoridade e de legitimidade de uma formação social historicamente determinada” (MARIANI e MAGALHÃES, 2011, p. 128). Nas palavras de Coracini (2007, p. 17), “[...]é possível afirmar com Foucault que o sujeito é uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação”. O sujeito é uma construção discursiva porque se constitui a partir das regras de formação desse discurso, sendo uma forma-sujeito para

Pêcheux (2014) ou uma posição-sujeito para Foucault (2016), pois o sujeito ocupa lugares no discurso, que o institucionalizam, conferem a este discurso o estatuto de verdade, confere poder ao sujeito que o profere.

Se o sujeito é uma posição, é possível afirmar com Foucault (2016) que são posições de subjetividade, amparadas por lugares institucionais que podem ser ocupados por qualquer sujeito que esteja autorizado a falar, constituindo-o novamente em sujeito. Há diversas posições-sujeito: posição-sujeito mãe; posição-sujeito presidente da república; posição-sujeito médico; posição-sujeito leitor(a); posição-sujeito estrangeiro, entre outras. Como afirma Foucault (2016, p. 66), o discurso “é [...] um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”.

As posições-sujeito para Foucault (2016) ou forma-sujeito para Pêcheux (2014) se constituem por meio do discurso, fazendo-o um lugar de constituição da subjetividade. Segundo Pêcheux (2014), o indivíduo é transformado em sujeito pela sua inserção em uma dada formação discursiva que o domina. Essa formação discursiva é atravessada por outras formações discursivas, ao mesmo tempo, contraditórias, por meio do interdiscurso. De acordo com o autor, quando o interdiscurso tem efeito sobre si mesmo, há um processo de interioridade determinada do exterior chamado de intradiscurso e que tem relação expressa com a forma-sujeito:

[...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como puro “já-dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por “co-referência”. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos* (PÊCHEUX, 2014, p. 155, grifos do autor).

O sujeito, portanto, não detém o controle de seu processo de subjetivação, acredita-se totalmente consciente do que diz, origem do seu dizer, transparente, uno, homogêneo, recaindo nos dois esquecimentos que o constitui: primeiro, o sujeito acredita ser a origem de tudo o que diz e, segundo, ele acredita que o que diz tem sentido único e não pode ser interpretado/ compreendido de outra forma (PÊCHEUX e FUCHS, 1997).

O sujeito não é aquele homogêneo, uno, controlável, cartesiano, que tem o poder de controlar a língua, o discurso, a linguagem, que acredita ser consciente, coerente. O sujeito

é constituído pelo inconsciente, heterogêneo em sua constituição, carrega o outro em si, transforma esse outro e é transformado por ele, é dividido, fragmentado (MARIANI, 2003; CORACINI, 2007; PÊCHEUX, 2014), portanto, sua identidade é sempre mutável e não fixa (DERRIDA, 2001). O discurso, assim como o sujeito, é heterogêneo, perpassado por outros discursos e pelas vozes de outros sujeitos, via interdiscurso.

Authier-Revuz (1990) elabora a teoria da heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso à luz das reflexões sobre o interdiscurso, conforme explicitado por Pêcheux, do dialogismo de Bakhtin e da relação entre sujeito e linguagem conforme a releitura lacaniana de Freud. Segundo a autora, a heterogeneidade constitutiva vem a ser a inscrição do outro no discurso, seja de forma direta ou indireta, marcada ou não-marcada, mostrada ou não-mostrada. A presença do outro sempre é constitutiva do discurso, tornando-o heterogêneo, possibilitando seus efeitos de sentido.

A presença do outro no discurso contribui para o processo de subjetivação, uma vez que, como afirma Authier-Revuz (1990, p. 26), “o sujeito é mais falado do que fala”, suas “palavras são, sempre e inevitavelmente, as palavras dos outros”. De acordo com a autora, não há como identificar a origem de um discurso, uma vez que todos os discursos se apoiam em um já-dito e, inevitavelmente, seja de forma marcada ou não-marcada, as palavras dos outros sempre estão em nosso dizer. O discurso é sempre atravessado por interdiscursos.

Essa alteridade que constitui o discurso, para Authier-Revuz (1990), está relacionada à constituição do sujeito pela linguagem, baseando-se na teoria lacaniana do sujeito, em que se destaca o outro imaginário, o semelhante, e o Outro, simbólico, como estrutura da linguagem e princípio do inconsciente, como lugar do significante que constitui o sujeito. De acordo com a autora, o discurso é atravessado pelo inconsciente, pelo discurso do Outro, e, na constituição da subjetividade, o sujeito é atravessado pela linguagem, clivado, dividido, barrado, descentrado e, portanto, heterogêneo.

No entanto, esse sujeito heterogêneo, que se constitui pelo olhar do (O)outro e pela linguagem, é incompleto, está sempre em busca da sua completude, deseja a homogeneidade e a ação consciente, mas a falta o constitui. Segundo Mariani e Magalhães (2011, p. 130), “O desejo, portanto, constitui-se a partir de uma falta, é estruturante do ser humano. E é assim que cada ser humano se inscreve, como sujeito desejante, na formação sociocultural de sua época de modo específico e singular”. A vontade de verdade, por exemplo, pode ser um desses desejos que se constitui pela falta do sujeito (e/ ou pelo sujeito

da falta) que almeja consolidar discursos, legitimá-los. Trata-se de um desejo pelo poder e o discurso é o poder do qual se quer apoderar (FOUCAULT, 2014).

Antes de apresentar a relação entre o sujeito e as relações de poder/ saber (FOUCAULT, 2014; 2017; 2017b), discutidas no subitem a seguir, instiga-me a observação do processo de constituição subjetiva de Zamenhof pela ótica de sujeito aqui apresentada. A partir dos autores aqui reunidos, assumo a constituição heterogênea de Zamenhof, que ocupa posições-sujeito nas quais se filiam a formações discursivas para se valer de interdiscursos na busca por (re)afirmar a possibilidade de uma língua internacional. Essas filiações reúnem dizeres nos quais Zamenhof marca a presença de outros do/ no discurso, seja para corroborar seu pensamento, seja para contrapô-los. Estabelece-se um jogo discursivo em que a inclusão e a exclusão afetam as representações de pertencimento dadas na/ pela língua.

O ato de corroborar ou refutar uma assertiva, construir formas outras de significação, de sentido, emergem do anseio por algo, por um objetivo. Este, por sua vez pode remeter-se a uma falta, falta de si e/ ou falta do/ no outro em virtude da ilusão de completude que nos constitui como sujeito. E, muito possivelmente, esse jogo enunciativo não escapa ao discurso de divulgação do Esperanto enunciado por Zamenhof. E do/ no jogo discursivo, relações de saber/ poder, sob uma série de dispositivos, entram na ordem do discurso cobrindo ou escancarando a subjetividade do sujeito pelas palavras enunciadas, como discuto a seguir.

2.3 A genealogia: o sujeito, a verdade e as relações de poder/ saber

Como anunciado nesta pesquisa, a arqueogenealogia de Foucault (2014, 2016, 2017) pauta o empreendimento analítico do discurso de divulgação do Esperanto enunciado por Zamenhof. Tendo em vista a compreensão de língua e sujeito ressignificada pela ADF aos estudos da linguagem, neste item trago a reflexão de como as relações de saber/ poder constituem a formação subjetiva do indivíduo e se materializam em seu dizer. De modo mais didático, divido a arqueogenealogia em dois momentos de reflexão, a partir da arqueologia foucaultiana (discorrida no item 2.4) e a genealogia, noção esta que dou início no momento, aproveitando a discussão acerca do sujeito elaborada no subitem anterior.

Para Foucault (1993), ao estudar o saber/ poder, é para o sujeito que se volta o olhar, em outras palavras, suas pesquisas sobre o saber/ poder o levam a um estudo da subjetividade, que compreende o sujeito como objeto ou o processo de subjetivação. O poder

se trata de lutas que se opõem a tudo o que relaciona o indivíduo a si mesmo, assegurando sua submissão, portanto, falar de poder é enfrentar o tema do sujeito (FOUCAULT, 2006).

Dessa forma, compreendo a genealogia como o momento em que se relaciona o poder/ saber e a verdade com o sujeito. Segundo Foucault (2017, p. 268), na genealogia, trata-se de ativar saberes considerados “locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns”. O autor complementa que se trata de uma insurreição do saber em relação aos efeitos de poder de um discurso científico organizado no interior da sociedade ocidental, cabendo à genealogia combater os efeitos de poder desses discursos, uma anti-ciência (FOUCAULT, 2010b).

Foucault (2017, p. 269) questiona qual “a ambição de poder que a pretensão de uma ciência traz consigo? [...] que tipo de saber [...] querem desqualificar no momento em que [...] dizem ‘é uma ciência’? Que sujeito falante [...] querem ‘menorizar’?”. A genealogia, portanto, possibilita “dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal, científico” (FOUCAULT, 2010b, p. 11).

A genealogia, como afirma Foucault (2017), busca investigar os mecanismos e os efeitos das/ nas relações de poder, os diversos dispositivos de poder que se exercem na sociedade. Nesse empreendimento, o que se busca não é dizer o que é o poder, mas “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 2010b, p. 13). Para isso, o autor explica que o poder não é algo que se dá ou que se troca por alguma outra coisa, também não se retoma, sendo apenas exercido e sua existência se dá na ação, é uma relação de força (FOUCAULT, 2010b).

Para esta investigação/ análise dos efeitos de poder, há que se considerar a (vontade de) verdade, pois saber é poder e este “produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2017, p. 45), há efeitos de verdade no interior dos discursos. O poder produz efeitos de verdade e os conduz, da mesma forma que é conduzido pelo efeito de verdade e, desse modo, as relações de poder não podem funcionar sem que funcione um discurso verdadeiro. “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos

exercer o poder mediante a produção da verdade; [...] temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la”, pois o poder “institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa; [...] a verdade é a norma” (FOUCAULT, 2010b, p. 21-22).

A verdade e o poder/ saber estão relacionados ao processo de subjetivação/ objetivação dos sujeitos (FOUCAULT, 1993), cujo exercício conduz à governamentalidade, dirigir os sujeitos, seja transformando-os em indivíduos, a partir do mecanismo disciplinar, seja enxergando-o como população, a partir das estratégias de biopoder na biopolítica, enquanto procedimentos “de sujeição, [...] processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” (FOUCAULT, 2010b, p. 25). O indivíduo é, assim, efeito de poder, é constituído por ele, mas também o exerce, é seu intermediário, não um mero consentidor do poder. Dessa forma, a análise do poder começa pelo local, partindo da capilaridade, até se chegar aos mecanismos de poder gerais, globais, que legitimam o poder em sua capilaridade (FOUCAULT, 2010b).

O poder produz saber, produz verdades, assim, é necessário investigar a formação desses saberes, pois quando o poder exerce seus mecanismos, coloca em circulação saberes. O poder não pode se exercer se não formar, organizar e fazer circular um saber (FOUCAULT, 2010b). Nesse ínterim, o poder/ saber produz discurso, tornando-o alvo do desejo, algo do que se quer apoderar, legitimar. O sujeito, com a finalidade de exercer o poder, almeja legitimar o seu discurso, colocá-lo como um discurso verdadeiro, colocar-se em uma ordem discursiva, que exige um *status* do indivíduo, um lugar institucional de onde se fala e que analisa as posições sujeito daquele que fala (FOUCAULT, 2016).

Para conjurar os poderes e perigos do discurso, a sociedade dispõe de procedimentos e técnicas que controlam, selecionam, organizam e distribuem a produção do discurso, a forma como um saber é aplicado em uma sociedade, que busca regular os regimes de verdade (FOUCAULT, 2014). Esses procedimentos existem porque há uma vontade de verdade, que está ligada ao desejo e ao poder (FOUCAULT, 2014), uma vez que o poder é uma “rede produtiva que atravessa todo o corpo social [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 44). Para Foucault (2017, p. 51-52) “[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, é produzida a partir de coerções e, assim, “produz efeitos regulamentados de poder”.

Segundo Foucault (2017, p. 52), cada sociedade constrói o seu regime de verdade por meio de uma ordem discursiva, fazendo funcionar os discursos que acolhe como

verdadeiros, utilizando-se de mecanismos para fazer a distinção entre enunciados verdadeiros ou falsos, “[...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

A verdade é “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”; os sistemas de poder apoiam e produzem a “verdade”, enquanto esta induz e reproduz os efeitos de poder (FOUCAULT, 2017, p. 54), por isso, Foucault (2014) propõe questionar a vontade de verdade, uma vez que não considera os discursos nem verdadeiros, nem falsos e nem ideológicos, mas que há efeitos de verdade produzidos pelos discursos. Como questiona Foucault (2014, p. 19), “[...] na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?”

Na sociedade, existem modos de dizer a verdade que resultam na constituição do sujeito, fazendo-se necessário considerar as relações entre verdade, poder e sujeito. Trata-se de uma análise do “tipo de ato pelo qual o sujeito, dizendo a verdade, se *manifesta*, [...] representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade”, em outras palavras, não se trata de reconhecer se um discurso é verdadeiro ou não, mas analisar “sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade”; trata-se de um estudo das formas aletúrgicas e não das estruturas epistemológicas do dizer a verdade (FOUCAULT, 2011, p. 04).

Existem quatro modalidades do dizer a verdade: a profecia, a sabedoria, a técnica/pedagógica e a “parresía”. É esta última que interessa a esta tese, a parresía, a fala franca, “elemento constitutivo de dizer-a-verdade sobre si”, que envolve “como elemento qualificador [...] o outro necessário no jogo e na obrigação de dizer a verdade sobre si” (FOUCAULT, 2011, p. 9). Aquele que exerce a parresía é denominado “parresiasta”.

De acordo com Foucault (2011, p. 10-11), a parresía é dizer tudo, e o parresiasta é aquele que diz tudo, cujo conceito pode ser interpretado, de forma pejorativa, como “todos podem dizer qualquer coisa”, ou no sentido positivo, que “consiste em dizer a verdade, sem dissimulação nem reserva nem cláusula de estilo nem ornamento retórico que possa cifrá-la ou mascará-la”. Mesmo diante de ambos os sentidos possíveis e seu antagonismo e/ ou contradição, é necessário, ainda, “que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa, [e não] da boca

para fora”, ou seja, o parresiasta diz exatamente o que pensa, ele concorda com aquilo que diz, liga-se a essa (vontade de) verdade (FOUCAULT, 2011, p. 10-11).

Para que seja um parresiasta, o sujeito assume um risco “que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige” ao enunciar a verdade, o risco de ferir, irritar, desagradar ao outro, que pode ter por consequência a punição (risco à própria vida) ou aceitabilidade pelo outro do que é dito (jogo parresiástico) (FOUCAULT, 2011, p. 11). Dessa forma, a parresía é também a coragem para dizer a verdade: “implica [...] em que o parresiasta se arrisque a desfazer [...] a relação com o outro que tornou possível precisamente o seu discurso. [...] o parresiasta sempre corre o risco de minar essa relação que é a condição de possibilidade do seu discurso” (FOUCAULT, 2011, p. 11). O parresiasta não se mantém reservado de falar, pois esta é sua tarefa, que deverá ser levada até o fim, mesmo sob risco de morte, da guerra, do ódio, da hostilidade; ele não diz o que o outro é, mas ajuda-o a se reconhecer; ele coloca em jogo o discurso verdadeiro do *éthos* (FOUCAULT, 2011).

Dessa forma, considerando-se o sujeito, a verdade, o poder/ saber como essenciais para a análise genealógica, conforme apresentei neste item, problematizo na análise a relação subjetiva de Zamenhof com as relações de poder/ saber, que contribuem para emergência de representações de língua de seu dizer. Para realizar essa problematização, utilizando da genealogia, faz-se necessário compreender a análise arqueológica dos saberes, conforme apresento no item a seguir.

2.4 A escavação arqueológica

Neste item, apresento as orientações “metodológicas” presentes em Foucault (2016) que, por meio da arqueologia, permitem escavar os saberes inscritos na irrupção dos acontecimentos que sustentam o discurso sobre o Esperanto como língua internacional, sob um olhar atento à constituição subjetiva de Zamenhof. Refiro-me a orientações “metodológicas” entre aspas porque o próprio Foucault (2016) não classifica sua “Arqueologia do Saber” como um método, pois afirma não trabalhar com as “questões de procedimentos” e, sim, com “problemas teóricos”. Talvez Foucault (2016) estivesse receoso de ser considerado um estruturalista e que sua análise estivesse pautada especificamente na estrutura.

Ao entender que, para Foucault (2016), o discurso é analisado a partir de sua inserção na história, uma nova história, não-linear, não-contínua, não-progressista, mas, sim, uma história que se faz pela descontinuidade, pela ruptura, contrapondo-se a visão de rastro, tradição, valorizando, portanto, a irrupção dos acontecimentos, o discurso de divulgação do Esperanto enunciado por Zamenhof necessita de um olhar arqueológico, localizando o(s) momento(s) sociais, históricos, culturais para que seja possível ver como se constituiu sua trama discursiva, sua emergência de sentidos e as amarras nas quais sujeitou-se em formações discursivas para poder dizer(-se). Parte-se, pois, segundo o filósofo francês, da história para a arqueologia, em que o documento é transformado em monumento, é descrito intrinsecamente por meio da escavação do saber. Essa escavação foucaultiana permite aguçar o olhar do analista em relação ao objeto de análise.

Para realizar uma análise arqueológica, segundo Foucault (2016), é necessário compreender que os discursos, como a história, não estão ligados linearmente, um ao lado do outro, não há síntese e agrupamento de discursos. Analisa-se as relações entre os discursos na irrupção dos acontecimentos. Segundo o autor, é na irrupção de acontecimentos discursivos que o enunciado é “repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 31).

Foucault (2016) propõe que se evite analisar o discurso levando-se em consideração unidades como o livro, a obra, o autor, uma vez que essas unidades discursivas podem ser influenciadas pela necessidade de busca à origem do discurso, à linearidade, à homogeneidade, à noção de influência e de tradição. No entanto, o ponto de partida para a análise de um discurso se inicia por meio da problematização e desconstrução de unidades discursivas, para que, então, se possa descrever unidades outras.

Para analisar o dizer de Zamenhof, parti de algumas unidades discursivas como: a Linguística, enquanto ciência em construção; as concepções filosóficas do romantismo, racionalismo e positivismo; as unidades de discursos em torno da língua universal, envolvendo as concepções científicas e filosóficas; o dizer de Zamenhof, aqui considerado em suas unidades obra e autor. Tais unidades são apenas o marco inicial da análise, assim como a psicopatologia, a medicina e a economia política foram para Foucault (2016). Para analisar os dizeres reunidos em *A essência e futuro da idéia de uma língua internacional*, enunciado por Zamenhof, inicio das unidades citadas para, com Foucault (2016, p. 32), questioná-las e problematizá-las a fim de se perguntar que outras unidades elas formam.

Essas unidades discursivas são conjuntos que a história propõe e que merecem ser questionados “[...] para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros; para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade, permita fazer sua teoria” (FOUCAULT, 2016, p. 32). A partir disso, questiono sobre a vontade de verdade de Zamenhof, em fazer parte de unidades discursivas como a Linguística, enquanto ciência, somadas a discursos filosóficos racionalistas, românticos e positivistas, entre outras unidades em exploração. Eis a necessidade de descrever os acontecimentos discursivos em busca das unidades que aí se formam.

Segundo Foucault (2016, p. 33), “O campo dos acontecimentos discursivos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”, portanto, descrever os acontecimentos discursivos refere-se a questionar “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. O enunciado, para Foucault (2016, p. 35), é um acontecimento “que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”, pois sempre que acessado, pode ser o mesmo, mas pode ser outro e, por isso, a necessidade de considerá-lo em sua irrupção histórica.

Para descrever o enunciado, faz necessário descrever as funções enunciativas: a) o enunciado existe se está em relação com o que enuncia, portanto sua descrição não pode ser feita sem a “análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (FOUCAULT, 2016, p. 111); b) o enunciado se distingue de outras séries de elementos linguísticos, como a frase ou a proposição, por manter uma relação diferente com o sujeito, que é visto, pelo autor, como uma posição, cuja análise do enunciado se dá quando se pode “determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2016, p. 116); c) a função enunciativa não pode existir sem um domínio associado, tendo em vista que um enunciado só é enunciado quando está em relação com outros enunciados; e, por fim, d) o enunciado deve ter existência material, “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2016, p. 123).

Para Foucault (2016), descrever um enunciado é descrever a função enunciativa, definindo as condições em que se realizou, originando uma série de signos cuja existência é específica. O enunciado pertence sempre a uma formação discursiva (FD), que define a

regularidade de sua existência. O discurso é definido pelo autor como o conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma FD.

De acordo com Foucault (2016, p. 159), há sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos e coisas, que o autor denomina como *arquivo*, “[...] o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”. É deste item lexical que surge o termo de sua proposta teórica, a *arqueologia*. Sobre este termo, Foucault (2016, p. 161) esclarece:

Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.

A arqueologia é um “método” que possibilita questionar a existência de unidades discursivas, permitindo a compreensão de que o discurso de divulgação do Esperanto intitulado *Essência e futuro da ideia de uma língua internacional* é, a princípio, um “recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade” (FOUCAULT, 2016, p. 36). No entanto, não é possível garantir que a unidade discursiva permaneça intacta, pois os enunciados são dispersos e heterogêneos e, uma vez encetado o processo de análise, talvez “sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrihado e na direção de um final que não é fácil prever” (FOUCAULT, 2016, p. 48). Afinal, haverá um final? Talvez, apenas promessas!

O processo de questionamento das unidades discursivas suscita, ao menos, um primeiro momento de culminância da análise e, para tal, o caminho proposto por Foucault (2016) é a descrição da dispersão e da repartição desses enunciados, a fim de detectar uma regularidade discursiva. Detectada a regularidade discursiva, há, então, uma formação discursiva. Nas palavras de Foucault (2016, p. 47),

No caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...].

As formações discursivas se constituem por meio de regras, às quais Foucault (2016, p. 47) denomina de “regras de formação”, que são “as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas)”. Essas mesmas regras “são condições de existência [...] em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2016, p. 47). São elas: regra de formação dos objetos, regra de formação das modalidades enunciativas, regra de formação dos conceitos e regra de formação das estratégias, cada qual apresentada nos subitens que se seguem.

2.4.1 Regra de formação dos objetos

A primeira regra de formação descrita por Foucault (2016) refere-se à formação dos objetos. Um objeto se forma quando uma unidade discursiva delimita, define, aquilo sobre o que se fala, dando-lhe o status de objeto, tornando-o nomeável e descritível. Para descrever o(s) objeto(s), Foucault (2016) propõe três passos: a) demarcar as instâncias primeiras de sua emergência; b) descrever as instâncias de sua delimitação; e, por fim, c) analisar as grades de especificação desse objeto.

No entanto, de acordo com Foucault (2016), esses três passos ainda são insuficientes, pois aponta para o objeto como se este fosse um fato isolado, descrevendo apenas sua aparição, quando se faz necessário ainda descrever e analisar a relação entre objetos, já que no discurso há um conjunto de relações determinadas. Nas palavras do autor, a formação dos objetos

[...] é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 2016, p. 54).

Neste processo de descrição dos objetos e de suas relações, há que se observar, de acordo com Foucault (2016), alguns pontos: 1) quais são as condições para que se apareça um objeto de discurso, suas condições históricas, pois “não se pode falar qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2016, p. 54), portanto, faz-se necessário realizar um

levantamento das condições de produção de um discurso, como realizado no Capítulo 1 desta tese; 2) as relações entre os objetos “[...] são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 56) e são essas condições de emergência que permitem que um objeto seja colocado no campo da exterioridade; 3) é necessário fazer aparecer a especificidade das “relações discursivas” e sua relação com as “relações primárias” ou “reais” e as “relações secundárias” ou “reflexivas”; 4) as “relações discursivas” não são internas e nem externas ao discurso, mas a própria prática discursiva.

A formação de objetos refere-se a um conjunto de regras que são inerentes há uma prática discursiva, que a definem e especificam, não sendo mais conveniente “[...] tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações); mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos” (FOUCAULT, 2016, p. 60). Trata-se de suspender a soberania do significante (FOUCAULT, 2014). Indo além dos sentidos suscitados pela análise da sequência gramatical, da interpretação de sujeito, verbo e objeto colocado na frase, esta perspectiva, instiga questionar quais objetos emergem do discurso de Zamenhof, em quais condições se deu o enunciado, bem como sua construção, a quais instituições, processos econômicos, sociais, formas de comportamento dos sistemas de normas seu dizer se inscreve, como as relações discursivas torna(ra)m-se práticas.

2.4.2 Regra de formação das modalidades enunciativas

Na regra de formação das modalidades enunciativas, analisa-se as formas dos enunciados. Para isso, Foucault (2016) utiliza o discurso da Medicina para exemplificar esta análise, a fim de verificar como se dá a interpretação e recorte dos signos, a existência de descrições e narrações, forma de raciocínio. Em outras palavras, o autor, nessa análise, tenta compreender porque um enunciado se deu e não outro em seu lugar.

Para analisar a formação das modalidades enunciativas, não se pode deixar às margens o sujeito, pois compreender as suas regras de formação está intrínseco o sujeito e a posição que este ocupa. Nos itens 2.2.3 e 2.3, foi problematizada a noção de sujeito que baliza a análise e a noção de sujeito para Foucault. Já neste item, discuto a análise em torno do sujeito que permite identificar as modalidades enunciativas de um discurso. Segundo Foucault

(2016), há que se observar o status dos indivíduos, ao enunciar um discurso, identificar os lugares institucionais de onde discursam e, por fim, quais as posições que o sujeito ocupa diante dos grupos de objetos.

Para Foucault (2016), a análise das modalidades enunciativas remete a uma dispersão do sujeito, identificando-se as regularidades que contribuem para a formação das diversas posições de subjetividade. Foucault (2016, p. 66) afasta-se, portanto, da ideia de um sujeito psicologizante, levando para o caminho de que o discurso é “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”.

Uma vez que o sujeito precise ser observado em sua dispersão na constituição própria do discurso, suas marcas de subjetividade estão latentes no enunciado e, com isso, pode-se identificar as regularidades que (d)enunciam as modalidades às quais o sujeito se filia em posições. Um olhar voltado à percepção do dizer pelas modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2016) solicita que a análise do discurso se atine a quem é Zamenhof, de onde fala, quais as instituições que (des)legitimam seu saber, por conseguinte, que posições sujeito ocupa. A noção de sujeito trabalhada nesta tese compreendendo-a em sua dispersão, sob uma heterogeneidade que lhe é constitutiva, permite que o processo de escavação de sentidos frente ao jogo genealógico do saber/ poder presente no enunciado não fique à espreita de um olhar atento às entrelinhas do discurso, de sua interpretação estruturalista, mas seja a prática analítica que rastreia as verdades incrustadas no dito, que não nega ou negligencia a subjetividade presente, mas (re)afirma-a.

Do movimento arqueológico de escavação, por meio da atenção dada às regras de formação dos objetos e das modalidades enunciativas, a regra de formação dos conceitos traz luz à compreensão de como a (vontade de) verdade compõe um feixe de relações que legitimam ou não um saber, bem como, isso é organizado como formação conceitual.

2.4.3 Regra de formação dos conceitos

Segundo Foucault (2016), identificar como se formaram os conceitos em um dado discurso não é algo simples, tendo em vista que essa formação não obedece a condições rigorosas e coerentes. Portanto, é necessário, em primeira instância, descrever a organização do campo de enunciados em que os conceitos surgem e circulam.

O campo enunciativo se organiza de acordo com três formas. 1) “Formas de sucessão” que incluem como se dá a diversidade de disposições das sérias enunciativas, considerando-se a generalização, especificação e distribuições espaciais a que os enunciados obedecem. O que “vai reger o aparecimento e a recorrência dos conceitos [...] é a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados” (FOUCAULT, 2016, p. 68). 2) “Formas de coexistência”, que incluem um campo de “presença”, com todos os enunciados que já foram formulados em algum outro momento e que são retomados no discurso; um campo de “concomitância”, que corresponde a coocorrência de enunciados que se referem a objetos diferentes e a outros discursos, mas que atuam junto aos enunciados em análise; e, por fim, o “domínio de memória”, que se refere aos enunciados que não são mais admitidos no discurso, mas que ainda estabelecem laços com os enunciados em análise. 3) Os “procedimentos de intervenção” que permitem especificar cada FD e que aparecem nas técnicas de reescrita, em métodos de transcrição, nos modos de tradução. Os meios de aproximação, a forma de delimitação o domínio de validade dos enunciados; a transferência do enunciado de um campo para outro e, os métodos de sistematização e de redistribuição dos enunciados são procedimentos de intervenção da/ na formação dos conceitos (FOUCAULT, 2016).

Observo, então, na descrição de organização do campo de enunciados, que o que delimita o grupo de conceitos que são específicos a uma dada FD é a forma como esses elementos de organização estão relacionados. De acordo com Foucault (2016, p. 70-71), é a maneira como

[...] a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual.

Segundo Foucault (2016), descreve-se a dispersão dos conceitos, uma vez que não é possível partir para a descrição direta do conceito em si, mas da descrição do que é “pré-conceitual”. E, por pré-conceitual, não se deve entender o retorno às origens ou ao *a priori*, mas a descrição de uma “[...] rede conceitual a partir das regularidades intrínsecas do

discurso” (FOUCAULT, 2016, p. 73), pois o conceito não pode ser descrito no nível da história, mas, sim, no nível do discurso.

É seguindo estas orientações de Foucault (2016) que busco a problematização das noções que emergiram e se tornaram relevantes para a construção do discurso de divulgação do Esperanto, pois, inscritas no campo conceitual de enunciados da/ na ciência linguística, a constituição de uma língua internacional, não releva apenas uma estratégia diferente de comunicação por meio de uma língua outra. Divulgar o Esperanto como uma língua de abrangência mundial desvela representações acerca do político, do cultural, das relações de saber/ poder que fomentam a construção de uma língua que almeja ressignificar as interações sociais. Essa(s) representação(ões) de língua desvelada(s) no dizer de Zamenhof do/ no discurso de divulgação do Esperanto é(são) composta(s) por estratégias seja de filiação à rede de poderes e saberes, bem como à reflexões acerca das relações de resistências. Segue como Foucault (2016) observa e considera as regras de formação das estratégias.

2.4.4 Regra de formação das estratégias

Por estratégias, Foucault (2016) compreende os temas e teorias de um discurso. Um dos exemplos usados pelo autor é a Gramática do século XVIII, em que compreende a língua originária como um tema e a relação de parentesco entre as línguas, para a construção das famílias linguísticas, como uma teoria. No entanto, compreender como num discurso são feitas as escolhas estratégias não é algo fácil, sendo possível, de acordo com o autor, apenas indicar os caminhos que percorreu nas pesquisas que empreendeu.

Como primeiro ponto, Foucault (2016, p. 78) propõe “determinar os *pontos de difração* possíveis do discurso”. O autor sugere a descrição dos pontos de incompatibilidade entre objetos e conceitos de um discurso, dos pontos de equivalência, que apontam para as mesmas regras de formação dos elementos que são incompatíveis e, por fim, dos pontos de ligação de uma sistematização de onde se derivam, de forma coerente, objetos, conceitos e formas enunciativas.

Em seguida, Foucault (2016) destaca a necessidade de estudar a “constelação discursiva” à qual pertence o discurso em análise. Em outras palavras, “[...] é preciso descrever as instâncias específicas de decisão: em primeiro lugar, o papel desempenhado pelo discurso estudado em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos” (FOUCAULT,

2016, p. 79). Essa relação com outros discursos contemporâneos ou vizinhos pode ser de analogia, de oposição e de complementariedade e, entre eles, podem ser descritas relações de delimitação por apresentarem características distintas devido à diferença de domínio, métodos, instrumentos. Sempre que uma FD é retomada em uma nova constelação discursiva, faz aparecer possibilidades novas, pois as escolhas estratégicas a tornam lacunar (FOUCAULT, 2016).

Por fim, Foucault (2016, p. 80, grifos do autor) explica que as escolhas teóricas efetuadas estão relacionadas à “[...] *função* que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*”, correspondendo à apropriação do discurso, uma vez que os discursos podem ser propriedades de determinado grupo de indivíduos e, em relação às posições de desejo em relação ao discurso. Como apresentado por Foucault (2016), se for possível descrever os jogos de relações que fazem derivar as diferentes escolhas estratégicas, pode-se então identificar a individualização de uma FD.

No caso desta pesquisa, problematizo as estratégias de Zamenhof frente as escolhas teóricas para compor o discurso de divulgação do Esperanto. Considerando as FD Linguística, Política, Cultura, entre outras, inquieto-me desvelar os temas e teorias reunidos do/ no dizer de Zamenhof, quais temas se tornaram teorias. E, por isso, a presença do tema da língua originária e da língua universal é identificada e problematizada nesta análise.

Nesse sentido, busco pela dispersão do dizer e do sujeito no discurso de divulgação do Esperanto. Não é mais possível observar a materialidade linguística dos enunciados reunidos no dito, pois sua inscrição histórico-social, político-cultural fomenta a emergência de construções de sentido que atravessam e perpassam a sociedade, seja no período em que foi divulgado, seja na contemporaneidade, quando ainda vejo o Esperanto repercutindo as relações sociais, sendo aceito e estudado ou rechaçado, refutado. Essas (re)ações subjazem à vontade de saber construída por sistema de formação dos discursos, de modo que o enunciado, bem como a intenção do dito, é organizado por um conjunto de regras já determinadas em um tempo e em um espaço, possuindo, por conseguinte, uma necessidade ilusória do controle do(s) (efeitos de) sentido.

Cabe ressaltar que, segundo Foucault (2016, p. 131), a FD é o princípio de dispersão e de repartição dos enunciados. Portanto, discurso é um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. As quatro regras de formação apresentadas nos itens anteriores, de acordo com o autor, correspondem às quatro funções enunciativas.

Dessa forma, a descrição dos enunciados leva à individualização de uma formação discursiva e a análise desta última leva à descrição dos enunciados. Como citado antes, o enunciado pertence a uma FD que define-o quanto a regularidade (FOUCAULT, 2016).

O processo passível de análise do discurso se dá na “prática discursiva”, denominada por Foucault (2016, p. 144) como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. As práticas discursivas estão relacionadas às condições de produção do discurso.

Neste sentido, é identificando as regularidades discursivas, por meio da descrição das funções enunciativas e análise das formações discursivas que empreendo o gesto interpretativo disposto no capítulo 3, com o objetivo de problematizar as representações de língua que emergem, via efeitos de sentido, nos dizeres de Zamenhof.

No capítulo que se segue reúno e distribuo os dizeres de Zamenhof sob a ótica dos eixos 3.1 e 3.2, nos quais o “método” arqueogenealógico foucaultiano possibilitou escavar as regularidades enunciativas acerca da representação de língua categorizada como internacional, frente às relações de saber/ poder que fomentam uma genealogia para além das relações discursivas, mas de inscrição e governo de corpos, de subjetividades.

CAPÍTULO 3

EMPREENHIMENTO ANALÍTICO DA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DE ZAMENHOF E AS REPRESENTAÇÕES DE LÍNGUA QUE EMERGEM DE SEU DIZER

Neste capítulo, apresento a análise do discurso de divulgação do Esperanto, problematizando as representações sobre língua. Início pela análise dos efeitos de sentido da constituição subjetiva de Zamenhof para, em seguida, problematizar as representações de língua que fazem parte do ideário do enunciador, partindo da hipótese de que as representações de língua no discurso de divulgação do Esperanto são atravessadas pelo interdiscurso positivista e pelas formações discursivas colonialista e nacionalista, que, por excluírem questões de subjetivação, identitárias e de diversidade linguístico cultural, podem resultar na não aceitabilidade da proposta de uma língua internacional.

Conforme apresentado nos itens 1.4 e 1.4.1, no capítulo 1, Zamenhof viveu em um dos séculos em que a Europa e, em especial, a Polônia, passava por momentos conturbados de mudanças políticas, sociais e econômicas. Assim, a subjetividade do médico polonês se constituiu durante os acontecimentos históricos e discursivos de seu tempo, o século XIX. Trata-se de um século em que a busca pelo saber é evidente, disciplinas começaram a se tornar ciências, como é o caso da Linguística, por exemplo. Segundo Foucault (2014, p. 15-16), “há, sem dúvida, uma vontade de saber no século XIX que não coincide [...] com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica”. Essa vontade de saber, de construir conhecimento, esse desejo por colocar-se na ordem do discurso científico constituirá a subjetividade de Zamenhof.

É movido por essa vontade de saber que Zamenhof elabora o Esperanto, defendendo-o como uma língua internacional, por meio do discurso que coincide com as práticas discursivas de sua contemporaneidade. Práticas estas que se formaram a partir dos acontecimentos históricos e discursivos de seu tempo, por meio de enunciados que podem parecer os mesmos do século anterior, mas que sempre são outros, repetíveis e irrepetíveis ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2016).

No discurso de Zamenhof, observo o interdiscurso das verdades do século XVIII, que, por meio do comentário, ressurgem na prática discursiva do século XIX, deslocado, como novo acontecimento discursivo (FOUCAULT, 2014; 2016). É o velho que se torna

novo, uma vez que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2016, p. 25). Nesta perspectiva, formações discursivas contrárias permeiam a materialidade discursiva, possibilitando efeitos de sentidos outros, em busca da legitimação de uma verdade, a de proferir o discurso verdadeiro. Tarefa difícil, pois o iniciador do Esperanto também vivia o contexto da exclusão, por ser judeu, por ter criado uma língua e por ter nascido em território polonês.

Dessa forma, esta análise possibilita interpretar dois caminhos na constituição subjetiva de Zamenhof, o sujeito excluído linguisticamente, num contexto de colonização, e o sujeito excluído pela Linguística, num contexto que envolve as relações de saber/ poder na ciência. A constituição subjetiva de Zamenhof, a partir desses dois eixos, emerge, via efeitos de sentido, de modo que a(s) representação(ões) de língua parecem perpassar o imaginário do médico judeu, conforme problematizo nos itens a seguir.

3.1 A língua como espaço público e território imaginário

Zamenhof, no texto em análise, tem o objetivo de provar ao seu interlocutor que uma língua internacional, o Esperanto, faz-se necessária para o fim dos conflitos entre pessoas pertencentes a diferentes povos. Para isso, utiliza-se de estratégias discursivas para se colocar na posição do verdadeiro, no intuito de legitimar seu dizer. Para escavar esse arquivo, que possui regras de formação, transformação e surgimento dos enunciados (FOUCAULT, 2016), e problematizar como se dá os efeitos de sentido para entrar na ordem do discurso (FOUCAULT, 2014) científico do século XIX, começo pela problematização das principais formações discursivas inscritas no dizer de Zamenhof, tendo em vista seu processo de constituição subjetiva.

Na análise dos recortes, identifico, a princípio, duas formações discursivas que coocorrem e se contradizem, produzindo efeitos de verdade (FOUCAULT, 2010b; 2016): a formação discursiva romântica (referente ao movimento histórico-filosófico do Romantismo) e a formação discursiva racionalista e/ ou cartesiana. Tanto o discurso cartesiano quanto o discurso romântico fizeram parte da prática discursiva do século XIX, no entanto, apenas o primeiro era valorizado como uma verdade no campo das ciências, o que legitimava o poder/ saber do discurso científico (FOUCAULT, 2010b).

Aquele que almejasse que seu discurso fosse considerado uma verdade científica, que desejasse entrar na ordem do discurso (FOUCAULT, 2014) científico, deveria enunciar a partir do racionalismo, mais especificamente a partir do racionalismo empreendido pela filosofia positivista de Comte, uma vez que o positivismo era o movimento orientador e legitimador para o fazer científico; tratava-se do poder que ativava os saberes locais, depurando-os, ordenando-os e hierarquizando-os em nome de um conhecimento dito verdadeiro, em direito de uma ciência acessada por poucos (FOUCAULT, 2017).

Para o positivismo, a ciência se faz por meio do raciocínio lógico e da observação dos fenômenos, em outras palavras, a verdadeira ciência busca “descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis e de similitude” (COMTE, 1978, p. 03). Dessa forma, o discurso vinculado à formação discursiva romântica não tem valor de verdade no meio científico, pois evidencia a subjetividade e não a objetividade e racionalidade requeridas pela ciência.

No recorte 1 (R1), quando Zamenhof refere-se à língua internacional como uma “idéia”, pode-se problematizar a presença das formações discursivas romântica e racionalista, em um jogo de relações que faz questionar se seu texto é científico ou político:

R1: A esse tipo de **idéia**, que aos contemporâneos parece uma fantasia oca e aos pósteros parece uma coisa tão natural, [...] a essa classe de **idéias** pertence também a **idéia** da introdução de uma língua comum para a comunicação entre diferentes povos. (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 10).

Ao considerar-se o conceito de “idéia”²² como “Aquilo que se planeja; intenção, plano” (BECHARA, 2009, p. 480), é possível relacioná-lo ao conceito de “ideal”. Seguindo este raciocínio, a “idéia” de uma língua internacional, para Zamenhof, é o “ideal”, planejada, portanto, raciocinada, lógica, “[...] o mais perfeito possível [...]. O que se deseja conseguir” (BECHARA, 2009, p. 480) para pôr fim ao problema da interação entre pessoas.

No entanto, a relação de sentidos entre os itens lexicais “idéia” e “ideal”, aquilo que é imaginário, perfeito, está associada às características do homem romântico, que almeja um mundo perfeito. Trata-se da falta de completude do sujeito e, no desejo de alcançar esta completude (CORACINI, 2007), em busca pela perfeição, Zamenhof propõe a ideia de uma

22 De acordo com Bechara (2009, p. 480), “idéia” significa “1 Representação mental, imagem [...]. 2 Concepção intelectual [...]. 3 Aquilo que se planeja; intenção, plano [...]”, ou ainda, “4 Julgamento ou avaliação sobre algo ou alguém; conceito, juízo [...]”. 5 Aquilo que se cria, inventa ou imagina [...]. 6 Solução [...]. 7 Mente, cabeça [...]”.

língua internacional, uma solução na forma do Esperanto. É essa busca pela completude que o leva a enunciar aproximando-se da formação discursiva cartesiana e, na ilusão de controlar a língua, no ato falho (GADET e PÊCHEUX, 2010), “deixa emergir”, inconscientemente, a formação discursiva romântica que o perpassa e constitui sua subjetividade. Os espectros (DERRIDA, 2001b) do romantismo atravessam o dizer de Zamenhof. É como esse homem romântico que ele é visto pelo outro, o outro cartesiano, que o julga sonhador, idealizador, sujeito movido pela emoção, visão que aparece no texto como heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990), que o atravessa via interdiscurso (PÊCHEUX, 2014).

Na análise de R1, há, ainda, o efeito de sentido de que “idéia” não sirva apenas à formação discursiva romântica, mas também à formação discursiva racionalista/ cartesiana, em especial, se considerados os significados “Representação mental, imagem. [...] Julgamento ou avaliação sobre algo ou alguém; conceito, juízo [...]” (BECHARA, 2009, p. 480), que nos remete à “idéia” como pensamento, algo que pode ser avaliado, julgado, conceituado por meio do pensamento, da razão. Esse sujeito cartesiano, que pensa, move-se pela razão, acredita possuir clareza e distinção, é o sujeito que acredita ter o controle da língua, o controle do sentido do que enuncia. É o sujeito que também acredita no ideal, no perfeito, na não exceção, na regularidade, na completude, desde que tudo seja feito a partir do mais perfeito pensamento lógico, da observação objetiva dos fenômenos, com neutralidade científica. Nessa conjuntura, torna-se complexa a diferenciação dos sujeitos romântico e cartesiano no texto, uma vez que parece não haver possibilidade de ser apenas romântico ou apenas racional. A mescla romântico/ racional constitui Zamenhof enquanto sujeito. Nessa perspectiva, considero que pensar a ciência como objetiva e neutra é um pensamento romântico, de ideal de objetividade. Uma visão romântica sobre o que é a ciência e que é cultivada entre os próprios cientistas numa percepção positivista de ciência.

Na análise, há o efeito de sentido de que Zamenhof, ao compor o Esperanto, embora buscando uma objetividade e neutralidade científicas, à luz positivista, enuncia a partir da formação discursiva romântica, pois era movido por ideais e seu sonho, sua ideia, era criar uma língua com objetivos de comunicação internacional, para que os homens de diferentes nacionalidades e falantes de línguas diferentes, pudessem se comunicar, estabelecendo, dessa forma, uma fraternidade entre os povos, colocando fim aos diversos conflitos vividos em sua época e em qualquer outro momento da história da humanidade.

O ideário de uma ciência objetiva e neutra, assim como o romantismo, perpassa Zamenhof, levando-o a posicionar-se como sujeito cartesiano, no desejo de legitimar seu discurso, inscrevendo-se na ordem do discurso científico. Dessa forma, os espectros do romantismo e do racionalismo atravessam o dizer de Zamenhof, da mesma forma que atravessam o discurso científico. Ou melhor, porque esses espectros (DERRIDA, 2001b) atravessam o discurso científico, também atravessam o dizer de Zamenhof, que deseja colocar-se nessa ordem discursiva. A ciência é produtora de conhecimento, de saber, produz discurso, exerce poder (FOUCAULT, 2014; 2017), algo do qual Zamenhof busca apoderar-se para legitimar a ideia de uma língua internacional e, em consequência, o Esperanto.

Ao enunciar, no recorte 2 (R2), Zamenhof aponta para a “clareza” da sua ideia, para a “evidência” que a razão lhe dá de que é certa a implantação de uma língua internacional, pois, por meio do método racional, chegou à conclusão de que não há futuro sem a língua internacional.

R2: Quando nossos descendentes constatarem, no estudo da História, que os **homens, esses reis da terra, esses mais altos representantes da inteligência mundial, esses semideuses, viveram uns ao lado dos outros**, durante séculos inteiros, sem se **compreenderem**, eles simplesmente não vão querer acreditar. “Para isso não era necessária nenhuma **força sobrenatural**”, eles dirão; “todos possuíam, de fato, uma coleção de sons convencionais, através dos quais eles podiam **perfeitamente compreender** os seus vizinhos mais próximos [...]”. (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 10).

No enunciado “Quando nossos descendentes constatarem, no estudo da História, que os **homens, esses reis da terra, esses mais altos representantes da inteligência mundial, esses semideuses**, viveram uns ao lado dos outros, durante séculos inteiros, sem se **compreenderem**, eles simplesmente não vão querer acreditar”, Zamenhof utiliza a ironia como estratégia discursiva, como uma arma de parcialidade, pois “o orador está tão convencido de sua própria causa e da simpatia do público que usa a escala de valores de seu adversário, fazendo ver sua falsidade mediante o contexto” (ORLANDI, 2012, p. 11).

A ironia é marcada linguisticamente no excerto pelo uso do pronome demonstrativo “esse”, que antecede as expressões abstratas de qualidade “reis da terra”, “mais altos representantes da inteligência mundial”, pois, como aponta Neves (2000, p. 505), “Os demonstrativos, usados juntos de determinados substantivos abstratos de qualidade, podem levar a que esses substantivos se referiam ironicamente a pessoas”. Por meio desse enunciado,

meu gesto analítico e interpretativo é que Zamenhof coloca em dúvida a sua crença no racionalismo, ao trazer à baila as formações discursivas antropocêntrica e/ ou do humanismo, utilizando-se dos conceitos dessas formações discursivas (“homens”, “altos representantes da inteligência mundial”) de forma irônica, pois, como aponta Orlandi (2012, p. 28), “A ironia é um acontecimento discursivo que comunica e, ao mesmo tempo, recusa de comunicar, mantendo o estado de dúvida”. O enunciador, por meio da ironia e de seu efeito de dúvida, almeja colocar o discurso do outro no falso, com o objetivo de colocar-se na ordem do discurso científico, num jogo de relações de poder (FOUCAULT, 2014).

Ainda em R2, no enunciado “que os **homens, esses reis da terra, esses mais altos representantes da inteligência mundial, esses semideuses**”, Zamenhof rompe com os itens lexicais e expressões “homens”, “reis da terra”, “altos representantes da inteligência mundial”, pertencentes às formações discursivas humanista e/ ou antropocêntrica, ao usar, no mesmo enunciado, o item lexical “semideuses”. As análises empreendidas até aqui, permitem-me interpretar que há uma contradição entre as formações discursivas do antropocentrismo e teocentrismo, dessa forma, ao enunciar, “semideuses”, Zamenhof aponta para a superioridade do homem na terra, mas não o coloca acima de Deus, pois o prefixo “semi-” significa “metade”, “quase” (BECHARA, 2009), o que traz o efeito de sentido de que, para Zamenhof, o pensamento religioso ainda está no centro das discussões filosóficas, aproximando-o do discurso romântico.

Dessa forma, as formações discursivas romântica e cartesiana perpassam o discurso de Zamenhof e se contrapõem, num efeito de contradições. Ao mesmo tempo em que Zamenhof, em um ato falho, enuncia a partir da formação discursiva romântica, afasta-se dela buscando a aproximação com a formação discursiva cartesiana, como ao enunciar o item lexical “sobrenatural” em oposição ao item lexical “semideuses”, pois faz-se necessário a Zamenhof manter-se filiado ao pensamento teórico racionalista, uma vez que é movido pela vontade de verdade (FOUCAULT, 2014), pelo desejo de legitimar seu discurso, de estar na ordem do discurso científico. No entanto, reafirmo que, mesmo buscando essa aproximação com a FD cartesiana, Zamenhof é perpassado pelo pensamento religioso e, em respeito a essa religiosidade, não busca/quer ser Deus e não deseja que os homens O sejam.

A negação da necessidade de uma “força sobrenatural”, para pôr em prática uma língua internacional, traz o efeito de sentido de que apenas a força dos homens era suficiente para resolver as divergências de comunicação e criar uma língua comum, excluindo uma

possível influência divina, “sobre-humana” (BECHARA, 2009, p. 823). Por este ângulo, por não estar além da compreensão humana, a língua internacional trata-se de um fato, portanto, observável e passível de ser considerado do ponto de vista científico, aproximando-se do racionalismo presente no positivismo que caracterizava a forma de se fazer ciência no século XIX. Neste contexto, Zamenhof afasta-se dos estados teológico ou fictício, metafísico ou abstrato do conhecimento humano, aproximando-se do estado científico ou positivo (COMTE, 1978). As relações de poder/ saber (FOUCAULT, 2014; 2017) que o enunciador filia-se, enquanto escolhas estratégicas (FOUCAULT, 2016), enaltecem o racionalismo cartesiano e o positivismo científico, como dispositivo de emergência da sua (vontade de) verdade.

A vinculação do enunciador aos discursos cartesiano e positivista, a meu ver, traz como efeito de sentido, a compreensão de Zamenhof acerca da “língua internacional” como sinônimo de “Esperanto”, como um observável, um fato, que pode ser objeto da ciência. Em seu dizer, ele não defende apenas a ideia de uma língua internacional, mas o Esperanto como a língua internacional, ao afirmar que “[...] o Esperanto, de fato, surge como o único candidato à língua internacional [...]” (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 41), após analisar as possibilidades de outras línguas assumirem esta função. Nesse cenário, o Esperanto, como língua, é um fato observável e foi elaborado e pensado a partir dos referenciais linguísticos e científicos disponíveis na época, baseando-se, em especial, no raciocínio cartesiano presente no positivismo que se constituía como doutrina científica.

A partir da análise, portanto, compreendo que, ao se aproximar da FD do Romantismo, Zamenhof apresenta-se, de fato, como um idealizador que deseja ver o mundo um lugar melhor, um espaço de pertencimento para todos, sem exclusões. Assim, entendo que ser perpassado pela FD do romantismo não faz do enunciador um negacionista da ciência, uma vez que é à ciência que ele recorre como estratégia para tentar solucionar o que identificou como problema. Dessa forma, as FDs do romantismo e do racionalismo se contrapõem, ao mesmo tempo em que são intrínsecas ao discurso científico, que também se faz político, e que, como afirma Coracini (1991), não tem possibilidade de ser neutro.

Ainda em R2, o uso do item lexical “perfeitamente”, em ““todos esses homens possuíam, de fato, uma coleção de sons convencionais, através dos quais eles podiam **perfeitamente** compreender os seus vizinhos mais próximos [...]””, continua apontado para a interpretação de que há uma contradição entre as formações discursivas romântica e

cartesiana no dizer de Zamenhof, pois pode integrar a ambas, como ocorre com o item lexical “ideia”. O advérbio “perfeitamente” expressa o desejo pelo ideal, por algo perfeito, é um advérbio de modo que qualifica a ação de compreender, formado a partir do adjetivo qualificador “perfeito” pelo acréscimo do sufixo “-mente”. Há o desejo de que as pessoas se compreendam de forma perfeita no mundo, em que a língua, para garantir essa compreensão, é transparente, “anulando” a opacidade e o equívoco na linguagem e, conseqüentemente, no mundo. O enunciador deseja e propõe ações para que haja transformações no mundo, tornando-o um lugar melhor/perfeito, como almejavam os sujeitos do romantismo, caracterizados pela inquietude em relação a sociedade de sua época (CANDIDO e CASTELLO, 1992). No entanto, “perfeitamente” também está relacionado ao racionalismo por nos remeter à lógica, visto que se é lógico, é perfeito, não há margens para exceções, é matemático.

O item lexical “perfeitamente” é um advérbio modalizador que, como aponta Neves (2000, p. 224), caracteriza-se por “expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor do enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade [...]”. Trata-se de um modalizador epistêmico asseverativo afirmativo, uma vez que a informação do enunciado é apresentada como um fato, fora de dúvida, uma evidência (NEVES, 2000). Em outras palavras, Zamenhof, por meio do advérbio modalizador “perfeitamente”, não apenas idealiza, mas afirma como verdade, como uma evidência irrefutável a língua internacional permitir uma comunicação perfeita, portanto, objetiva e clara, acolhedora, inclusiva, entre as pessoas. Há, no enunciador, uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2014) e, portanto, busca legitimar, mais uma vez, o seu dizer em prol da língua internacional, fundamentando-se no discurso legitimador da ciência, pois, o poder, ao mesmo tempo que produz efeitos de verdade e as conduzem, é também conduzido pelo efeito de verdade (FOUCAULT, 2017).

As relações de poder não podem funcionar sem que funcione um discurso verdadeiro, portanto, só se exerce o poder mediante a produção da verdade. O enunciador tem que dizer a verdade, e é coagido para tal, condenado a dizer a verdade e a encontrá-la, uma vez que ela é institucionalizada, profissionalizada e recompensada pelo poder (FOUCAULT, 2010b). De acordo com a análise que empreendo, o discurso científico, atravessado pelos discursos cartesiano e positivista, é a verdade institucionalizada para o século XIX e produtora de saber/ poder à qual se devem filiar discursos outros que se pretendem

verdadeiros. É a esse discurso científico que Zamenhof busca se filiar a fim de legitimar os seus dizeres, a fim de exercer poder, institucionalizando o saber da língua internacional.

O uso de “perfeitamente” ainda pode ser analisado junto ao item lexical “compreender”, formando a expressão “perfeitamente compreender” que, no recorte, traz, como efeito de sentido, o ideal de completude almejado pelo sujeito enunciador. Ao propor uma língua internacional, o enunciador tem a expectativa de que é possível ao homem se comunicar sem falhas, sem lapsos, de forma que o sentido seja uno, acreditando ter total controle sobre a língua/ linguagem, em que “o indivíduo aparece como transparente, mensurável, no limite, até modificável” (HAROCHE, 1992, p. 19). Trata-se de uma língua cuja gramática segue o postulado geral de “exigência da clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade” (HAROCHE, 1992, p. 22), tendo em vista um sujeito “livre” e consciente. Esta representação de língua está presente no pensamento linguístico do século XVIII e respaldada pela gramática de Port-Royal, bem como é a representação de língua e sujeito que se estenderam pelo século XIX na base da construção de uma ciência linguística estruturada sobre os pilares positivistas, pois mesmo que muitos pontos da gramática de Arnauld e Lancelot (2001) passem a ser questionados na construção da nova ciência, o cientista persistiu atrelado ao objetivismo de um sujeito uno e consciente.

O sujeito positivista inscreve-se nos dois esquecimentos descritos por Pêcheux (2014), de que 1) o sujeito é origem do que diz e que 2) o que enuncia tem apenas um significado. O sujeito é visto como aquele que fabrica a linguagem e, não como a filiação que sigo nesta pesquisa, descrito por Mariani (2003, p. 57), com base em Lacan e Pêcheux, como “o sujeito dividido da psicanálise, ou seja, um sujeito efeito de linguagem, falado pelo inconsciente”, e constituído por meio da sua relação com o (O)outro da linguagem e da historicidade.

Embora haja um ideal de completude por parte do enunciador, movido pelos esquecimentos apontados por Pêcheux (2014), os efeitos de sentido da incompletude da linguagem, da falha, do lapso do sujeito (CORACINI, 2007), podem ser analisados quando este enuncia que é preciso que uma língua seja criada para que os sujeitos possam se “compreender perfeitamente”. No entanto, existem inúmeras línguas faladas em todo o mundo e elas não foram capazes desse feito. Interpreto que essa “incompreensão” não é uma característica da língua, mas do sujeito que se constitui por essa linguagem e pela construção da significação nas relações de alteridade.

Contudo, a necessidade/ busca pela completude está relacionada ao desejo de institucionalizar uma verdade, fazer de sua resistência um exercício de poder. Se Zamenhof busca a compreensão, como enuncia duas vezes em R2, há o efeito de sentido de que ele se sentia incompreendido, portanto, não aceito, excluído. Dessa forma, como uma busca pela completude, ele tentava a política da amizade (ORTEGA, 2000), para ser aceito e, então, pertencer, provavelmente, como sujeito e como cidadão, produzindo saber e exercendo o poder a partir da resistência (FOUCAULT, 2010b; 2017b).

Nessa perspectiva, Zamenhof busca ao outro para, juntos, agirem em prol do pertencimento e do exercício político por meio da língua internacional. Esse efeito de sentido é possível ao analisar o verbo “compreender”, que emerge duas vezes em R2, cujo sentido vai além de “[...] Aprender; [...] entender”, mas contempla as ações de pertencer ou englobar, conter o que é aprendido e entendido, por meio da acepção “[...] Demonstrar compreensão ou boa vontade com. 3 Ter ou conter em si; abranger [...]” (BECHARA, 2009, p. 215). Diferente de “entender”, que promove um significado de inação e distanciamento do que se aprende, “compreender” expressa aproximação, ação a partir daquilo que se aprende/ entende.

Do verbo “compreender” é originado o substantivo “compreensão”, ao qual se soma o sentido de “indulgência, complacência” (BECHARA, 2009, p. 215), que no contexto dessa análise parece ser algo desejado por Zamenhof, enquanto sujeito excluído, e que parece ser possível pelo direito ao exercício de sua cidadania, mesmo que ele tivesse que inventá-la por meio de uma língua. A busca pelo pertencimento e o direito ao exercício político se dava porque Zamenhof vivenciou, na Polônia, os efeitos totalitaristas do governo russo, um dos principais invasores do território polonês, que trabalhava no sentido da despolitização do povo polonês, bem como a exclusão por ser judeu e, portanto, um “não-cidadão”, sujeito sem pátria, sem território, um sujeito na fronteira entre não ser um ou outro, um sujeito fronteiriço (ANZALDÚA, 2005).

Segundo Ortega (2000, p. 19), “O mundo totalitário deixa de ser um mundo compartilhado com outros e os homens perdem sua individualidade. Qualquer traço que aponte para uma distinção, uma singularidade ou diferença, apresenta-se como intolerável”. Ainda de acordo com o autor, o que se abre é o espaço para o terror que “[...] comprime os homens uns contra os outros, suprimindo o espaço entre eles, que é o espaço da liberdade, e, cancelando o movimento, a possibilidade de interagir” (ORTEGA, 2000, p. 19). Daí decorre a incompreensão que Zamenhof tenta combater, a fim de que os homens possam “perfeitamente

compreender o seu vizinho mais próximo”, ou, ainda, deixarem de “permanecer”, ficar sem ação, estagnados, “uns ao lado dos outros como mudos” (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 10).

A língua internacional, nesta conjuntura, é a representação do espaço público, que permite o discurso e a ação para o exercício político (ORTEGA, 2000). Nas palavras de Ortega (2000, p. 23), “[...] a amizade representa [...] um ‘exercício do político’, um apelo a experimentar formas de sociabilidade e comunidade, a procurar alternativas às formas tradicionais de relacionamento”. Em síntese, a língua internacional representa o espaço público, de ação, que permite o exercício político por meio da política da amizade.

Como sujeito judeu e por habitar o território polonês, Zamenhof era tido como sujeito da exclusão, um sujeito a ser/ permanecer excluído, cuja fala era interdita, inclusive no campo político, não podendo exercer a parresía, no sentido euripídiano, como direito de falar, de tomar publicamente a palavra, para exprimir sua opinião sobre o que era bom para a cidade (entenda-se povo) (FOUCAULT, 2011), pois Zamenhof não tinha o direito de “cidadão bem-nascido”, tratava-se de um judeu e, como tal, era visto como estrangeiro, um eterno exilado, expatriado de seu próprio lugar, do que considerava seu lugar.

Mesmo que Zamenhof já tivesse elaborado o Esperanto e o houvesse colocado em prática com um pequeno grupo de esperantistas, lança para o futuro os possíveis resultados de uma língua internacional, trazendo o discurso de seus descendentes/ pósteros. Ao usar as aspas para marcar esse possível discurso do outro ([...] “Para isso não era necessária nenhuma força sobrenatural”, eles dirão; “todos possuam, de fato, uma coleção de sons convencionais, através dos quais eles podiam perfeitamente compreender os seus vizinhos mais próximos [...]”), que está por vir, Zamenhof afasta-se das consequências de seu próprio discurso, coloca-o a distância, por ser familiar, mas também pela possibilidade de não poder prever os resultados do uso de uma língua internacional (AUTHIER-REVUZ, 1998), pois, para que ela se torne um espaço público que permita o exercício político, uma política da amizade, precisa ser aceita como esse espaço de discurso e ação. É em prol dessa aceitabilidade que Zamenhof publicou seu dizer. O futuro da língua e seus resultados dependem de que a língua seja de fato aceita.

Nesse cenário, o uso do futuro perfeito do indicativo (dirão), em R2, permite, ao menos, a emergência de dois efeitos de sentido: primeiro, uma necessidade de validar o que é enunciado, como uma verdade, um fato certamente concretizável no futuro; segundo, o lapso, a falha em relação ao significado primeiro, pois fala-se do futuro, e futuro é sempre

possibilidade, independente da avaliação que o enunciador faça sobre o *dictum*. Ao referir-se ao futuro, Zamenhof não tem por objetivo fazer uma profecia sobre a língua internacional, mas utilizar-se de estratégia discursiva para convencer o interlocutor da verdade daquilo que enuncia, da cientificidade de seu saber. E, antes de tudo, falando de forma convicta, o enunciador expõe a sua própria crença sobre o que diz, assina embaixo dos seus dizeres, exerce a parresía como fala franca; ao dizer a verdade para o outro, fala a verdade sobre si (FOUCAULT, 2011).

Ao enunciar “perfeitamente compreender”, buscando uma filiação ao discurso cartesiano e positivista, a um sujeito uno e consciente, cuja fala é perfeita e muito clara, assim como a língua internacional, Zamenhof busca demonstrar que aquilo que diz é exatamente o que pensa, que não há dissimulação, não há nada a mascarar, nada a interpretar ou decifrar. O enunciador concorda com aquilo que diz, liga-se a essa verdade e, por fim, corre os riscos para enunciá-la, como um parresiasta (FOUCAULT, 2011). Os riscos a que Zamenhof se expôs ao exercer a parresía estão relacionados às suas posições-sujeito: como judeu, ele não imagina, mas colocava em risco a própria vida, o que seria comprovado mais tarde com a perseguição nazista aos judeus e ao Esperanto, que teve por resultado a proibição do uso da língua e morte de milhões de judeus, entre eles, os filhos de Zamenhof; como médico, correu riscos por ter sua vida financeira e, conseqüentemente, sua qualidade de vida, afetadas pela não aceitabilidade de suas ideias e, vendo sua atividade profissional questionada, por exercer mais os estudos linguísticos e trabalhar em prol da língua internacional do que exercer a medicina; e, por fim, correu o risco de sua ideia não ser aceita, seja pelos povos ou pelos linguistas, colocando-o na posição da loucura, da anormalidade, desperdiçando seu árduo trabalho.

Dessa forma, considerando o gesto interpretativo de R1 e R2, frente a problematização das estratégias discursivas de Zamenhof, que ora o aproxima da FD do romantismo, ora o aproxima da FD do racionalismo/ positivismo, vejo, em seu texto, a emergência de um discurso político e a busca de legitimação de sua (vontade de) verdade por meio de um discurso científico.

O discurso político e o discurso científico, segundo Coracini (1991), aproximam-se em alguns aspectos e afastam-se em outros. Em ambos se observa algumas estratégias linguísticas em comum, como o uso de modalizadores e do tempo/ aspecto/ modo verbal para persuadir/ convencer o interlocutor sobre o valor de verdade do que é enunciado. Como pude

problematizar em R1 e R2, o discurso de Zamenhof conta com estas estratégias discursivas, a partir das quais torna-se difícil assinalar se no seu dizer se sobressai o discurso político ou o discurso científico. No entanto, a partir de Coracini (1991), pode-se recorrer a outras características discursivas que permitem analisar as diferenças entre os discursos político e científico, e que aplico na análise dos dizeres de Zamenhof.

De acordo com Coracini (1991), o objetivo do discurso político é persuadir o ouvinte, levando-o a uma ação. Para que a persuasão ocorra, as propostas do enunciador precisam sempre coadunar com as necessidades do interlocutor, pois há interesse em uma estrutura de poder. Dessa forma, como aponta a autora, o enunciador observa a situação sociopolítica da comunidade em que se insere, analisa suas necessidades, reivindicações e ideologias, seleciona os dados que mais afetam essas pessoas e propõe soluções, que serão concretizadas se o público tomar uma decisão sobre seu futuro e agir. No discurso político, concordo com Ortega (2000), ao compreender que há um incentivo para o exercício do político por parte do interlocutor.

A organização do discurso político, conforme descrita por Coracini (1991), pode ser identificada no texto de Zamenhof. O enunciador analisou a situação sociopolítica de seu país e apresentou-a ao longo do texto *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional*. Como descrito no item 1.3.1, no capítulo 1, a Polônia, no século XIX era palco de conflitos, entre povos e nações, invadida e colonizada por nações vizinhas, um território de diversidade linguística devido a essas inúmeras ocupações. Entendo que “conflito” é a palavra-chave considerada por Zamenhof em seu discurso, pois, se não fosse, não haveria a necessidade de preocupar-se com o fato de os homens viverem “uns ao lado dos outros, durante séculos inteiros, sem se compreenderem”, como enuncia em R2.

Nessa perspectiva, o enunciador parte da hipótese de que esses conflitos são consequência da falta de entendimento/ compreensão entre esses povos, e que essa incompreensão é consequência do uso de diversas línguas. A solução, portanto, é adotar uma língua internacional para a comunicação entre esses povos. No entanto, qual língua escolher? Para responder a esse questionamento, o discurso baseia-se em uma situação “tensa e conflituosa” (CORACINI, 1991, p. 44), entre escolher uma língua natural/ nacional ou uma língua elaborada especificamente para exercer a função de internacional, uma vez que Zamenhof não almeja o conflito entre povos. Uma das partes é anulada: a possibilidade de escolha de uma língua natural/ nacional para tal função, pois, de acordo com Zamenhof (1988

[1900], p. 33-34), “o povo cuja língua tivesse sido escolhida como internacional receberia uma força tão grande em relação aos outros povos que ele simplesmente os dominaria e absorveria”, fazendo com que o conflito aumentasse.

Portanto, para inviabilizar a escolha de uma língua natural/ nacional para desempenhar a função de língua internacional, Zamenhof apresenta as falhas da oposição, tornando a escolha de uma língua natural/ nacional “totalmente inaceitável e contrária a toda e qualquer expectativa” (CORACINI, 1991, p. 45) de se tornar internacional. O enunciador aponta para os aspectos negativos das línguas naturais: complexas e difíceis de serem aprendidas como língua estrangeira; estão vinculadas às relações de poder entre povos/ nações ou, nas palavras do próprio enunciador, “toda língua natural é construída ao sabor do acaso [...]; não há a colaboração de nenhuma lógica” (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 26); e para os aspectos positivos de uma língua criada para ser a língua internacional: a língua internacional precisa ser uma língua neutra, fácil, lógica e regular, que possibilite a solução de problemas de tradução e proporcione acesso amplo ao conhecimento, pois, como aponta Zamenhof (1988[1900], p. 27-43), a língua, para ser internacional, precisa ter uma “conjugação [que] exprime melhor todas as nuances do pensamento e com mais precisão do que a mais complicada e confusa tabela das línguas naturais” e, ainda, ter “extraordinária facilidade, precisão, riqueza, naturalidade, efetividade, flexibilidade, sonoridade, etc.”, todas características que o enunciador atribui ao Esperanto. Assim, se o interlocutor desejar que a situação de conflito seja solucionada, faz-se necessário agir, escolhendo adotar o Esperanto como língua internacional. Apenas o interlocutor pode decidir sobre o seu futuro. A adoção do Esperanto como língua internacional é a “reação imediata” (CORACINI, 1991, p. 44) esperada do interlocutor.

Interpreto, considerando a análise empreendida, que o dizer de Zamenhof apresenta características predominantes de um discurso político. Utilizo a expressão “predominante” porque também se pode analisar a aproximação com o discurso científico ligado à FD do racionalismo/ positivismo. O discurso é predominantemente político, porque seu principal objetivo é persuadir o interlocutor a adotar uma língua internacional, de preferência, o Esperanto. Ao aproximar-se do discurso científico, Zamenhof aponta para as bases científicas que fundamentam a elaboração da língua internacional, pois já havia iniciado o Esperanto, ação que demandou procedimentos científicos, que perpassam os seus dizeres via interdiscurso. Assim, o ato científico de Zamenhof, ao elaborar o Esperanto, foi também

um ato político. O texto analisado não é de divulgação científica, mas, uma manifestação política a partir de um objeto construído cientificamente. Não há como dissociar a ciência e a política nos dizeres de Zamenhof, uma vez que sua motivação para o exercício científico era, antes de tudo, uma política de resistência.

Zamenhof recorreu aos estudiosos, tanto da política e da filosofia quanto da disciplina linguística que ia se constituindo naquele período, para construir sua teoria de elaboração de uma língua planejada, para elaborar as estratégias de divulgação desses estudos e para a elaboração de políticas linguísticas que fomentassem seu projeto sair do papel e não se tornar apenas mais um “peso para prateleiras de bibliotecas”. Gadet e Pêcheux (2010) e Rónai (1970) são exemplos de linguistas que afirmaram não compreender porque o projeto, um tanto inusitado, de língua internacional, como o Esperanto, conseguiu perdurar por tanto tempo. Entendo que esta “sobrevivência”, mesmo diante de tantas críticas e interdições (seja por parte da Linguística ou de regimes totalitaristas), se deva à base das políticas linguísticas implementadas por Zamenhof e que tiveram prosseguimento com os adeptos da língua. Quanto aos estudiosos lidos por Zamenhof, recorro as suas próprias palavras:

Nós poderíamos citar grandes luminares, como Bacon, Leibniz, Pascal, de Brosses, Condillac, Descartes, Voltaire, Diderot, Volney, Ampère, Max Müller, etc. - mas consideraremos as citações como um recurso de sofistas pseudocultos; por isso, sem esnobar com citações, tentaremos provar tudo apenas através da lógica (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 30).

Zamenhof é contraditório ao tratar as citações como “recurso de sofistas pseudocultos” e, ao mesmo tempo, valorizá-las afirmando não desejar “esnobar” utilizandossas. Essa contradição aponta para, pelo menos, dois efeitos de sentido: a) Zamenhof critica as citações por ter sua ideia questionada no campo científico, em especial, pelos linguistas, ao mesmo tempo que almeja ser aceito como um cientista; b) Zamenhof, mesmo que não reconhecido, recorreu aos critérios científicos para elaborar o Esperanto, mas seu objetivo no texto não é falar de ciência, mas, sim, de política linguística.

Para elaborar o Esperanto, Zamenhof recorreu aos estudos comparatistas que estavam em alta, fazendo, mais uma vez, uma escolha estratégica (FOUCAULT, 2016), a da teoria dos estudos comparativos, a partir da perspectiva de uma linguística histórica. Como afirma em outro momento, o Esperanto foi elaborado, em especial, a partir de léxicos de origem romano-germânicos e baseado em características fonológicas e morfológicas de

línguas romano-germânicas e eslavas. Sobre a constituição do léxico, explica que “[...] existe um grande número de palavras assim chamadas de ‘estrangeiras’, as quais são usadas da mesma maneira em todas as línguas e que são conhecidas de todos, sem aprendizado, e seria um despropósito não usá-las” (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 46). Para que Zamenhof tenha chegado a essa conclusão, pode ter percorrido os seguintes caminhos: a) fez um estudo comparativo das línguas que usou como base para iniciar o Esperanto; b) recorreu ao estudo das pesquisas do comparativismo que eram realizadas na época; pois o Esperanto possui bases sólidas nos conhecimentos de fonologia, morfologia, semântica como comprovam os estudos linguísticos sobre a língua, conforme citei na introdução desta tese. A elaboração da língua não teria ocorrido se Zamenhof não tivesse recorrido a uma base teórico científica.

Nesse caso, como problematizo na análise, trata-se de uma base científica positivista, uma vez que Zamenhof apoia-se nas leis de objetividade, na razão, na lógica e no estado positivo ou científico da filosofia de Comte (1978) que aponta para as leis dos fenômenos, do observável. Zamenhof iniciou o Esperanto a partir de outras línguas, as naturais, portanto, fenômenos observáveis e, por fim, colocou o experimento em prática. Testou-a “em laboratório”, no que se refere a contextos de fala e escrita, realizando os ajustes que se faziam necessários. Uma pesquisa científica em Linguística que teve por resultado uma tecnologia, o Esperanto.

No entanto, o objetivo do texto em análise não é divulgar os caminhos científicos percorridos por Zamenhof e que deram origem ao Esperanto como ocorre em um discurso de divulgação científica, mas, sim, convencer o interlocutor de que a sociedade precisa de uma língua internacional e que esta língua deve ser o Esperanto. Há o efeito de sentido de que o discurso científico é retomado no discurso político de Zamenhof como um argumento de autoridade, para legitimar seu discurso, colocá-lo como uma verdade, considerando o cientificismo do século XIX.

No discurso científico, segundo Coracini (1991), há a intenção de convencer o interlocutor de que a pesquisa apresentada possui validade e foi realizada a partir de métodos rigorosos, portanto, há um ideal de racionalidade que considera os métodos indutivo e dedutivo. Dessa forma, de acordo com a autora, o cientista realiza a coleta de materiais, lê sobre o tema e realiza as observações e experimentos. Para realizar a pesquisa, o cientista parte de uma hipótese, em função da qual seleciona os dados que são relevantes. Nesse processo, não se baseia no senso comum, mas recorre a estudos anteriores, que aparecem, no

discurso, como “intertextualidade explícita” (CORACINI, 1991, p. 45) ou heterogeneidades constitutivas (AUTHIER-REVUZ, 1990).

No processo de pesquisa, conforme descreve Coracini (1991), há uma construção, uma elaboração criativa, em que uma teoria não invalida a outra, há a ocorrência de diversos paradigmas. No entanto, o discurso científico quer que o interlocutor seja um possível repetidor do paradigma apresentado pelo cientista. Como problematizado nos parágrafos anteriores, o texto de Zamenhof não se detém em enunciar o científico dos/ nos processos de construção/ constituição do Esperanto via entretecimento de várias línguas, modos de significação, organização gramatical, sintática e/ ou morfológica, mas vale ressaltar que ciência e política possuem uma relação próxima nos dizeres de Zamenhof, uma vez que, no caso de se elaborar uma língua com determinados objetivos sociopolíticos, faz da divisão entre ciência e política uma linha tênue.

Por fim, diante da análise e problematizações empreendidas a partir de R1 e R2, interpreto que Zamenhof constitui-se subjetivamente tanto pelo discurso político quanto pelo discurso científico, e que o texto em análise refere-se a um discurso político em que predomina a FD romântica em detrimento da FD racionalista, devido aos objetivos para o qual foi publicado, deixando o cientificismo de seu empreendimento à demonstração da prática discursiva, após a adoção da língua internacional por seus interlocutores.

Nesse ínterim, mesmo sendo interdito enquanto “cidadão bem-nascido” por ser judeu, Zamenhof realizou um discurso parresiástico, tanto como fala franca, quanto no sentido euripídiano, ao exercer a parresía política (FOUCAULT, 2011), pois do gesto interpretativo tecido em R1 e R2, a representação da língua internacional como espaço público para o exercício político, emergiu de seu dizer via efeitos de sentido de falta ou completude. Compreendo, portanto, que esta representação está relacionada a uma ação de resistência, devido aos contextos de exclusão vivenciados pelo enunciator.

A criação de uma língua internacional vem a ser resultado do processo de exclusão identitária: a exclusão do sujeito, o silenciamento identitário/ identificatório. O enunciator encontrava-se num processo de exclusão, por ser judeu e por ter nascido em território polonês. Esse processo de silenciamento identitário pode ser analisado em R3, em que Zamenhof, ao ser silenciado, silencia-se para dizer (ORLANDI, 2007).

R3: Uma língua internacional pretende, tão somente, dar às pessoas de diferentes povos que permanecem uns ao lado dos outros como **mudos, a**

possibilidade de se compreenderem mutuamente, sem com isso se **intrometer na vida interna desses povos**. (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 13).

De acordo com as condições de produção, conjecturo que Zamenhof não se sentia pertencente a uma nação pelo fato de os judeus serem considerados, pelos europeus, sem nação, sem território. Mesmo que Zamenhof carregasse nos documentos a nacionalidade russa, havia nascido em território polonês, usurpado, por anos, pelos países vizinhos, num processo intenso de colonização. Dessa forma, Zamenhof, nascido em território polonês, era excluído por seus conterrâneos por ser judeu (PRIVAT, 1960), pois os judeus haviam apoiado os colonizadores russos, ao mesmo tempo em que também eram perseguidos pelo governo russo (ver Capítulo 1, item 1.4). Para os colonizadores que disputavam o território polonês, Zamenhof, além de judeu, era polonês, portanto, um judeu polonês. Nesta situação, o enunciador, enquanto sujeito duplamente excluído, era interdito e silenciado por poloneses e, junto aos poloneses, interdito e silenciado pelos russos. Esse processo de silenciamento, ou política do silêncio, pode ser uma “retórica da dominação (a da opressão) como em sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29).

O uso do item lexical “mudos”, em R3, tem como efeito de sentido a presença dessa política do silêncio ao qual Zamenhof e outros judeus e poloneses, conforme uso do plural, eram submetidos. No entanto, Zamenhof usa o termo “mudos”, em vez de “silenciados”, e utiliza o verbo “permanecer” que aponta para uma inação, como se “permanecer mudo” fosse uma escolha e não uma imposição. Nesse ponto, o enunciador se utiliza da mesma política do silêncio que lhe é imposta, pois ao utilizar “permanecem [...] mudos”, não faz um ataque direto aos colonizadores, a fim de que não haja censura, interdição ao que é dito, pois “[...] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito –, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido” (ORLANDI, 2007, p. 53). Esse silenciamento é uma resistência de Zamenhof, uma vez que “[...] ele não fala (do lugar em que se ‘espera’ que ele fale)” (ORLANDI, 2007, p. 58), que seria o lugar de resistência, em especial, aos colonizadores russos, pois estes últimos tinham um poder coercitivo e praticavam a censura como forma de interdição. Inclusive, o próprio pai de Zamenhof, enquanto conhecedor de idiomas, trabalhava para o governo russo na censura de publicações impressas (PRIVAT, 1960).

Ao enunciar “compreenderem mutuamente”, Zamenhof silencia o sentido de que desejava que as pessoas pudessem falar, se manifestar, resistirem ao silenciamento imposto pelo colonizador e a emergência desse efeito é possível, no fio do discurso, quando o enunciador aponta para as marcas dessa colonização e do modo como afeta a si e ao outro pelo uso do verbo “intrometer”, em “intrometer na vida interna desses povos”. Trata-se de um silêncio constitutivo do discurso de Zamenhof, “[...] o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 73-74), das quais Zamenhof inscreve suas estratégias enunciativas.

Dessa forma, Zamenhof contorna a interdição imposta pelos colonizadores, não os atacando diretamente, mas defendendo o uso de uma língua internacional que é a sua estratégia de resistência a esse poder colonizador. Isto porque, neste processo de exclusão, Zamenhof é afetado em sua identidade, parece existir uma crise em torno do pertencimento identitário que Zamenhof tenta resolver por meio da língua internacional, que estaria relacionada ao judaísmo e às nacionalidades polonesa/ russa, como pode ser problematizado a partir do recorte 4 (R4).

R4: Nossos pósteros ficarão indignados quando souberem que **os homens que pretendiam introduzir uma língua comum eram tachados de maníacos, infantis, indignos de serem tratados como homens sérios**; que a respeito desses homens qualquer **cabeça de vento** podia **debochar** nos jornais, tanto quanto quisesse, sem que aparecesse alguém para dizer a esses **cabeças-ocas**: “Vocês podem **achar** essas idéias concretizáveis ou não, mas **debochar** delas, **sem conhecê-las**, é vergonhoso, senhores!” (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 10).

Em R4, o uso do adjetivo (des)qualificador “indignos” faz referência aos insultos sofridos por Zamenhof em decorrência de suas posições-sujeito, seja como judeu ou como polonês, ambos vistos pelos colonizadores como sujeito que “[...] não está de acordo com a moral”; que “[...] não tem honestidade”; que “[...] não é conveniente” (BECHARA, 2009, p. 500). Por meio do uso do plural no processo de adjetivação, há o efeito de sentido de que Zamenhof não fala apenas de si, mas de/ por todos os judeus e poloneses que se encontravam marginalizados e em processo de exclusão naquele período. Tanto judeus quanto poloneses foram despojados de dignidade, ao serem usurpados de suas línguas, de seus territórios, do direito as suas culturas e liberdade. No entanto, naquele contexto de exclusão, o que mais

parece incomodar Zamenhof é a exclusão linguística e tudo o que ela implica, uma vez que, como judeu usava o Ídiche como língua de pertencimento, como nascido em território polonês, usava a língua polaca, por ter nacionalidade russa, usava o Russo. Todas línguas desprestigiadas, seja por colonizadores ou colonizados.

Faz parte das estratégias da política linguística colonizadora, para impor a sua língua, desprestigiar a língua ou línguas que são faladas pelos colonizados. As línguas minorizadas ou colonizadas são denominadas como fracas, dialetos, sem gramática, e seus falantes são ridicularizados ao utilizarem-na(s) (JANSON, 2015; LAGARES, 2018), como no caso das línguas Ídiche e Polaca. Dessa forma, o item lexical “debochar”, enunciado em R4, parece estar relacionado não apenas a uma forma de excluir e desprestigiar as posições-sujeito dos colonizados, mas, também, como uma política linguística colonizadora, usada na maior parte dos contextos linguísticos em que Zamenhof sentiu-se desprestigiado, seja por falar o Ídiche ou o Polonês, ou por presenciar o processo de exclusão linguística vivenciada pelos poloneses em relação às imposições do governo russo. Embora Zamenhof tivesse o Russo como língua materna (KORZHENKOV, 2009) – coloco em suspenso essa informação²³ – assistia às contendas entre colonizadores e colonizados na cidade de Bialystok, fazendo com que o enunciador não se preocupasse apenas com os processos de exclusão que sofria, mas com todos aqueles que eram excluídos de alguma forma, em especial, por questões linguísticas.

“Debochar”, “zombar” ou “caçoar” (BECHARA, 2009, p. 258) de uma língua, como ocorre em processos colonizadores, tem como efeito de sentido desprezar aquele que a utiliza, colocando o falante dessa língua no contexto da exclusão por preconceito linguístico. Isso porque as línguas, como aponta Janson (2015, p. 32), “não são apenas sistemas de comunicação entre indivíduos. Uma língua é usada por um grupo e é uma parte importantíssima da identidade e da cultura desse grupo”. Logo, situações que afetam a língua também afetam a identidade do sujeito falante, sua constituição subjetiva, seu senso de pertencimento. Dessa forma, ao propor uma língua internacional, há o efeito de sentido de que Zamenhof almeja resistir a esse processo de exclusão que o silencia, mas, em contrapartida, acabou excluído não por falar o Esperanto, mas pela ideia de propor uma língua internacional, vista pelas pessoas como uma forma de universalização.

Ao propor uma língua internacional para contextos internacionais de comunicação, Zamenhof busca estratégias para resistir à colonização e aos processos de

²³ Como expliquei no item 1.6, no Capítulo 1, não há consenso sobre a língua materna de Zamenhof.

exclusão. Há o efeito de sentido de que o enunciador, na condição de excluído, deseja falar, mas não é só isso. Ao enunciar “se compreenderem mutuamente”, em R4, não apenas deseja falar, mas ser ouvido e compreendido, ter espaço de fala, de escuta. Enquanto sujeito excluído/ colonizado, não quer que o colonizador fale ou decida por ele, mas que o ouça e respeite seu espaço de fala.

Para ser ouvido, o colonizado não pode fazê-lo pela língua do colonizador, porque é dar força a ela, é ultrajar-se, humilhar-se. O colonizado também sabe que não será ouvido em sua língua materna, sufocada pela imposição colonial. Então, Zamenhof busca uma língua que, em tese, seja neutra. Uma língua de “ninguém”, mas que seja de todos. Portanto, interpreto que ao falar de uma língua internacional, Zamenhof não fala de qualquer língua, mas do Esperanto, a língua “neutra” que ele iniciou.

As relações de poder, em especial, sob o crivo da colonização, não são esquecidas e estão entre a língua do colonizador e a língua do colonizado, e podem estar entre o colonizador e o Esperanto. Portanto, para salvaguardar o último, Zamenhof faz uso, mais uma vez, da política do silêncio (ORLANDI, 2007), defendendo a ideia de uma língua internacional, quando almeja defender o Esperanto como língua internacional, e que a expressão “língua internacional”, nos dizeres de Zamenhof, pode ser substituída por “Esperanto”. O enunciador silencia o Esperanto no título do texto *Essência e futuro da ideia de uma língua internacional* e no início de sua argumentação. Suspeito que ele tenta proteger a língua da interdição e censura dos colonizadores, como problematizo a partir do recorte 5 (R5).

R5: Temer que **uma língua internacional** venha a destruir as **línguas nacionais** é tão ridículo quanto **temer** que o correio, que **permite** às pessoas que estão distantes **se comunicarem**, **destrua** a **comunicação** pessoal entre os **homens**. “**Língua internacional**” e “**língua mundial**” são duas coisas **completamente** diferentes, que não devem ser confundidas. **Supondo-se** que, no futuro, os homens venham a se **integrar** na formação de um só **povo**, a **culpa** dessa “**infelicidade**” (como **certamente** dirão os **chauvinistas nacionais**) não será **da língua internacional**, mas da mudança de **opiniões** e **convicções da humanidade**. Então, **efetivamente**, a **língua internacional** **facilitará** aos **homens** alcançarem aquilo que eles previamente **decidiram**. Mas se a busca dessa **integração** não nascer dos próprios **homens**, a **língua internacional**, por si mesma, **com toda a certeza**, **não poderá impor aos homens a união** (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 13).

Em R5, a expressão “língua internacional” ocorre seis vezes, em que na primeira ocorrência, é acompanhada do artigo indefinido “uma”, em seguida, é aspeada e não determinada por artigos e, em quatro ocorrências, é acompanhada do artigo definido “a”, partindo da indeterminação para a determinação.

O uso do artigo indefinido constitui uma generalização, seu uso é não-referencial e aplica-se a todo e qualquer membro de uma determinada classe (NEVES, 2000), no caso da ocorrência “uma língua internacional”, refere-se a qualquer língua que pertence à classe das línguas internacionais ou que possam ocupar esta posição. Já o artigo definido pode ocorrer em enunciados que contenham informações conhecidas dos interlocutores, que dependem das circunstâncias que caracterizam a produção do enunciado, sua definição é obtida no contexto extralinguístico (NEVES, 2000), o que remete à relevância de se recorrer às condições de produção do dizer para interpretar a ocorrência do artigo definido em “a língua internacional”.

Ao usar inicialmente o artigo indefinido “uma”, há o efeito de sentido de que Zamenhof quer mostrar-se imparcial, que seu objetivo maior é a solução para o problema da comunicação entre os homens, independentemente da língua a ser eleita como internacional. No entanto, tanto o enunciador quanto os interlocutores²⁴, por meio do contexto extralinguístico, sabem que não se trata de qualquer língua internacional, mas do Esperanto. O uso do artigo definido “a” faz uma referência ao Esperanto, uma vez que a “referência depende exclusivamente do conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, e os interlocutores sabem a que entidade se faz referência, apesar de ela não estar na situação de fala” (NEVES, 2000, p. 391).

Considerando o uso do artigo definido “a” junto à expressão “língua internacional”, interpreto que é especificamente sobre o Esperanto que Zamenhof fala e não de outra língua, portanto, as representações de língua no discurso em análise são as representações sobre o Esperanto, a língua internacional idealizada pelo enunciador, o que pode ser comprovado quando, no decorrer do próprio texto, o enunciador apresenta o Esperanto como uma opção justa e adequada à função de língua internacional.

No que se refere ao uso de “língua internacional”, entre aspas, há que se considerar a afirmação de Authier-Revuz (1998), de que, geralmente, uma palavra colocada entre aspas, permite mostrá-la como imprópria ao discurso, colocando-a a distância, por ser familiar, estrangeira, contestada. Para a autora, as palavras entre aspas são marcadas como

²⁴ Em geral, esse texto era lido e suas ideias defendidas em congressos que tinham por objetivo divulgar o Esperanto ou era enviado aos próprios esperantistas, por correio.

pertencentes a um discurso outro e é uma forma de revelar o “outro” que constitui esse discurso. Assim, há o efeito de sentido de que o uso de “língua internacional”, entre aspas, no discurso de Zamenhof, marca que esta expressão é familiar para o enunciador, trazendo para ela sentidos outros. Entre esses sentidos outros, interpreto que ela, a língua internacional, remeta-se e represente o Esperanto. Dessa forma, a expressão “língua internacional” é estranha apenas/ e talvez ao interlocutor que a contesta, já que a materialidade linguística em análise era utilizada para divulgar a língua para aqueles que não a conheciam, e não apenas no meio esperantista.

As contestações e incompreensões desse interlocutor perpassam o discurso de Zamenhof por meio da expressão também aspeada “língua mundial”. Nesse caso, as aspas marcam que “língua mundial” pertence ao discurso do outro (AUTHIER-REVUZ, 1998), uma vez que o enunciador manifesta não compreender o Esperanto como uma língua mundial, tendo em vista que ele representa esta última como universalizante e homogeneizadora. De acordo com a minha interpretação, quem compreende o Esperanto como uma língua mundial, a partir do dizer de Zamenhof, é o outro que se coloca na posição da crítica.

Para corroborar a interpretação de que não se trata de qualquer língua se tornar a língua internacional, cito o enunciador que afirma que esta não pode ser uma língua nacional, devido aos riscos de dominação de uma nação sobre outra, concluindo “que uma língua internacional pode ser e será somente uma língua neutra [...]” (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 14), portanto, uma língua elaborada especificamente para esta função e não pertença a nenhuma nação. No contexto de enunciação, a língua que apresenta tais requisitos é o Esperanto, cuja defesa é o último tópico do discurso. Zamenhof, em seu texto, afirma ter por objetivo analisar as seguintes perguntas:

- 1) se uma língua internacional é necessária;
- 2) se ela é possível, em princípio;
- 3) se há alguma esperança de que ela venha a ser colocada em prática;
- 4) quando e de que maneira isso será feito e **que língua será adotada**;
- 5) se o nosso trabalho atual nos conduz a um objetivo preciso, ou agimos ainda às cegas, **arriscando a desperdiçar nosso trabalho** e, por isso, as pessoas sensatas devem continuar ainda afastadas de nós, até que “a coisa se aclare” (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 12) [grifos meus].

Nos objetivos de Zamenhof, destaca-se o enunciado “que língua será adotada”, apontando para o efeito de sentido de não apenas defender a ideia de uma língua

internacional, mas fazer essa defesa em prol de uma língua que já é, em si, internacional, o Esperanto, de forma a não arriscar “desperdiçar o trabalho”. As respostas que Zamenhof traz para as questões, após as análises e argumentações realizadas durante o texto, vem corroborar este gesto interpretativo:

- 1) A adoção de uma língua internacional será de grande valia para a humanidade;
- 2) A adoção de uma língua internacional é perfeitamente possível;
- 3) A adoção de uma língua internacional se efetivará, mais cedo ou mais tarde, necessária e indubitavelmente, não importa o quanto batalhem contra isto os conservadores;
- 4) **Não será jamais escolhida como internacional uma língua que não seja artificial;**
- 5) **Não será jamais escolhida como internacional outra língua além do Esperanto;** ele será adotado para sempre na sua forma atual ou nele serão feitas, posteriormente, algumas modificações (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 48) [Grifos meus].

Os tópicos 4 e 5 apontam, por fim, para o maior desejo de Zamenhof, silenciado, que resiste ao poder de dominação, ao defender a adoção do Esperanto como língua internacional. Apenas no final do seu dizer o enunciador evidencia seu objetivo principal, pois, mediante a crítica de “conservadores”, “chauvinistas nacionais”, sente a necessidade de apresentar imparcialidade sobre o que é enunciado. Nessa perspectiva, em R5, o artigo indefinido “uma” foi usado como uma estratégia enunciativa de imparcialidade, pois se ele defende a “união” e o respeito à “vida interna” dos povos num processo de relacionamento entre nações, ele mesmo não pode se mostrar parcial sobre qual língua deva ser a língua internacional, para não incorrer no risco de ser acusado de imposição linguística ou de “opiniões”/ “convicções” aos homens, atitude que pretendeu criticar e combater ao defender seu desejo. No entanto, cabe questionar se a imparcialidade do discurso e do Esperanto são possíveis e se é possível existir neutralidade de alguma forma. Se, como apontam os efeitos de sentido do dizer, o Esperanto é um espaço público para o exercício político, a estratégia de resistência sob uma hipotética neutralidade se desfaz. A resistência se desvela marcada contra a homogeneização pelo uso da força de imposição da língua do dominante.

No entanto, a neutralidade, pretendida por Zamenhof, pode ter sido uma estratégia usada para salvaguardar o Esperanto de ações coloniais e garantir a argumentação de que esta língua é apropriada para um contexto de interação internacional. O enunciador inicia o excerto buscando adotar uma neutralidade para si, enquanto sujeito, utilizando-se da

expressão “uma língua internacional”, como se não houvesse a pretensão de defender uma língua específica para esta função. A neutralidade requer a imparcialidade do enunciador, pois se há a presença subjetiva no discurso, haverá também a presença subjetiva do autor da língua na própria língua. Dessa forma, o uso do artigo indefinido “uma” e as modalizações presentes em R5 são estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador para conferir imparcialidade em seu dizer, bem como denotar efeitos de verdade. Por meio da modalização implícita/explicita, o enunciador se afasta ou se aproxima de seu discurso, movimento que confere efeitos de imparcialidade, neutralidade e objetividade ao discurso (CORACINI, 1991), características que precisam se destacar também no Esperanto, enquanto língua. Todavia, como tenho afirmado durante a análise, a neutralidade e a imparcialidade, no discurso, não são possíveis, pois o enunciador deixa rastros de subjetividade nos dizeres que enuncia.

A modalização implícita pode ser identificada, em R5, quando o objeto língua internacional é transformado em sujeito dos enunciados, “apagando-se” o enunciador/ autor como em “Uma língua internacional pretende [...]”, “a língua internacional facilitará [...]”. Nestes enunciados, o enunciador é opacificado, afastando-se do discurso, ocasionando o efeito de neutralidade sobre o que é enunciado. No entanto, o enunciador utiliza-se, também, da modalização explícita, a partir do uso de diversos modais como verbos, advérbios, que são marcas da subjetividade, que o aproxima do discurso, não para torná-lo visível, mas para conferir efeitos de verdade.

Os advérbios modalizadores asseverativos “completamente”, “certamente”, “efetivamente”, e o sintagma preposicional adverbial “com toda a certeza” são exemplos de modais que conferem ao discurso um valor de verdade, que compoem a estratégia argumentativa, objetiva tornar esta verdade incontestável pelo interlocutor, pois garante, ainda, o efeito de objetividade ao discurso. Quanto mais objetivo, mais verdadeiro, por conseguinte, menos questionável. Trata-se, como tenho afirmado, de uma tentativa de entrar na ordem do discurso científico. Contudo, essa tentativa não é garantia de aceitabilidade por parte da ciência, pois, entendo que as verdades que se tenta legitimar são as de Zamenhof, mas, não necessariamente, são as verdades aceitas pelos cientistas de sua época.

O uso da expressão “língua internacional”, portanto, é uma estratégia para causar efeitos de neutralidade e imparcialidade ao discurso, uma vez que o termo “Esperanto” remete ao embate subjetivo de, ora ser uma língua de resistência às exclusões que acometem a todos, ora é a resposta que Zamenhof procura para si e/ ou dá para si frente as exclusões

sofridas. Desse modo, a língua e seu criador fundem-se, coadunam-se da/ na posição-sujeito enunciador no fio discursivo. Porém, como problematizo na análise do recorte 4, a subjetividade de Zamenhof como sujeito excluído, bem como as suas posições-sujeito, está marcada em seus dizeres, lhe escapa, de forma que o discurso é constituído pelo enunciador e o enunciador se constitui, enquanto sujeito, pelo discurso. Nem o discurso, nem o enunciador, são neutros e/ ou podem ser neutros.

Sendo Zamenhof o iniciador do Esperanto, considero este último, o discurso do primeiro, pois o enunciador selecionou o léxico da língua, escolheu as línguas que utiliza como base, decidiu pelos afixos, determinou sua fonologia e assim por diante. Nesse processo, interpreto que Zamenhof silenciou algumas línguas em detrimento de outras e fez escolhas teóricas. Assim, ao ver o Esperanto como um discurso de Zamenhof, não posso considerá-lo uma língua neutra.

Para citar um exemplo, recorro ao léxico da língua, que o enunciador afirma ser, de forma majoritária, extraído de línguas romano-germânicas. Nas histórias, se tem muitos relatos dos processos de colonização que os povos/ nações falantes dessas línguas impuseram a uma grande parte de outros povos/ nações pelo mundo. Dessa forma, compreendo que entre as estratégias dos colonizadores, que Zamenhof tenta adotar, está o uso das principais línguas da colonização. Observo que Zamenhof compreendia que a estratégia dos colonizadores e suas línguas exerciam muito mais poder que as resistências. Se o poder é móvel e não fixo, se movia muito mais entre os colonizadores do que entre os colonizados.

Há a conjectura, ainda, de que Zamenhof, reconhecendo o poder colonizador, ao usar suas línguas, almejou que esse poder não se voltasse contra o Esperanto, uma vez que era composto a partir dessas línguas, podendo ser aceito por seus falantes e, conseqüentemente pelas nações que as tem por línguas nacionais. Se aceito por essas nações historicamente colonizadoras, o Esperanto, então, cumpriria o seu papel de língua internacional e teria menos obstáculos para ser aceito por outros povos/ nações, em especial, aqueles que, como a Polônia, vivenciav(r)am contextos de colonização.

No entanto, no início da trajetória da iniciação do Esperanto, Zamenhof parece ter se esquecido, ou considerado inalcançáveis outras estratégias da colonização como a economia e as instituições. A língua não é a única estratégia de poder colonial, mas era a única estratégia de Zamenhof e fazia-se necessário protegê-la.

Como a ideia do Esperanto foi muito criticada pelos contemporâneos de Zamenhof (“chauvinistas nacionais”, por exemplo), era preciso mudar a estratégia de divulgação e não colocar o Esperanto na “linha de frente”, para usar uma metáfora bélica, como o faz o enunciador. Dessa forma, ele se colocou e colocou o Esperanto em uma “trincheira” por causa da postura agressiva de seus contemporâneos. Há o efeito de sentido de que, para Zamenhof, defender o Esperanto assemelhava-se a um confronto “bélico”, devido aos itens lexicais utilizados em seu discurso que se filiam a uma formação discursiva de guerra. As guerras, os conflitos e a colonização faziam parte do seu cotidiano, como descrito nos itens 1.4 e 1.4.1, do Capítulo 1.

Nesta “trincheira” discursiva, Zamenhof não se coloca nem a frente e nem atrás no “campo de batalha”, ele buscou por uma “posição ‘privilegiada’” onde poderia analisar, argumentar e defender as ideias sobre o Esperanto sem, necessariamente, ir para um combate, em que a relação parresíastica não seria estabelecida (FOUCAULT, 2011), por isso, o uso do termo “língua internacional”, em vez de “Esperanto”. Primeiro, fazia-se necessário convencer as pessoas de que uma língua internacional era necessária. Fazer conhecer o objeto pelo que ele representa. Depois, argumentar que “uma língua internacional” só poderia ser “uma língua artificial” (inventada/ criada para este fim). Por fim, o enunciador afirma que a língua artificial já existe: o Esperanto.

Emerge o efeito de sentido de que as representações de Zamenhof sobre a língua internacional são as representações sobre o Esperanto, uma vez que compreendo que, para o enunciador, o Esperanto não está dissociado de seu objetivo de ser uma língua de interação internacional, portanto, Esperanto e língua internacional são apenas um, indissociáveis.

Embora Zamenhof deseje conferir ao Esperanto e ao seu discurso o efeito de neutralidade, isso não é possível, pois, concordo com Coracini (1991) quando afirma que, não há discurso sem subjetividade, nem mesmo a ciência, que se pretende neutra e imparcial, deixa de ser subjetiva. E a subjetividade de Zamenhof marcada pelo contexto de exclusão está presente no discurso, inclusive quando este enunciador recorre às mesmas estratégias dos colonizadores para propor seu ato de resistência. No discurso, Zamenhof ora se filia a uma formação discursiva diplomática, democrática, ora a uma formação discursiva nacionalista, colonialista.

Em R5, quando o enunciador fala sobre os benefícios que a língua internacional pode proporcionar aos homens, utiliza-se de verbos que podem se vincular às formações

discursivas da diplomacia, do progresso, da democracia como “facilitar”, “alcançar”, “decidir”; e da formação discursiva religiosa que remetem à fraternidade, como “dar”, “compreender”, “nascer”. Em oposição, para falar dos efeitos negativos que, para o enunciador, a língua não representa, mas que são temidos pelos interlocutores, ele utiliza verbos com sentido bélico, não diplomáticos e antidemocráticos, como “intrometer”, “temer”, “destruir”, “impor” e, que estão diretamente ligados à formação discursiva colonizadora, com vínculo aos sentidos de guerra e busca por dominação, imposição, expropriação.

No entanto, o efeito de sentido da língua internacional como uma língua de colonização que se quer evitar, emerge inconscientemente no discurso. No excerto “[...] temer que o correio, que **permite** às pessoas que estão distantes se comunicarem [...]”, o enunciador utiliza-se do correio como uma metáfora para a língua internacional, devido à semelhança de proporcionar a interação entre pessoas. Na enunciação metafórica, o enunciador utiliza o verbo “permitir”, ação praticada pelo correio e, conseqüentemente, também praticada pela língua internacional, que além do sentido de “tornar possível” a comunicação, traz em seu bojo sentidos outros como “dar permissão ou licença para” (BECHARA, 2009, p. 688). Dessa forma, ao enunciar o verbo “permitir”, confere-se ao Esperanto o mesmo poder conferido a uma língua nacional que serve ao interesse colonizador. Há, portanto, um efeito de “controle” e de “decisão” sobre aqueles que fazem uso da língua, que leva a questionar sobre quem/ como se serviria dessa estratégia de poder.

Analiso ainda o uso das palavras “integrar” e “integração” nos enunciados “[...] os homens venham a se **integrar** na **formação de um só povo**[...]” e “Mas se a **busca** dessa **integração** não nascer dos próprios homens[...].” Para integrar-se, faz-se necessário se adaptar ao todo, se “tornando parte integrante” desse todo, tornar-se “parte de uma totalidade”, “incorporar-se” (BECHARA, 2009, p. 514), aceitando o sistema, a cultura deste todo. A integração foi muito utilizada, para citar um exemplo, pelo Estado brasileiro, na Constituição Federal de 1988, para afirmar sua “preocupação” com os povos indígenas, a fim de considerá-los, de fato, “cidadãos brasileiros”. O indígena deveria integrar-se à sociedade envolvente, processo que resultou em expropriação cultural, perda linguística, entre outras conseqüências. Para integrar-se à sociedade envolvente, formando a “nação brasileira”, o indígena passa(va) por um processo excludente que pretend(e)ia apagar sua identidade. No caso da integração proposta por Zamenhof, por meio da língua internacional, fica a dúvida

sobre o que esta integração custaria, em que a expropriação da língua materna entraria como possibilidade/ consequência.

Zamenhof enuncia que se houver essa “integração” dos homens em “um só povo”, “a culpa dessa ‘infelicidade’ (como certamente dirão os chauvinistas nacionais) não será da língua internacional, mas da mudança de opiniões e convicções da humanidade. Então, efetivamente, a língua internacional **facilitará** aos homens alcançarem aquilo que eles **previamente decidiram**”. Neste excerto, o enunciador almeja desconstruir a ideia de que o Esperanto será uma língua colonizadora, utilizando-se do verbo “decidir” que remete à ideia de democracia. Ao enunciar a partir de uma formação discursiva democrática, vem à tona o sujeito-de-direito, construído pelo processo de individualização desencadeado pelo capitalismo e pelos estudos humanistas, em que o sujeito tem a “ilusão” de que é livre para decidir, portanto consciente (HAROCHE, 1992). Dessa forma, Zamenhof coloca o interlocutor como aquele que tem o poder de decidir.

O efeito de sentido de que para Zamenhof o sujeito é consciente, está no controle, é livre para decidir, emerge no reiterado uso do item lexical “homem”, “único animal capaz de questionar sua própria condição e de comunicar-se por meio da linguagem [...]” (BECHARA, 2009, p. 473). O item lexical “homem” está filiado à formação discursiva antropocêntrica. Se o sujeito “homem” é livre, aquele que decide e que controla, é aquele que também tem o poder de criar uma língua e colocá-la em uso, exercendo a sua “humanidade” em relação a si mesmo. Apesar do enunciador filiar-se a uma teoria de sujeito psicologizante, diferente da compreensão de sujeito dividido, histórico e inconsciente ao qual me filio, penso, como Zamenhof, que a criação da língua é uma ação dos homens e não de Deus. Na minha perspectiva, os homens criaram a(s) lingua(gem)s a partir das relações sociais que estabeleceram ao longo de sua evolução. Crer na criação da língua por parte de Deus é filiar-se à FD mitológica e à FD teológica da tradição bíblica judaico-cristã. Nesta perspectiva, por meio do advérbio “previamente”, Zamenhof coloca a decisão dos homens em primeiro plano, para depois considerar o papel do Esperanto de “facilitador”, ou seja, aquele que garantirá que as decisões dos homens sejam respeitadas e alcançadas, portanto como uma estratégia de fortalecimento da democracia.

No entanto, o enunciador sabe que a língua é uma estratégia do poder de controle do colonizador e que há a possibilidade de que a língua internacional se torne essa estratégia por parte daqueles que almejam universalizar os povos, e ele deseja que ela se torne essa

estratégia, efeito de sentido resultado do uso da modalização epistêmica de possibilidade ao enunciar “Supondo-se que, no futuro, os homens venham a se integrar na formação de um só povo, a culpa dessa ‘infelicidade’ [...]”. Ao saber dessa possibilidade, o enunciador retira a “culpa” da língua internacional, ou melhor, busca anular a sua função estratégica, transferindo-a para a decisão dos próprios homens. Mas o seu desejo de que essa integração dos povos aconteça e de que seja resultado do uso da língua internacional, é marcada pelo uso de “infelicidade”, entre aspas. Mais uma vez, o discurso de Zamenhof é perpassado pelo discurso outro/ do outro (CORACINI, 2007; AUTHIER-REVUZ, 1990).

O uso das aspas marca “infelicidade” como discurso daqueles que são contrários às ideias até então defendidas, distanciando esta palavra do contexto do enunciador, para quem vigora o sentido de “felicidade”. Quando o significado de “felicidade” passa a vigorar como pertencente ao discurso de Zamenhof é para dizer que a “infelicidade” da união dos povos é um sentimento dos contrários à ideia da língua internacional, mas que isso será uma felicidade para si mesmo e para os interlocutores. O enunciador transfere o mérito de ter alcançado a “felicidade” para os homens e não para a língua internacional, valorizando o sujeito de direito que é capaz de decidir, de exercer sua “cidadania mundial”, de ter controle inclusive sobre a própria língua. Embora ele não tenha usado o item lexical “culpa” aspeado, por sua relação com o item lexical “infelicidade”, o primeiro traz um efeito contrário a sua significação, que ao lado de “felicidade” passa a representar o “mérito” de a língua internacional ter alcançado a integração.

Em seguida, Zamenhof enuncia o verbo “impor”, que ocorrendo junto ao nome “integração”, contrapõem a ideia de democracia expressa pelo verbo “decidir”. Desse modo, no excerto: “Mas se a **busca** dessa **integração** não nascer dos próprios homens, a língua internacional, por si mesma, com toda a certeza, **não poderá impor** aos homens a união”, analiso a relação entre “busca pela integração” e “impor a união”. Quem busca a integração, conseqüentemente, busca impor alguma coisa.

No processo colonizador, nações que buscam integrar nações utilizam como uma das principais estratégias a imposição de sua língua ao outro, uma política linguística do colonizador. Segundo Zamenhof, a língua internacional tem por objetivo “permitir que os povos se comuniquem e se compreendam”, ou seja, que se aproximem e, por meio da “integração”, se unam “em um só povo”. Portanto, a língua internacional para Zamenhof é a representação da “união” e da “integração”. Quando ele nega que essa mesma língua possa

“impor” a união, o faz para evitar que a língua esteja relacionada ao processo colonizador e, portanto, provoque medo nas pessoas e nações. No entanto, a negação tem escopo sobre o verbo “poderá”, que é um verbo modalizador de possibilidade epistêmica, que mesmo negado, traz sentidos outros como a possibilidade de imposição da língua internacional aos homens, sob vias de uma integração não tão democrática como Zamenhof busca enunciar.

Zamenhof deseja que a língua internacional imponha essa integração e essa união aos homens, pois para ele, há a representação de que o Esperanto é, em si, a integração e a união. Se a língua internacional é a união e a integração, ela não poderá impô-las aos homens, mas deverá ser imposta pelos homens aos homens, porque assim, também será imposta a união e a integração. A expressão “por si mesma” aponta para o efeito de sentido de que ela não poderá impor a união “por si mesma”, mas pode fazê-lo com a ajuda dos homens. Essa imposição foi tratada no recorte como resultado da “mudança de opiniões e convicções da humanidade”, colocando-a como decisão para mais uma vez garantir a função democrática da língua, respeitando o sujeito de direito.

Vem a corroborar o desejo de que a língua internacional seja imposta aos homens pelos homens, a análise de R5 em que, via efeitos de sentido, afirmei que o uso do artigo definido “a” junto à expressão “língua internacional”, faz referência ao Esperanto. Interpreto que Zamenhof não deseja que o Esperanto seja “uma” língua internacional, mas, sim, “a” língua internacional. Ao se tornar “a” língua internacional, há o efeito de sentido de que outras línguas não podem/devem ocupar esta função, sendo esta uma exclusividade do Esperanto, o que pode ser compreendido como uma imposição linguística, uma tentativa de homogeneização e que corrobora o uso, no excerto, dos verbos “integrar” e “impor”.

Quanto ao recorte 5, cabe ressaltar, ainda, que os usos das expressões “se integrar na formação de um só povo” e “união” remetem à formação discursiva cosmopolita que se opõe à formação discursiva nacionalista que perpassa o discurso por meio da expressão “chauvinistas nacionais”. Aquele que defende o cosmopolitismo acredita que cada pessoa é um “cidadão do mundo” (TIHANOV, 2013), diferentemente da ideia do chauvinismo que vê o homem como o cidadão de uma nação. Chauvinismo é o “Nacionalismo obsessivo e violento, com desprezo pelo que é estrangeiro [...]”, portanto, o “chauvinista” é aquele que “é obsessiva e violentamente nacionalista ou radical” (BECHARA, 2009, p. 191).

Zamenhof, conforme condições de produção, viveu na Polônia em um período em que o nacionalismo, não apenas polonês mas, sobretudo, dos países colonizadores, tiveram

como consequência uma série de prejuízos linguísticos, culturais, econômicos para os poloneses e, em especial, para os judeus. Zamenhof, portanto, não se sentia pertencente a uma nação, estava no não-lugar, entre-culturas (BHABHA, 1998), entre-línguas (CORACINI, 2007), não havia um sentimento de pertença a uma nação. Para suprir o desejo da falta de pertencer, nesse trânsito entre ser um e não poder sê-lo, ele assume essa posição de “cidadão do mundo”. Ele não deixa de pertencer, pertence ao mundo, embora seu desejo fosse pertencer a uma nação. No entanto, mediante o nacionalismo, Zamenhof não pertence a uma nação e também não pertence a um território, o que o leva a fazer do Esperanto um “território imaginário”, o seu lugar de pertencimento.

O enunciador associa os conflitos que vivenciou ao nacionalismo, na forma do chauvinismo. Esse conflito, que não é apenas subjetivo, mas é bélico, deixa suas marcas no discurso por meio dos já citados verbos “destruir”, “impor”, “intrometer”, “integrar”. Porém, como apontou a análise, essas mesmas expressões são transpostas à língua internacional, que ele almeja que seja imposta, que integre os povos, que destrua as barreiras da comunicação, que preencha os vazios escancarados pela falta. O autor utiliza-se das mesmas estratégias colonizadoras e chauvinistas que critica para elevar o Esperanto no cenário mundial, replica as estratégias de poder em vias da relação com o saber acerca do Esperanto.

A língua internacional é representada como a promotora da paz em um contexto marcado pela guerra e pelos conflitos linguísticos, culturais, econômicos, territoriais, que essa guerra desencadeia. Naquele contexto de conflito vivenciado por Zamenhof, há a representação de que o Esperanto, como língua internacional, seja o promotor da “compreensão mútua”, conforme enunciado em R5: “Uma língua internacional pretende, tão somente, dar às pessoas de diferentes povos que permanecem uns ao lado dos outros como mudos, **a possibilidade de se compreenderem mutuamente [...]**”, rompendo com o silêncio estabelecido entre os povos. De acordo com a perspectiva teórica que sigo nesta tese, afirmo que a “compreensão mútua” não é possível, devido ao fato de o sujeito ser heterogêneo, cindido, clivado, constituído pela linguagem e por ser a língua opaca, o lugar do equívoco.

Assim, cabe retomar o próprio significado contraditório de “Compreender”, como “[...] entender. [...] Demonstrar compreensão ou boa vontade [...] Ter ou conter em si; abranger [...]”(BECHARA, 2009, p. 215). Neste caso, esse processo de “compreensão” pode estar relacionado a um povo ter boa vontade com o outro, um entender o outro de forma recíproca. No entanto, há também o sentido de um povo conter o outro, abranger o outro,

tornando-se apenas um. Ambos os sentidos são colocados em suspenso por meio da modalização epistêmica de possibilidade: o Esperanto possibilitará uma “política da amizade”, tornando-se um espaço público e promovendo o exercício do político por seus falantes ou integrará o outro na constituição de um só povo, numa ação colonizadora homogeneizada/ homogeneizante.

O uso de “compreender” pode ser contraposto ao uso de “comunicar” que ocorre por duas vezes em R5. “Comunicar” faz referência a uma representação de língua que marginaliza o dialogismo na linguagem, não considerando tanto o enunciador quanto o enunciatário como construtores/ responsáveis pelo sentido do discurso. De acordo com a teoria proposta por Benveniste (1989), a comunicação ocorre quando um “eu” envia uma mensagem ao “tu”, mas não considera o papel deste último na construção do sentido, causando o efeito de sentido de que o sujeito tem controle sobre o que é dito e que o interlocutor compreende aquilo que foi dito, sem equívocos. Dessa forma, “comunicação” é apenas a transmissão da mensagem, por meio de um código, que é a língua. Apenas um sujeito é considerado no processo de comunicação, enquanto o outro é marginalizado, esquecido e não há, portanto, uma troca de experiências entre os interlocutores. Neste sentido, há a representação de que “comunicar”, como ação unilateral do sujeito falante, está relacionada ao sentido de “ter ou conter em si, abranger” de “compreender”, apontando para a “integração/ união dos homens em um só povo”, em consonância com uma política linguística colonizadora, uma vez que o povo significa “Conjunto de pessoas que compartilham costumes, língua, tradições, etc.” (BECHARA, 2009, p. 715).

A possibilidade de o Esperanto se tornar homogeneizador ao assumir a função de língua internacional é uma questão criticada por seus opositores, pois Zamenhof tentou resolver o conflito em que se encontrava, recorrendo às estratégias discursivas colonizadoras. Ao invés de tentar promover o respeito à diversidade linguística, como as políticas linguísticas recomendadas na atualidade (LAGARES, 2018), buscou a elaboração de uma língua para a função de interação em contextos internacionais. Mesmo que Zamenhof deixe especificado em outros momentos do discurso que não deseja a anulação das línguas maternas em prol da língua internacional, as marcas das FDs colonialista e nacionalista prejudicam a legitimação de seu dizer.

Para resistir ao processo de exclusão, Zamenhof faz uso das mesmas estratégias do colonizador, recorrendo à FD nacionalista, pois interpreto que, ao ser excluído, Zamenhof

sentia-se sem nação, desterritorializado por ser judeu, sujeito desejan-te de pertencer. Para pertencer, Zamenhof tentou criar essa nação. Como afirma Di Renzo (2012), a nação é criada, em primeira instância, no imaginário, desenvolvendo o senso de pertencimento através de uma língua, de uma bandeira e assim por diante. Zamenhof recorreu a todas essas estratégias, pois o Esperanto tem bandeira, tem hino, mas em vez ter uma língua, é a própria “língua-nação”. A invenção de uma nação dá origem ao Estado-nação, uma demarcação de espaço geográfico (DI RENZO, 2012). No entanto, Zamenhof, ao mesmo tempo em que deseja criar essa nação, pertencer a esta nação, não tem território. É neste sentido que ele faz da sua nação uma língua. Há o efeito de sentido de que o Esperanto representa um “Estado-nação”, é o seu “território imaginário”, o “lugar” ao qual pertence, onde acredita ser aceito. Em outras palavras, o Esperanto, enquanto “território imaginário”, representa um espaço de posicionamentos, um espaço público, que promove a política da amizade, um espaço para o exercício do político.

Ao se falar em território imaginário, pensa-se logo em “utopia”, mas, neste ponto, trago para interlocução as considerações de Foucault (2009) sobre espaço/ local, utopia e heterotopia. De acordo com Foucault (2009, p. 412), quando se fala em espaço, atualmente, é falar de “posicionamento”, “[...] definido pelas relações de vizinhanças entre pontos ou elementos”. Para o autor, compreender o espaço é preocupar-se com “[...] o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim”, portanto, “[...] o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 412). Esses espaços de relações de posicionamentos, para o autor, são de dois tipos: as utopias e as heterotopias.

Para Foucault (2009, p. 414), “As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa”, onde a sociedade é aperfeiçoada ou modificada radicalmente, “são espaços fundamentalmente irreais” (FOUCAULT, 2009, p. 415). No caso da “ideia de uma língua internacional”, que permita uma compreensão perfeita entre os homens, inequívoca, no mundo atual, em que a heterogeneidade, os conflitos, as opiniões distintas, os interesses e as relações de poder são evidentes, trata-se de uma utopia. A homogeneidade, a neutralidade, a fraternidade, a união, fazem parte de uma idealização de mundo perfeito, um

espaço essencialmente irreal, utópico. Nas condições histórico sociais atuais, parece irrealizável.

No entanto, quando se fala no Esperanto como espaço de pertencimento, como espaço público, de acordo com minha interpretação, não há como categorizá-lo como utópico, pois o Esperanto é um fato, existe, é real, é falado, se propaga no tempo e no espaço, nas modalidades oral e escrita. Quando se propaga oralmente, está lá, é ouvido, ocupa um espaço que não se vê nos sujeitos, e não é demarcável geograficamente, não se pode localizá-lo, embora se saiba onde está. Quando escrito, o espaço torna-se um registro em papel, em aparelhos eletrônicos, mas esses últimos não são o espaço de pertencimento e de relações como quando se fala do Esperanto em si. O Esperanto é um outro tipo de espaço, que não é o livro, não é o papel, não são os aparelhos eletrônicos, em que pode se inscrever.

Seria o Esperanto uma heterotopia? Segundo Foucault (2009, p. 415), as heterotopias são lugares reais, efetivamente localizáveis, como o espelho, a biblioteca e o cemitério. Esses lugares, para o autor, “são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos” (FOUCAULT, 2009, p. 415). Trata-se, de acordo com o autor, de lugares que estão fora de todos os lugares, mesmo que localizáveis.

O Esperanto é um lugar sem lugar, não é “efetivamente localizável”. Ao ser falada, a língua se propaga, se dissolve, ocupa lugares que não se vê, se torna lugares que não se pode demarcar, está nas pessoas, nos livros, mas as pessoas e os livros não são a língua. É um lugar sem lugar que encontra um lugar que não se vê, mas que é real. É um espaço público e, ao mesmo tempo, individual, ao qual se pode pertencer. Dessa forma, o Esperanto, essa língua espaço de pertencimento e de relações, não é utópica e nem heterotópica.

Peço licença a Foucault (2009) para trazer um terceiro espaço de relações de posicionamentos, tão importante quanto a utopia e a heterotopia: a *glossotopia*²⁵. Foucault (2009) falou de espaços reais localizáveis e espaços irrealis, mas não falou dos espaços reais não localizáveis. Esse “espaço real não localizável” não denomino com um nome abrangente, pois, depois de muito refletir, não identifiquei outro espaço como este a não ser a língua. Por isso, *glossotopia*.

25 A princípio, eu criei o termo “linguotopia” para nomear a noção que elaborei e apresento nesta tese. No entanto, durante a defesa da tese, o Profº Me. Paulo Pereira Nascentes (UnB) fez a sugestão de reconfiguração do termo, usando a palavra grega “glossos”, ficando, portanto, “glossotopia”, que permite a combinação de dois radicais gregos para formar o termo.

No entanto, compreendo que não apenas a língua esperanto é este tipo de espaço, mas qualquer língua que venha a ocupar uma posição de resistência. Qualquer língua que assuma uma posição de resistência, tornando-se espaço de pertencimento, espaço público de posicionamentos, o lugar em que o excluído encontra espaço e ao qual pertence, mesmo que não localizável, pode ser chamada de uma *glossotopia*, a “língua-lugar”, um lugar de resistência. Além do Esperanto, posso citar outras *glossotopias*: a Língua Brasileira de Sinais, as línguas indígenas, entre tantas outras.

Embora o Esperanto seja esse lugar de resistência, a construção da utopia de “relações de comunicação perfeita” está perpassada pelos interdiscursos colonial e nacionalista. Isso porque há o efeito de sentido de que, para garantir o Esperanto nas relações de poder com os colonizadores, Zamenhof tenha desejado aplicar as estratégias destes últimos. Mas Zamenhof tinha apenas a língua e a política linguística, ao contrário dos colonizadores que tinham política linguística, recursos econômicos, estratégias políticas, exércitos, o que impede que a língua internacional, o Esperanto, fosse implantado a partir das mesmas estratégias colonialistas. Dessa forma, em termos de política linguística, mesmo que o discurso de Zamenhof tenha se aproximado do discurso colonialista e nacionalista por inúmeras vezes, na prática, o que prevaleceu foram as estratégias democráticas.

Zamenhof utilizou verbos como “integrar”, “impor”, “temer”, “permitir”, “destruir”, que expressam a ação colonizadora e nacionalista, mas também usou “facilitar”, “decidir” que expressam democracia e que prevaleceram nas ações de políticas linguísticas adotadas por Zamenhof para divulgar e implantar o Esperanto. As FDs colonialista e nacionalista estão em contradição com a FD democrática, provocando efeitos de sentido também contraditórios. Embora a análise venha demonstrando a filiação de Zamenhof às FDs nacionalista e colonialista, falando de “imposição” e “integração”, o seu objetivo primordial, quando elaborou a língua, era encontrar uma solução para os diversos conflitos que vivenciava, afastando-se de um contexto de exclusão, em busca do pertencimento, do exercício do político. Dessa forma, há o efeito de sentido de que o uso da primeira categoria de verbos, relacionada às FDs colonialista e racionalista, é a expressão do desejo de que o Esperanto tivesse tanto sucesso quanto as línguas nacionais colonialistas, de que se tornasse “a” língua internacional, mas, não, a meu ver, a única a ser falada no mundo. Dessa forma, entendo que, a FD democrática prevalece nas ações de políticas linguísticas empregadas por

Zamenhof na divulgação do Esperanto, embora a FD colonialista/nacionalista se faça presente em seu discurso.

A partir da análise, entendo que a presença da FD colonialista/nacionalista não significa que o enunciador quisesse impor aos outros as mesmas condições de exclusão que vivenciava, afinal, resistia a esses processos de exclusão. O enunciador desejava que o Esperanto fosse tão poderoso quanto as línguas nacionais colonialistas, mas para que ela tivesse poder para não sucumbir ante essas línguas e não para derrotar as línguas dos excluídos. Em outras palavras, o enunciador desejava que o Esperanto fosse tão forte quanto o Alemão e o Russo, por exemplo, mas não para fazer sucumbir o Polonês e o Iídiche como faziam as políticas linguísticas alemã e russa, mas para que o Alemão, o Russo, o Polonês e o Iídiche pudessem estar no mesmo “nível”.

O desejo de não impor a exclusão aos outros pode ter levado Zamenhof a adotar políticas linguísticas democráticas para o Esperanto. Segundo Zamenhof (1988[1900], p. 14), seria mais fácil se todos tivessem que aprender apenas uma única língua estrangeira, pois, assim, os povos teriam a chance de aprender bem a sua própria língua “[...] ao se libertarem das pressões vizinhas”, conservando “plenamente para si apenas a força do seu povo [...]”. Dessa forma, os dizeres de Zamenhof expressam esse desejo de não impor a exclusão, mas por ser o sujeito do inconsciente, o enunciador, pelo ato falho, ao atravessar seu discurso pela FD colonialista/nacionalista, recai no processo de (in)exclusão, pois, ao desejar que o Esperanto seja “a” língua internacional, exclui a possibilidade de outras línguas ocuparem este espaço.

Zamenhof via o Esperanto como uma segunda língua, a língua a ser aprendida por todos os povos como uma língua estrangeira, mas, ao trazer à baila a FD colonialista/nacionalista, aponta para a possibilidade de imposição linguística, homogeneizando, fazendo do Esperanto, a primeira língua na pretensa hierarquização de saber/ poder. Em busca da negação da homogeneização e imposição linguística, Zamenhof (1988[1900], p. 14) argumenta que, há o medo de que seja escolhida como língua internacional, uma língua nacional, pois “[...] os homens não se aproximariam uns dos outros, mas simplesmente um povo pressionaria e engoliria todos os outros povos, graças a enorme força que teria sobre eles”.

Nesse contexto, as políticas linguísticas adotadas por Zamenhof e pelos adeptos da língua foram a realização de congressos esperantistas em diversos países, a criação de uma

academia de Esperanto como forma de acompanhar as mudanças linguísticas, a tradução de obras literárias conhecidas de muitos países, a produção de livros diretamente em Esperanto, como descrevo no Capítulo 1. O enunciador ainda propõe outras ações de política linguística, convidando os interlocutores a assumirem um compromisso com a língua, a decidirem por ela espontaneamente, pois compreende que governos, por questões de relações de poder, não estão dispostos a se preocuparem com o Esperanto como língua internacional. Segundo Zamenhof (1988[1900], p. 23), os governos têm muitas dificuldades para deliberar sobre qualquer fato novo e considera “[...] que passarão ainda muitos e muitos anos até que os governos considerem a questão da língua internacional suficientemente madura e digna de sua intervenção”. Mesmo que o enunciador pudesse desejar uma política linguística colonialista e nacionalista não possuía condições políticas e econômicas para implementá-las. E nenhum governo ou país teria alguma vantagem econômica ou política ao implantar o Esperanto.

Zamenhof (1988[1900], p. 23-24) propõe, dessa forma, outras estratégias:

Mas a coisa seria bem diferente se se evidenciasse que nós podemos prever com plena precisão e absoluta certeza que tipo de língua será um dia internacional: então não precisaríamos esperar, provavelmente, uma infinidade de anos; toda a sociedade, todo o indivíduo poderia, segundo a sua própria convicção, trabalhar para a disseminação desta língua; o número de adeptos da língua cresceria a cada hora, sua literatura seria enriquecida rapidamente, congressos internacionais poderiam imediatamente usá-la para a compreensão recíproca dos seus participantes, e no mais curto espaço de tempo esta língua se fortaleceria tanto, no mundo inteiro, que restaria às autoridades apenas dar a sua sanção a um fato já consumado.

Cabe ainda ressaltar que, embora o dizer de Zamenhof seja perpassado, via interdiscurso, pelas FDs colonialista e nacionalista; que mesmo pelo fato de o Esperanto se tratar de uma língua com origens linguísticas ocidentais; e ainda que seja a representação de território imaginário, de uma “língua-nação”, uma *glossotopia*, não se pode enquadrar o Esperanto na categoria de línguas nacionais. As políticas linguísticas colonialistas e nacionalistas não podem ser consideradas um futuro certo para o Esperanto. A imposição linguística de línguas nacionais em contextos de colonização é um fato histórico bem conhecido e pode ser considerada política linguística concreta, que pode ser situada, de acordo com datas e contextos, e caracterizada “como bem acertada ou mal pensada, apropriada ou precipitada e assim por diante” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 29).

As línguas nacionais, como já afirmei, são apenas uma das estratégias colonialistas e nacionalistas, pertencem a uma nação, com território, política e economia. Já o Esperanto, não pertence a uma nação embora tenha uma possível origem, e com a ausência de nação, vem a ausência de poder político e econômico. Como seria se uma língua assim ocupasse um espaço nas interações internacionais, como segunda língua? Como se daria esse processo? Seria possível algo assim quando isso não motiva interesses econômicos ou quando tiraria o poder de alguns? Não há como saber, pois não encontrei registros históricos de tais acontecimentos. Neste caso, é impossível prever se o Esperanto ocupará esta posição que, hoje, tem sido ocupada pelo Inglês, como principal língua internacional usada no mundo. Também é impossível prever os resultados/ consequências da adoção do Esperanto como principal língua internacional e de que forma isso seria feito. Portanto, não se pode aplicar ao Esperanto as mesmas críticas aplicadas aos contextos colonizadores de imposição linguística. O futuro do Esperanto e suas consequências são incertas e, dessa forma, se pode pensar apenas no contexto de política linguística abstrata (RAJAGOPALAN, 2013), não há como categorizar a proposta de Zamenhof como certa ou errada, apropriada ou equivocada, porque não tem precedentes históricos, pois o mundo nunca teve uma língua planejada ocupando a posição de principal língua internacional.

O futuro do Esperanto depende do desenvolvimento da sociedade que, atualmente, ainda possui profundas bases nacionalista e colonialista e que vive na constante das relações de poder. Seria possível uma sociedade sem relações de poder? Talvez menos nacionalista, colonialista e individualista? Da forma como o capitalismo vem se desenvolvendo, respostas positivas para estas questões, nos dias atuais, seria utopia. Mas, o Esperanto existe, é real e está aí. O que a sociedade fará dele? Fará alguma coisa? Dependendo das escolhas, o Esperanto pode ser o *Phármakon* (DERRIDA, 1997).

Se o Esperanto, de acordo com minha compreensão, fosse adotado como língua de acolhimento, numa perspectiva de hospitalidade, no contexto internacional, e esqueça aqui a ideia utópica de “compreensão perfeita” e “neutralidade”, de forma que a língua de cada povo fosse respeitada como língua materna, como primeira língua, respeitando-se a diversidade cultural, seria o remédio (DERRIDA, 1997), pois, o fato de não pertencer a uma nação específica, a um povo, é atenuante às relações de poder, fazendo da língua um espaço político de acolhimento. No entanto, a partir do momento em que o Esperanto fosse tomado como a língua de uma nação – e isso quase aconteceu na década 60, quando o italiano Giorgio Rosa

tentou tornar independente uma ilha sob plataformas, em águas marítimas internacionais, nas proximidades de Rimini, na Itália (GOMES, 2020) –, também se tornaria, dependendo do que a nação adotante se tornasse economicamente, uma língua colonialista e o mal poderia se agravar, constituindo-se de um veneno (DERRIDA, 1997) em vez de remediar aquilo ao que resistia, o poder dominador, (trans)formando-se na própria dominação imposição.

3.2 O Esperanto como translíngua

As condições de produção do discurso, como exposto no Capítulo 1, apontam para a conjuntura de que Zamenhof não estava na ordem do discurso dos estudos linguísticos, mais especificamente da disciplina linguística, no século XIX, o que o colocava no polo da exclusão. Na tentativa de inclusão, de ser respeitado, pertencer, conforme problematizado no item 3.1, Zamenhof iniciou o processo de criação de uma língua para exercer a função de língua internacional, o Esperanto. Porém, em vez de ser incluído, de pertencer, como possivelmente almejava, passou a sofrer outro tipo de exclusão, aquele derivado da incompreensão por parte daqueles que se dedicavam à construção da ciência linguística.

Primeiro, o enunciador não era propriamente linguista, não tinha formação específica em alguma área da linguística, mas médico. Sua vontade de verdade não estava apoiada sobre um suporte institucional que a reforçasse e a reconduzisse como uma prática discursiva, o *status* do sujeito estava comprometido e seus dizeres não estavam amparados institucionalmente (FOUCAULT, 2016). Segundo Foucault (2014, p. 17), a “vontade de verdade [...] apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”, mas, como Zamenhof não tinha esse suporte institucional, o discurso coagido era o discurso em prol de uma língua internacional, denominada pelos linguistas de “universal”, pois o discurso linguístico do século XIX preocupava-se com o estudo das diversas línguas, consideradas como sistemas a serem descritos. Dessa forma, Zamenhof reconhecia a necessidade de se vincular ao discurso científico, não apenas por ser médico, mas devido ao positivismo em linguística, preponderante no século XIX, pois a vontade de verdade “é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014, p.

17) e, sobre as línguas, esse saber era reconduzido, distribuído, repartido, atribuído pela disciplina linguística que caminhava para se tornar ciência.

Segundo Foucault (2014), as disciplinas são um tipo de procedimento de controle da distribuição do saber. Para uma proposição pertencer a uma disciplina, fazia-se necessário que esta estivesse inscrita em um determinado horizonte teórico. O autor cita o caso da busca por uma língua primitiva, que também pode ser aplicado à tentativa de se criar uma língua internacional ou universal, que era um tema aceito no século XVIII, mas que, na segunda metade do século XIX, era suficiente “para precipitar qualquer discurso, não digo no erro, mas na quimera e na divagação, na pura e simples monstruosidade linguística” (FOUCAULT, 2014, p. 31). Tanto que Auroux (1998, 2008) coloca as discussões sobre a origem das línguas no campo da Filosofia da Linguagem. E, seguindo esta ideia, a tentativa de defender a ideia de uma língua internacional, ou universal como denomina os linguistas, é uma tentativa de retornar à língua original, utilizando-se de outros nomes e recursos, que consideram não-científicos, cujo objetivo final seria a imposição de uma única língua ao mundo (PÊCHEUX e GADET, 2010; FIORIN, 2016). Em busca do suporte institucional, Zamenhof fez as escolhas teóricas (FOUCAULT, 2016), conforme problematizei no item 3.1, aproximando-se dos discursos cartesiano, positivista e da linguística histórica, por meio do uso do método do comparativismo.

O fato é que essa exclusão do Esperanto e da ideia de uma língua internacional tem sido uma realidade na Linguística, desde o século XIX, quando esta passou a se estruturar como ciência, a partir dos princípios positivistas que ainda encontram-se arraigados a ela até os dias atuais, fazendo com que a língua internacional e/ ou universal fosse o monstro linguístico da segunda metade do século XIX. Dessa forma, defendê-la coloca o enunciador na posição da loucura, do falso, conforme problematizo a partir do recorte 6 (R6):

R6: Nossos pósteros ficarão indignados quando souberem que **os homens que pretendiam introduzir uma língua comum eram tachados de maníacos, infantis, indignos de serem tratados como homens sérios**; que a respeito desses homens qualquer **cabeça de vento** podia **debochar** nos jornais, tanto quanto quisesse, sem que aparecesse alguém para dizer a esses **cabeças-ocas**: “Vocês podem **achar** essas idéias concretizáveis ou não, mas **debochar** delas, **sem conhecê-las**, é vergonhoso, senhores!” (ZAMENHOF, 1988 [1900], p. 10).

O discurso de Zamenhof aponta para o efeito de sentido de que defender a ideia de uma língua internacional o colocava na posição da loucura, suas ideias eram, portanto, rejeitadas, como observa-se no uso dos adjetivos (des)qualificadores “maníacos”, “infantis”, e na expressão “indignos de serem tratados como homens sérios”, expressões utilizadas para se referir a aqueles que pretendiam “introduzir uma língua comum”. O uso do verbo “tachar” traz em sua significação o peso da exclusão, por meio da desqualificação do outro, pois significa “[...] Apontar defeito ou falha em (algo ou alguém); rotular [...]” (BECHARA, 2009, p. 844). Logo, quando há uma rotulação, o significado é sempre pejorativo, exprimindo preconceitos que impactam na constituição da subjetividade. A expressão “eram tachados” aparece sob a indeterminação da identidade daquele(s) que tachava(m), que pode ser representada pelo pronome indefinido “alguém”.

Esse(s) “alguém” são o(s) (O)outro(s) no discurso de Zamenhof, que emergem via heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990), cujas vozes ecoam por meio das expressões adjetivas (des)qualificadoras “maníacos”, “infantil”, “indignos”. Esse (O)outro aponta para a depreciação do sujeito que se posiciona favorável à ideia de uma língua internacional, depreciação esta que contribuiu para a constituição subjetiva de Zamenhof, uma vez que a construção da subjetividade se dá pelo olhar do (O)outro, pelas diferenças entre si e o outro (CORACINI, 2007). Esse discurso do outro objetiva colocar o discurso em prol de uma língua internacional como falso, trata-se de um procedimento que tem o objetivo de controlar, selecionar, organizar e redistribuir o discurso na sociedade, o princípio de exclusão, operando a oposição entre a razão e a loucura, o verdadeiro e o falso (FOUCAULT, 2014).

Há ainda que se considerar a “rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Além do discurso de Zamenhof ser considerado o discurso do louco, na posição do falso, por defender um tema que era rejeitado pela Linguística, no século XIX, o enunciador, conforme já apontado, ainda não era amparado institucionalmente por esta área de conhecimento que caminhava para se tornar ciência, uma vez que não possuía formação na área. Embora fosse um estudioso de línguas, Zamenhof era médico oftalmologista.

Entre os procedimentos de exclusão, apontados por Foucault (2014), pode-se citar que a língua internacional é interdita, pois trata-se de um tabu entre os linguistas, “únicos” sujeitos que possuem o direito privilegiado ou exclusivo para estudar línguas, colocando os

enunciadores não linguistas fora da ordem discursiva, rejeitando esses discursos, separando os discursos sobre línguas entre o discurso da razão e o da loucura, entre o verdadeiro e o falso. O discurso sobre a língua internacional, denominada universal pelos linguistas, era o tipo de conhecimento que povoava as margens da disciplina linguística, o que leva ao efeito de sentido de que o(s) “alguém” que tachava(m) pejorativamente os adeptos de uma língua internacional eram os linguistas. Outros excertos desse discurso contribuem para este efeito de sentido, em que Zamenhof faz emergir certo antagonismo em relação a “nomes importantes” e linguistas, como se pode observar na citação a seguir que, embora seja ampla, se faz necessária:

Se os senhores consideram digno de atenção somente aquilo que tem o apoio de nomes importantes, leiam qualquer obra sobre língua internacional e lá encontrarão uma longa série de famosos e conceituados cientistas [...] os vários Júpiteres contemporâneos, que pensam que qualquer conhecimento, por menor que seja, em relação à essência das línguas artificiais rebaixaria a sua honra e merecimento [...] novos projetistas usam a seguinte esperteza: sabendo que o público avaliará cada projeto de acordo com a opinião que dele tiverem os linguistas, eles cuidam não de que o projeto seja efetivamente adequado para algo prático, mas apenas que ele faça uma boa impressão, num primeiro momento, sobre os linguistas (ZAMENHOF, 1998[1900], p. 11-43)

No excerto, Zamenhof faz referência a uma estratégia discursiva que é específica do meio científico, usar citações de outras pesquisas/ estudos e autores para dialogarem sobre determinado tema, seja para corroborar a pesquisa que está em andamento ou para refutar pesquisas outras. O enunciador não faz uso dessa estratégia de forma recorrente em seu texto, mas quando o faz, compreendo que seja para responder às críticas de um grupo científico que põe em dúvida os critérios científicos de seu trabalho e, conseqüentemente, o seu valor de verdade.

Ao trazer a citação de nomes renomados na área de estudo que desenvolve, Zamenhof almeja colocar-se na ordem do discurso científico, legitimando sua argumentação em torno da língua internacional e o trabalho de composição do Esperanto. Conforme as condições de produção, Zamenhof enviou conteúdos sobre o Esperanto para diversas personas de sua época, entre elas linguistas, escritores, médicos, pessoas dos mais diversos ofícios e deles obteve respostas positivas e negativas, conseguiu adeptos e opositores.

Cabe ressaltar, ainda, como descrito nas condições de produção, a ideia de uma língua internacional era compreendida pelos linguistas como uma tentativa de retorno à língua original ou de elaboração de uma língua universal, temáticas tabus para esta área do conhecimento, tanto que a *Société de Linguistique de Paris* (SLP), por volta de 1870, sob a condução dos linguistas, filólogos e comparatistas, Émile Egger, Michel Bréal, Louis Havet e Gaston Paris, proibiu a comunicação relativa à origem da linguagem ou à criação de línguas universais (AUROUX, 2008; SLP, 2021). Essa interdição da SLP, era motivo suficiente para colocar os dizeres de Zamenhof na posição da loucura ou do falso, tratava-se de uma rarefação do sujeito (FOUCAULT, 2014).

Em R4, Zamenhof também se utiliza do procedimento de rarefação dos sujeitos que falam, ao usar as expressões adjetivas “qualquer cabeça de vento” e “esses cabeças-ocas” para referir-se a aqueles que são contrários a uma língua internacional, colocando-os no lugar do falso, do louco e colocando-os como desamparados institucionalmente para falar sobre a língua internacional, uma vez que fazem críticas “sem conhecê-la”. Sendo assim, há um desejo pelo poder, representado pela vontade de verdade que objetiva legitimar seu dizer (FOUCAULT, 2014).

No enunciado “Vocês podem achar essas idéias concretizáveis ou não, mas debochar delas, sem conhecê-las, é vergonhoso, senhores!”, há o uso das aspas que coloca esse enunciado como “do outro”, na forma de uma heterogeneidade constitutiva, afastando o enunciador daquilo que ele diz (AUTHIER-REVUZ, 1990; 1998). O uso das aspas traz como efeito de sentido que Zamenhof, embora deseje dar essa resposta aos críticos, sejam cientistas ou outros, preocupa-se com as consequências do que enuncia, pois almeja que suas ideias sejam aceitas por esses sujeitos. Isso porque, no exercício da parresía, o parresiasta sabe que corre o risco de ter suas verdades rejeitadas, mas, mesmo assim, ele corre o risco e profere a fala franca (FOUCAULT, 2011) e responde aos seus críticos.

No entanto, ao tentar evitar as consequências do enunciado, utilizando-se das aspas e de expressões polidas como “senhores”, no mesmo recorte, Zamenhof denomina esses mesmos sujeitos de “cabeça de vento” e “cabeças-ocas”. Ao usar as expressões adjetivas (des)qualificadoras, o enunciador parece referir-se aos sujeitos em si, mas no enunciado entre aspas, entendo que a crítica seja dirigida não aos sujeitos, mas ao conhecimento científico que eles professam, uma vez que ao fazerem críticas sobre a língua internacional, fazem-na “sem conhecê-las”, trazendo como efeito de sentido que esses críticos não são em si pessoas sem

inteligência, mas, sim, pessoas descuidadas, que fazem críticas sem antes informarem-se, a simples crítica pelo prazer de fazê-la.

Zamenhof parece temer pela falta de legitimação de sua ideia ou discurso ao referir-se aos cientistas em relação ao conhecimento que constroem, em especial, se esses cientistas forem linguistas. Afinal, em referência às línguas é o linguista que é institucionalizado a falar, condição diferente da de um médico oftalmologista que se propõe a fazê-lo. Cabe resgatar, mais uma vez, a informação de que Zamenhof viveu e desenvolveu seu projeto no século XIX e, naquele período, a ciência estava se consolidando a partir da teoria positivista. Esse processo também foi resultado da passagem do teocentrismo ao antropocentrismo, do romântico ao racional, iniciado com o Renascimento e o Iluminismo, e como forma de legitimação do discurso científico, e estabelecimento da ciência, as posições respaldadas pelo saber científico passaram a ser supervalorizadas, uma vez que se baseava no lógico, racional, em fatos observáveis, com experimentos que poderiam ser testados e comprovados, portanto, garantindo resultados seguros, objetivos e neutros. Dessa forma, questionar o saber científico era/ é uma questão de loucura. Aquele que ousa a fazer tem seu discurso/ dizer desacreditado. Zamenhof não queria/ poderia correr esse risco, considerando a análise de R6, que tem por efeito de sentido o desejo de Zamenhof legitimar seu discurso, a partir de sua filiação à formação discursiva racionalista.

Ao considerar os critérios científicos seguidos para iniciar o Esperanto, o que o enunciador faz não é uma crítica ao saber científico, mas uma crítica a determinadas teorias linguísticas, às quais se contrapõe ao elaborar a língua, cito a arbitrariedade do signo, a impossibilidade de criar uma língua em laboratório. Zamenhof, como mencionado no item anterior, fez escolhas estratégicas, optou por teorias científicas e na área de linguagens para subsidiar o seu trabalho de elaboração do Esperanto. Como afirma Coracini (1991), na ciência surgem teorias diferentes que continuam a existir sem que uma anule a outra. Em nível de exemplo, posso citar o Estruturalismo, o Funcionalismo e o Gerativismo, teorias da Linguística que se contrapõem em diversos aspectos, mas nenhuma anula a existência da outra, tanto que se pode observar a existência de estudos estruturalistas, funcionalistas e gerativistas até os dias atuais. Se fosse necessário vincular o estudo linguístico de Zamenhof a alguma teoria linguística, eu o classificaria como formalista.

Além da expressão “sem conhecê-las”, Zamenhof usa o verbo “achar”, colocando o posicionamento desses sujeitos contrários à língua internacional, na condição de

“achismos”, “[...] supor com alguma convicção [...]” (BECHARA, 2009, p. 11). No quesito “língua internacional”, para Zamenhof, o posicionamento do sujeito cientista é uma suposição. No entanto, apesar de responder às críticas de forma contundente, me parece que Zamenhof não deseja questionar a ciência e o cientista, pois há o efeito de sentido de que ele se considere um cientista.

Como problematizado no item 3.1, Zamenhof, ao elaborar o Esperanto, percorreu os ritos de uma pesquisa científica, com base positivista, preocupando-se com a lógica, o racional, o neutro, a objetividade, com resultados experimentados e testados. O enunciador busca filiar-se à FD racionalista durante todo o discurso, conforme apontam as regularidades discursivas. Porém, o discurso em análise não é um discurso científico, mas político. O enunciador não se refere, como objetivo primordial, aos procedimentos de pesquisa adotados para iniciar o Esperanto. Interpreto que Zamenhof não deseja validar suas escolhas teórico científicas. Algumas reflexões linguísticas e teóricas do processo que resultou na língua são apontadas, mas, a meu ver, para afirmar que por trás da ideia de língua internacional também há ciência.

O propósito dos dizeres de Zamenhof é divulgar e defender a necessidade de se ter uma língua internacional em situações de interação internacionais. Dessa forma, o enunciador não exerce críticas ao saber científico sobre as línguas, uma vez que as línguas são o objeto da ciência linguística. O que Zamenhof faz é uma crítica ao saber desses sujeitos em relação à ideia de uma língua internacional. Quanto a isso, o leitor pode questionar se a ideia de uma língua internacional não é objeto da Linguística. Afinal, é língua!

Segundo Martin (2003, p. 14-15), “A linguística [...] incide sobre um objeto - as línguas e a linguagem – que preexiste a seu estudo”, portanto, “O primeiro objetivo do linguista, assim, é *descrever* o que a realidade lhe propõe”. Para complementar, o autor apresenta os diversos campos de atuação na Linguística: as linguísticas descritiva, teórica, geral, histórica, aplicada e a filosofia da linguagem.

Em relação à linguística aplicada, Martin (2003) explica que esta pode abranger estudos sobre a pedagogia das línguas, o planejamento linguístico, a linguística automática. O autor afirma ainda que a Linguística possui zonas interdisciplinares, em que se constituem a neurolinguística, a sociolinguística, a psicolinguística, resultado da relação da linguística com outras ciências. No que se refere à linguagem, o campo de estudos torna-se transdisciplinar. Considerando as explicações de Martin (2003), elucido que o Esperanto, como qualquer outra

língua, pode ser objeto de estudo da Linguística. É possível descrevê-lo, a partir da perspectiva da linguística descritiva, realizar estudos sobre o planejamento linguístico; analisar um texto em Esperanto; estudar a pedagogia da língua; entre outras circunstâncias e práticas.

Embora o Esperanto não seja uma língua natural, possui todas as características de uma língua natural: fonologia, morfologia, gramática, cultura, história etc. Até mesmo os críticos da ideia de uma “língua universal” reconhecem o Esperanto como uma língua bem estruturada linguisticamente. Gadet e Pêcheux (2010, p. 49), por exemplo, afirmam que, se o Esperanto “[...] teve um sucesso relativo, é provavelmente por causa de sua evidente superioridade linguística”. Ressalto, todavia, que não considero o Esperanto superior a qualquer outra língua, pois cada língua possui a sua especificidade e complexidade. Ao trazer a citação de Gadet e Pêcheux (2010), compreendo a expressão desses autores, “evidente superioridade linguística”, como aplicada ao Esperanto em si mesmo, devido a sua organização linguística que muito o aproxima, estruturalmente, das línguas naturais e não em comparação a qualquer língua em termos de valor.

No entanto, não cabe ao linguista e à Linguística decidirem se uma língua exercerá ou não a função de língua internacional. Esta é uma decisão política, que cabe ao povo. Neste quesito, como afirma Rajagopalan (2013), a posição do linguista deve ter o mesmo peso que a decisão de qualquer outro sujeito na sociedade. Isso porque, para o autor, a política linguística não é da alçada da Linguística, mas, sim, da ciência política. A política linguística, nas palavras do autor, “[...] é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importa(m) para o povo de uma nação, de um estado, ou ainda, instâncias transnacionais maiores” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21).

Rajagopalan (2013) afirma ainda que a formação em Linguística não habilita um linguista a falar sobre política linguística de forma mais “graduada”. O conhecimento do linguista, segundo o autor, “[...] é um conhecimento científico sobre a estrutura e funcionamento das línguas [...]. Mas, conhecimento desse tipo não têm nada a ver com questões que interessam no campo da política linguística” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 23). Sobre a participação do linguista em questões de política linguística, o autor explica que “[...] a política linguística é um campo de atividade onde quem tem a última palavra é o cidadão comum e não o linguista” e complementa que “[...] a única forma de o linguista participar nas

discussões sobre a política linguística é na qualidade de linguista *enquanto cidadão comum*” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 23, grifos do autor).

Zamenhof parece percorrer um raciocínio que se aproxima a esta perspectiva ao afirmar que “nesta questão de língua internacional os linguistas desempenham o último papel[...]” (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 45-46). Considerando essa afirmação e o gesto interpretativo de R6, há o efeito de sentido de que Zamenhof tem o conhecimento de que está a fazer uma proposta no nível do político, considerando ações de política linguística que englobam um planejamento linguístico estruturado para a divulgação e implementação do Esperanto enquanto língua internacional. Esta afirmação corrobora a representação da língua esperanto como uma política da amizade, como um espaço público para o exercício do político.

Ao propor que o discurso de Zamenhof é político e encaixa-se na área de investigação da política linguística, emerge o efeito de sentido de que Zamenhof, enquanto cidadão comum, está habilitado, institucionalizado a falar, está na ordem do discurso político. Segundo Rajagopalan (2013, p. 29), no sentido abstrato, a política linguística está no campo da Filosofia, “[...] não pode ser caracterizada como certa ou errada, apropriada ou equivocada”. No entanto, como um campo concreto, a política linguística pode ser “[...] sempre datada e contextualizada [...], e pode ser caracterizada como bem acertada ou mal pensada, apropriada ou precipitada e assim por diante” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 29). No contexto abstrato de política linguística, Zamenhof encontra subsídio para contestar os posicionamentos anti língua internacional, sejam vindos de cidadãos comuns ou de linguistas. Por outro lado, considerando o campo concreto da política linguística, as ações de implementação de línguas nacionais em contextos de colonização deixam os linguistas receosos quanto as possíveis consequências de implantação de uma língua que com pretensões de ser “a” língua internacional, uma vez que esta pode ser vista como uma forma de homogeneização, universalização, de onde surge a expressão “língua universal”.

Dessa forma, o uso dos adjetivos “internacional” e “universal” para língua provocam embates e são vistos, muitas vezes, como sinônimos. Para problematizar o uso desses adjetivos, trago o recorte 7 (R7) para a análise:

R7: Temer que uma **língua internacional** venha a destruir as **línguas nacionais** é tão ridículo quanto temer que o correio, que permite às pessoas que estão distantes se comunicarem, destrua a comunicação pessoal entre os homens. “**Língua internacional**” e “**língua mundial**” são duas coisas

completamente diferentes, que não devem ser confundidas (ZAMENHOF, 1988[1900], p. 13).

No recorte 7, há a ocorrência das expressões “língua internacional”, “língua nacional” e “língua mundial”. A expressão “língua mundial” é a que tem sido utilizada pelos críticos para se referir a ideia de uma língua internacional. Compreendo e trato a expressão “língua mundial” como sinônimo da expressão “língua universal”, visto que esta última é a que mais aparece nos textos da área da linguística que versam sobre o tema. O adjetivo “mundial” significa “Relativo ao mundo inteiro; universal” (BECHARA, 2009, p. 620). Assim, a “língua mundial” seria a língua do mundo, também denominada de “língua universal”, como fazem referência os pesquisadores em linguística, em que o adjetivo “universal” remete ao “[...] universo. [...] mundial [...]. Comum a todos os homens” (BECHARA, 2009, p. 890). As expressões “língua mundial” e “língua universal” remetem o interlocutor à imposição de uma única língua a todos os homens do mundo, que “se entende a tudo e a todos” (BECHARA, 2009, p. 890), em prol da qual, as outras línguas devem ser marginalizadas até o desuso. Afinal, se existe uma língua do mundo, uma língua comum, não haveria a necessidade de se falar outras línguas.

Para Gadet e Pêcheux (2010), criar línguas universais se trata de um desejo político de terminar com a dificuldade de comunicação entre os homens, mas que na realidade não passa de um desejo de reencontrar a Babel e, que sob “ares científicos”, não passa do retorno daquilo que foi recalcado na Linguística, com a proibição de estudos sobre a língua original, como relato no capítulo 1. Para os autores, qualquer intento de se criar uma língua para exercer a função de “universal” é uma tentativa fascista, a “língua fascista” ou, ainda, “uma língua de madeira socialista”, que é “uma língua fóbica, construída para fazer fracassar de antemão qualquer contradição e se proteger ao falar das massas, do interior de uma estátua de mármore” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 24). No entanto, me questiono: se o Esperanto é uma língua “fascista”, como toda língua feita para ser “universal”, por que regimes fascistas como o Nazismo e o Leninismo a proibiram?

Ainda na obra de Gadet e Pêcheux (2010, p. 37), quando enunciam que “[...] com a constituição dos Estados nacionais, a forma de um projeto político”, colocou “na ordem do dia das revoluções burguesas a ‘questão linguística’: constituição da língua nacional através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa língua nacional”, há o efeito de

sentido de que os autores colocam a “língua universal” em paralelo com a “língua nacional”, passando os efeitos/ consequências dessa última em situações de implantação da primeira. Os autores explicam que, para que o sujeito se torne cidadão, faz-se necessário “se liberar dos particularismos históricos que os entavam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’... e sua língua materna” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 37). Por fim, concluem que a língua, para a sociedade burguesa é uma questão de Estado, “[...] com política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 37).

Dessa forma, baseando-se em políticas linguísticas de imposição de línguas nacionais, Gadet e Pêcheux (2010) enxergam em uma língua, com objetivos de acabar com os entraves de interação entre os homens, uma forma de imposição linguística, de homogeneização. No entanto, não apenas em crítica a Gadet e Pêcheux (2010), mas a qualquer outro crítico ao Esperanto e o objetivo de torná-lo uma língua de interação internacional, questiono se apenas uma língua criada pode ser chamada de universal e, com esse adjetivo, ter intenções homogeneizadoras. A partir dessas postulações teóricas reunidas em análise a R7, observo, como efeito de sentido, que o uso do adjetivo “universal/ mundial” para tratar de línguas planejadas é tendencioso, uma vez que não vejo o mesmo posicionamento ao se falar de uma língua nacional que está a ocupar espaço em contextos de comunicação internacional, como o Inglês. Dessa forma, cabe questionar ainda se essa posição dos linguistas não seria uma ação logofílica, um amor exacerbado às línguas naturais, que leva à exclusão de línguas planejadas. Faço esse questionamento porque defendo o Esperanto como uma alternativa língua internacional e não como a “a” língua internacional. Por ser o Esperanto uma língua planejada, considero-o como uma alternativa de espaço político de acolhimento, hospitaleira, no contexto de interação internacional, em contraposição às línguas nacionais que possam ocupar a função de internacionais, que trazem na sua imposição – uma imposição disfarça de escolha, mas, ainda assim, imposição – os interesses coloniais das nações a que pertencem.

Embora exista algumas críticas à colonialidade do saber (QUIJANO, 2014) em estudos linguísticos, observo, em maior quantidade, estudos que valorizam, por exemplo, o uso do Inglês como segunda língua nas escolas, “a” língua internacional, e, na maioria deles, não há menção à imposição linguística, à colonialidade do saber que se dá por meio da implantação de uma língua estrangeira como segunda língua em um país historicamente

colonizado. Os “defensores” de línguas estrangeiras, como “a” língua internacional, não são chamados nem de loucos e nem de logofílicos, e a imposição de uma língua nacional, que pertence a uma nação economicamente poderosa e que não é a nossa, parece ser um “risco zero” de homogeneização. Há por parte de linguistas que se interessam pelo estudo do Inglês como língua estrangeira no Brasil uma visão de que a língua inglesa deve ser “desestrangeirizada”.

Segundo Rajagopalan (2003, p. 70), “É preciso dominar a língua estrangeira, fazer com que ela se torne parte da nossa própria personalidade; e jamais permitir que ela nos domine”. Porém, inquieta-me a construção de sentido acerca da dominação de nossa própria língua materna, sem sentirmo-nos afetado, transpassado pela língua estrangeira dominadora, como se a maioria dos brasileiros pudessem refletir conscientemente sobre a colonialidade de saber imposta nos/ dos jogos de poder nas línguas estrangeiras, que como o Inglês, por exemplo, pertence a uma nação econômica e politicamente dominante. A meu ver, trata-se de uma imposição colonial de uma cultura, política e economia disfarçada de escolha, como se pudessemos de fato “dominar” essa língua e seus impactos sócio culturais, não nos submetendo a ela. Na história, desconheço um país colonizado que tenha conseguido tal dominação. Tal é o exemplo do Brasil, cuja oficial é o Português, uma língua colonial, sem que se cogit(ass)e qualquer língua indígena falada neste território.

Fica a dúvida, considerando essas discussões, sobre qual é a diferença entre o Esperanto e o Inglês; sobre o porquê de o Esperanto ser a “língua universal” e o Inglês “a língua internacional”, a “querida língua estrangeira” que o Brasil impõe aos seus cidadãos com o apoio de linguistas. Me pergunto se esses linguistas são donos de seu dizer, se o que fazem é consciente. Acredito que não, pois estão inseridos em uma prática discursiva que foi criada e institucionalizada, em especial, pela nação estadunidense. Esses questionamentos podem ser problematizados a partir das relações de poder/ saber, uma vez que há quem ganhe cultural, política e economicamente com o ensino de língua inglesa no mundo e no Brasil. No caso do Esperanto, uma língua “sem dono”, mas “de todos”, não poderia proporcionar esses ganhos individuais/ nacionais, nem oferecer retornos rentáveis às nações que o adotarem. Como afirma Medalla (2010), não é por acaso que o Inglês alcançou um status privilegiado, pois sua disseminação está relacionada à ascensão dos Estados Unidos, pós a Segunda Guerra Mundial, em que a dominação cultural começou a se sobrepor a dominação política e militar,

e para a dominação cultural, a linguagem é a peça central, tanto que o cinema e a música americanos são os mais lucrativos e difundidos do mundo.

Segundo Di Renzo (2012, p. 14), “a ideia de língua nacional está ligada à ideia de Estado, logo, seus limites e fronteiras são, muito antes que territoriais, linguístico-imaginários”. A escolha de uma língua nacional é um dos recursos para a formação de um imaginário de nação. Antes de se tornar Estado, segundo a autora, a nação já está constituída no imaginário, inclusive por uma língua nacional que tem por efeito a homogeneidade e unidade linguísticas, resultados de um processo de colonização. Nesse contexto, a ideia de “língua universal/ mundial” aproxima-se da ideia de “língua nacional” em suas intenções. E Zamenhof parece compreender essa proximidade ao enunciar que “‘Língua internacional’ e ‘língua mundial’ são duas coisas completamente diferentes, que não devem ser confundidas”. Zamenhof não se utiliza das expressões “língua mundial” ou “língua universal” para desvencilhar-se da conotação homogeneizadora e, portanto, colonizadora que tais palavras carregam em seu bojo e que dariam ao Esperanto um sentido pejorativo.

Zamenhof almeja apresentar o Esperanto de uma forma que os homens e as nações acreditem que essa língua não resultará numa perda identitária e do sentimento de pertença linguística e social. Daí a necessidade de diferenciar “língua internacional” de “língua mundial”. O adjetivo “internacional” é composto a partir do prefixo “inter-” que significa “interior; entre; posição intermediária; reciprocidade: intercambiar [...]” (BECHARA, 2009, p. 515) que adicionado ao adjetivo “nacional” significa “Ref. a duas ou mais nações simultaneamente ou o que se realiza entre elas” (BECHARA, 2009, p. 517). “Língua internacional” seria a língua utilizada no intercâmbio entre duas ou mais nações, seria uma língua intermediária entre nações.

Os adjetivos “universal/ mundial” e “internacional” possuem sentidos opostos: o primeiro traz a ideia da homogeneização, da imposição linguística, enquanto o segundo traz a ideia da intermediação, da democratização. Dessa forma, vale retomar que o discurso de Zamenhof é político, voltado para estratégias de políticas linguísticas, em que a língua internacional é representada como um espaço público para o exercício político e que permitiria uma política da amizade. O Esperanto, enquanto uma língua, seria objeto da Linguística e, enquanto língua internacional, objeto das Políticas Linguísticas.

A partir da teoria de estudos de políticas linguísticas, as críticas à língua internacional, assim como o discurso a seu favor, se dão no contexto político, fazendo parte da

política linguística, no seu sentido abstrato, filosófico, em que não há o certo ou errado, o apropriado ou o inapropriado (RAJAGOPALAN, 2013), mas apenas opiniões de sujeitos com diversas formações (oftalmologistas, cientistas, linguistas etc.) e, que neste quesito, encontram-se em “pé de igualdade”.

O Esperanto como espaço público para exercício do político não pode, portanto ser homogeneizador, uma vez que para haver política da amizade faz-se necessário o respeito pela diversidade cultural e linguística, havendo espaço para o transculturalismo e translinguagem (CANAGARAJAH, 2011; GARCÍA e OTHEGUY, 2019). Nesse sentido, o Esperanto rompe com o modelo tradicional de Vestfália, uma vez que para este modelo as línguas são homogêneas e os cidadãos de um determinado estado-nação são monolíngues, onde variações sociolinguísticas e o multilinguismo, pela presença de línguas minoritárias, são uma ameaça à coesão social do Estado-nação (GOBBO, 2017).

Cabe ressaltar que, ao propor a discussão sobre a língua internacional, Zamenhof a resgata enquanto objeto, fazendo circular os seus conceitos (FOUCAULT, 2016), e fazendo emergir o Esperanto como um objeto outro. A emergência desses conceitos em torno do objeto “língua internacional” fará emergir, mais tarde, a Interlinguística, campo teórico da linguística responsável por estudar as “interlínguas”: línguas que servem de intermediárias entre falantes de línguas diferentes (PASSINI, 2008).

Nesta tese, proponho que o Esperanto, além de ser analisado como uma interlíngua, como um objeto da interlinguística, seja analisado a partir da perspectiva da translinguagem, em que as línguas fazem parte de um repertório acessado para fins comunicativos e formam um sistema integrado; em que a competência multilíngue emerge de práticas locais em que vários idiomas são negociados para comunicação, surgindo, então, uma multicompetência que funciona simbioticamente no repertório de línguas do falante, fazendo com que o foco não seja o domínio total de cada língua, mas a construção de repertório (CANAGARAJAH, 2011; GARCÍA e OTHEGUY, 2019).

De acordo com Canagarajah (2011), a translinguagem sempre foi adotada por comunidades em situação de contato, permitindo a negociação de sentidos/ significados entre falantes de línguas diferentes, mas não era adotada como estratégia no ensino de línguas. A translinguagem, para García e Otheguy (2019), é originária de situações de fronteira, onde línguas/ comunidades minorizadas se relacionam com línguas/ comunidades coloniais. Interpreto que Zamenhof, que vivenciava um contexto plurilíngue e havia aprendido diversos

idiomas, praticava em seu cotidiano a translíngua, uma vez que as práticas translíngues, como aponta García e Otheguy (2019), vão além de questões de cunho linguístico, mas incorporam os corpos, os gestos e a vida dos falantes. Nesta perspectiva, há um rompimento com as questões hierárquicas no que concerne as línguas, fazendo da translíngua um “ato político” (GARCÍA e OTHEGUY, 2019).

O Esperanto, assim como a translíngua, como se pode problematizar na análise empreendida nesta tese, é um ato político que rompe com a hierarquização das línguas nacionais. Ao se filiar, em alguns momentos, às FDs nacionalista e colonialista, seu escopo linguístico, social e cultural, Zamenhof propõe um ato de resistência às relações de saber/poder categorizadas como nacionalismo e colonialismo, pois reúne um repertório linguístico que contempla a sua realidade e a realidade de muitos sujeitos que vivem a marginalização social, cultural, territorial, sobretudo linguística, ao terem suas línguas subalternizadas, minorizadas frente a dispositivos de poder excludentes, opressores. O termo “translíngua” ainda não havia sido cunhado na época de Zamenhof, mas, sem o saber, o enunciador propôs uma construção e percepção “translinguística” de interação ao elaborar uma “translíngua”.

Canagarajah (2011) e Ofélia e Otheguy (2019), embora falem sobre translíngua, práticas translíngue, pedagogia translíngue, não estabelecem uma noção para translíngua, pois tratam do contexto interacional, heteroglóssico, que envolve diversos idiomas e não uma língua específica. No entanto, no que se refere ao Esperanto, cunhar esta noção se faz necessário, uma vez que esta língua traz em si as práticas translíngues de Zamenhof, que para elaborar o Esperanto recorreu ao seu diversificado repertório linguístico e ao contexto translíngue em que se encontrava.

Apesar de não ter encontrado uma definição acabada para a noção de “translíngua”, analiso os sentidos dos prefixos “inter-” e “trans-”, para auxiliar no processo de compreensão dos movimentos e deslocamentos de representações que uma língua, como translíngua pode significar. O prefixo “inter-” remete a uma posição de intermediação, algo que está no “interior”, ou “entre” dois pontos (BECHARA, 2009, p. 515), o que permite compreender que, na perspectiva da interlíngua, o efeito de sentido suscita a língua vista como intermediária entre línguas/ povos/ nações.

Tanto a interlíngua quanto as línguas que são intermediadas por ela parecem remeter a elementos isolados, que não se influenciam e não se atravessam, como numa perspectiva monolíngue de ensino de línguas, em que a pureza de cada idioma deve ser

preservada (GARCÍA e OTHEGUY, 2019). Um caminho possível é analisar o Esperanto como uma língua atravessada e atravessadora em sua construção, constituição, ele é afetado pelas línguas que o entretecem (aquelas que foram usadas na sua elaboração), do mesmo modo que afeta a língua daqueles que o apre(e)nde, e torna a ser atravessado, mas, agora, pelas línguas que constituem o sujeito que o fala. Esse entrecruzamento constitutivo das línguas envolvidas é proporcionado pelo prefixo “trans-”, que aponta para os sentidos “além de” e “através de”, contribuindo para a “transformação”, a transcendência (BECHARA, 2009, p. 871) dos elementos envolvidos, sem que se consiga voltar à suposta pureza que detinham.

A translíngua é atravessada por outras línguas e culturas, ao mesmo tempo que as atravessa, linguística e culturalmente. A translíngua é, ainda, atravessada pela subjetividade dos falantes de línguas outras, assim como atravessa a subjetividade desses falantes. E nesse contexto de atravessamentos, essa língua se transforma e provoca transformações nos sujeitos, nas línguas, nas culturas, no fazer político. No processo de atravessar e ser atravessada, essa língua continua sendo ela, mas sempre tornando-se outra, se constitui sucessiva e ininterruptamente. A translíngua já não é mais uma monolíngua e, provavelmente, nunca tenha sido.

A translíngua pode ser qualquer língua no contexto de práticas translíngues, o que faz do Esperanto uma translíngua, mas não como qualquer outra translíngua. No caso do Esperanto, o atravessamento linguístico e cultural não se deu com o seu uso em contextos translíngues, embora esteja sujeito a esse atravessamento enquanto língua viva. O Esperanto nasceu do contexto translíngue, não foi atravessado, nasceu atravessado, é e está em atravessamento, por línguas e culturas, é resultado de um contexto de translíngua. Cabe ressaltar que, o Esperanto não resultou de uma evolução linguística a partir de uma língua natural X, como o Português, o Francês, o Italiano, derivaram do Latim, mas foi elaborado a partir de diversas línguas, das quais, muitas faziam parte do contexto translíngue da Polônia. O Esperanto nasceu translíngue!

Dessa forma, acrescento às translínguas uma sub-categoria – “translíngua *per se*” – na qual se inscreve o Esperanto. Nesta categoria, se inscrevem apenas as línguas planejadas que foram elaboradas a partir de línguas naturais, devido aos atravessamentos linguísticos e culturais que as constituem. Por meio da elaboração de uma translíngua, Zamenhof almejou sanar as falhas e faltas enaltecidas pelos embates linguísticos provocados pelos conflitos de

hierarquizações das/ nas línguas que apre(e)nde, buscando narrar-se, presentificar-se, identificar-se.

O Esperanto aloja o anseio subjetivo de pertencer, de existência. Por meio dessa língua, Zamenhof sonhou que as vozes silenciadas tivessem lugar, vez, quis que a real escuta (ANZALDÚA, 2005) se tornasse um dispositivo de saber/ poder, um lugar político de onde todos pudessem enunciar, enunciar-se e, ao narrarem(-se), libertarem(-se) do silênci(ament)o.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Zamenhof nasceu e viveu na Europa do século XIX, marcada por conflitos políticos e territoriais, caracterizados pela imposição colonial, em especial, no território disputado da Polônia. Neste contexto, sofreu com as diversas faces do preconceito e da exclusão, por ser judeu, por ter nascido em território polonês e por falar línguas pressionadas pela colonização.

Quando se vive em um contexto desses, pode-se encontrar, ao menos, dois caminhos: aceitar o silenciamento ou resistir. Zamenhof optou pelo segundo. A solução: construir uma língua que servisse à interação entre os povos em contextos internacionais. Ele acreditava que a língua era a solução para os conflitos. Se todos se entendessem, de forma perfeita, clara, objetiva, então haveria paz. Mais tarde, descobriria que a língua é apenas uma das estratégias nas relações de poder. Outras estratégias existem: política, economia, educação, entre outras. Mas, Zamenhof tinha acesso apenas a primeira, a língua. E iniciou o Esperanto.

Para intentar este projeto, Zamenhof recorreu aos principais estudos linguísticos de sua época. A partir da problematização da questão de pesquisa ³²⁶, interpreto que a construção do Esperanto está amparada na linguística histórica e no “método” comparatista. Não se eximiu dos estudos da lógica, aproximando-se do formalismo. E estabeleceu os princípios científicos positivistas para sua pesquisa que daria origem a uma “tecnologia”, a língua.

Língua pronta e testada em “laboratório”, Zamenhof passou a se dedicar às ações de divulgação de seu trabalho. Começava, então, o trajeto pelas políticas linguísticas. Ao problematizar a questão 4, compreendo que o enunciador tinha como experiência/vivência a imposição colonial, do exacerbado nacionalismo que as nações colonizadoras ostentavam e impunham ao colonizado. A estratégia que Zamenhof conhecia era a do colonizador e, apesar do objetivo nobre que o motivou a construir o Esperanto, em vários momentos do discurso aproximou-se das estratégias discursivas colonizadoras. Usar o discurso colonial, de acordo com a análise que empreendo, foi uma estratégia para colocar-se na ordem do discurso, legitimar o discurso em prol de uma língua internacional, resistindo a esse mesmo poder colonizador.

²⁶ As questões de pesquisa são retomadas conforme numeração apresentada na Introdução desta tese.

Em busca da verdade, de colocar-se na ordem do discurso, emergem no dizer de Zamenhof, via efeitos de sentido, duas FDs em contraposição, a romântica (referente ao movimento histórico-filosófico do Romantismo) e a racionalista. O discurso vinculado à formação discursiva romântica não tem valor de verdade no meio científico, pois evidencia a subjetividade e não a objetividade requerida pela ciência. Dessa forma, aquele que almejasse que seu discurso fosse considerado uma verdade científica, que desejasse entrar na ordem do discurso científico, deveria enunciar a partir do racionalismo, mais especificamente a partir do racionalismo empreendido pela filosofia positivista de Comte, uma vez que o positivismo era o movimento orientador e legitimador para o fazer científico.

Ao aproximar-se da FD racionalista, conforme problematizo a partir da questão de pesquisa 3, há o efeito de sentido de que Zamenhof deseja ser aceito pela ciência linguística, como forma de legitimar o Esperanto, dado que o cientificismo do século XIX era evidente. No entanto, interpreto que a FD do romantismo prevalece no discurso, fazendo-o um discurso político, em que a FD racional é resgatada para assegurar que a elaboração do Esperanto passou por critérios científicos.

Durante o gesto analítico, ao problematizar a questão 2, pude compreender que, para alcançar o ideal de neutralidade do discurso, Zamenhof usa a expressão “língua internacional” como sinônimo de “Esperanto”. O enunciador não defende apenas a ideia de uma língua internacional, mas o Esperanto como “a” língua internacional. Neste sentido, as representações de língua que problematizo nesta pesquisa não são sobre uma língua internacional, mas sobre o Esperanto.

Considerando a noção de sujeito que orienta a análise, compreendo que as representações de língua no discurso são oriundas de uma constituição subjetiva do enunciador. Dessa forma, ao problematizar a questão 1, interpreto, via efeitos de sentido, que o enunciador se sentia incompreendido, portanto, não aceito, excluído. O enunciador desejava ser aceito e, dessa forma, pertencer, provavelmente, como sujeito e como cidadão. Nesta perspectiva, Zamenhof busca o outro para, juntos, agirem em prol do pertencimento e do exercício do político, em que a língua internacional representa o espaço público, de ação, que permite esse exercício do político por meio de uma política da amizade. A criação de uma língua internacional vem a ser resultado do processo de exclusão identitária: a exclusão do sujeito, o silenciamento identitário.

Ainda em relação a problematização da questão 3, observo que o Esperanto nasceu como um ato político de resistência, quando Zamenhof, um sujeito fronteiriço, se encontrava em uma situação fronteiriça, em que diversas línguas estavam em contato. Compreendo, assim, que Zamenhof, muito antes da emergência do termo “translinguagem”, vivenciava contextos de práticas translíngues e elaborou o Esperanto a partir dessas práticas. Sem o saber, elaborou uma língua que é uma “translíngua *per se*”, que questiona as hierarquizações das línguas nacionais, possibilitando o vislumbre de um forma de interação que contemple cada um em sua singularidade, sem os critérios de dominação, exclusão, para que todos possam se sentir acolhidos, respeitados, visibilizados, ouvidos. O Esperanto, como uma translíngua, apresenta uma estratégia de uso de repertórios linguísticos que merece ser investigado a partir das teorias de translinguagem.

Para que o Esperanto se torne um espaço público que permita o exercício do político, uma política da amizade, precisa ser aceito como esse espaço de discurso e ação. É em prol dessa aceitabilidade que Zamenhof publicou os seus dizeres. O futuro da língua e seus resultados dependem de que a língua seja de fato aceita, escolhida, acolhida. Por isso, um discurso político que almeja assegurar-se também pelo discurso científico, a fim de ser legitimado, estar na ordem do discurso.

Com o objetivo de conferir verdade aos seus dizeres, entrar na ordem discursiva científica e tornar o Esperanto aceito, Zamenhof exerceu a parresía, assumindo riscos econômicos, políticos e de direito à vida. O enunciador exerceu a parresía que também lhe foi negada por não ser um “cidadão bem-nascido”, por não estar institucionalizado a falar, seja no campo político por ser judeu ou no campo linguístico por não ser um linguista.

Colocar-se na ordem do discurso, como problematizo a partir da questão 4, não era uma “tarefa” fácil para Zamenhof, uma vez que a língua internacional era vista pelos linguistas como a língua universal, tabu linguístico que foi alvo de proibições, cuja menção colocava qualquer enunciador na posição do falso. Além de excluído enquanto judeu e por falar a língua desse povo, Zamenhof também foi excluído por suas ideias linguísticas, fazendo com que a exclusão por questões linguísticas, seja por falar línguas colonizadas ou por propor uma língua internacional, resultasse em resistência.

Cabe ressaltar que o Esperanto, como qualquer outra língua, pode ser objeto de estudo da Linguística. É possível descrevê-lo, a partir da perspectiva da linguística descritiva, realizar estudos sobre o planejamento linguístico; analisar um discurso em Esperanto; estudar

a pedagogia da língua. Embora o Esperanto não seja uma língua natural, possui todas as características de uma língua natural: fonologia, morfologia, gramática, cultura, história etc. No entanto, não cabe ao linguista e à Linguística decidirem se uma língua exercerá ou não a função de língua internacional. Esta é uma decisão política, que cabe ao povo. O linguista, nesta perspectiva, pode também manifestar sua opinião, mas como cidadão comum.

Ao propor que o discurso de Zamenhof é político e encaixa-se na área de investigação da política linguística, há o efeito de sentido de que Zamenhof, enquanto cidadão comum, está habilitado, institucionalizado a falar, está na ordem do discurso político. Diante dessa afirmação e da análise empreendida, observo que Zamenhof tem o conhecimento de que está a fazer uma proposta no nível do político, considerando ações de política linguística que englobam um planejamento linguístico estruturado para a divulgação e implementação do Esperanto enquanto língua internacional. O que corrobora, conforme problematizo a partir da questão 2, a representação da língua esperanto como um espaço público para o exercício do político por meio de uma política da amizade.

No contexto abstrato de política linguística, Zamenhof encontra subsídio para contestar os posicionamentos antilíngua internacional, sejam vindos de cidadãos comuns ou de linguistas. Por outro lado, no campo concreto da política linguística, as ações de implementação de línguas nacionais, em contextos de colonização, deixam os linguistas receosos quanto as possíveis consequências de implantação de uma língua com pretensões de ser “a” língua internacional, uma vez que esta pode ser vista como uma forma de homogeneização, universalização, de onde surge a expressão “língua universal”. As expressões “língua mundial” e “língua universal” remetem o interlocutor à imposição de uma única língua a todos os homens do mundo, em prol da qual, as outras línguas devem ser marginalizadas até o desuso. Ao se utilizar de itens lexicais da FD nacionalista e colonialista, Zamenhof acaba contribuindo para posicionamento de medo.

No entanto, partindo da problematização da questão 4, há o efeito de sentido de que o uso das FDs nacionalista e colonialista é uma estratégia para contornar a interdição que pode ser imposta pelos colonizadores à língua internacional. Ao usar essas FDs e intentar um discurso que transmita aspecto de neutralidade, o enunciador não ataca os colonizadores diretamente, resguardando a língua internacional que é a sua estratégia de resistência a esse poder colonizador.

Há o efeito de sentido, ainda, de que Zamenhof utiliza-se de outra estratégia para resistir ao poder colonizador, elaborou o Esperanto a partir das principais línguas da colonização, línguas de origem romano-germânicas, que tem um extenso histórico de processos coloniais. Ao usar essas línguas, o enunciador almejou que esse poder não se voltasse contra o Esperanto que, por ser composto a partir dessas línguas, poderia ser aceito por seus falantes e, conseqüentemente pelas nações que as tem por línguas nacionais. Se aceito por essas nações historicamente colonizadoras, o Esperanto, então, cumpriria o seu papel de língua internacional e teria menos obstáculos para ser aceito por outros povos/nações, em especial, aqueles que, assim como a Polônia, vivenciav(r)am contextos de colonização.

A partir, ainda, da problematização da questão 2, compreendo que há a representação do Esperanto como resistência, pois Zamenhof não se sentia pertencente a uma nação, estava no não-lugar, um lugar não reconhecido como próprio, um entre-culturas, entre-línguas, pois não havia um sentimento de pertença. No entanto, o desejo de pertencimento ficou recalcado. Para suprir o desejo da falta de pertencer, considerando a problematização da questão 1, ele assume a posição de “cidadão do mundo”. Ele não deixa de pertencer, pertence ao mundo, embora seu desejo fosse pertencer a uma nação. Porém, mediante o nacionalismo, Zamenhof não pertence a uma nação e também não pertence a um território, e, dessa forma, faz do Esperanto um “território imaginário”, o seu lugar de pertencimento.

Zamenhof recorreu às estratégias de criação de uma nação, considerando que esta é criada, primeiro, no imaginário, desenvolvendo o senso de pertencimento através de uma língua, de uma bandeira e assim por diante. Porém, em vez de essa nação ter uma língua, entendo, a partir da problematização da questão 2, que a língua é a própria nação, é a “língua-nação” e, como tal, um “território imaginário”, um espaço público que permite o exercício do político, por meio de uma política da amizade. Trata-se de um espaço para relações de posicionamentos. Embora não possa ser localizável, é um espaço real e, portanto, não pode ser considerado nem utopia e nem heterotopia.

Por considerar que ainda não há termos para denominar este espaço real não localizável, apresento a noção de *glossotopia*. Esta noção não é uma denominação abrangente, pois, depois de muito refletir, não identifiquei outro espaço como este a não ser a língua. Por isso, *glossotopia*. Não apenas a língua esperanto é este tipo de espaço, mas qualquer língua que venha a ocupar uma posição de resistência. Qualquer língua que assuma uma posição de

resistência, tornando-se espaço de pertencimento, espaço público de posicionamentos, o lugar em que o excluído encontra espaço e ao qual pertence, mesmo que não localizável, pode ser chamada de uma *glossotopia*, a “língua-lugar”, um lugar da resistência. Além do Esperanto, posso citar outras *glossotopias*: a Língua Brasileira de Sinais, as línguas indígenas, e assim por diante.

O Esperanto enquanto língua de resistência, implica o retorno às reflexões do contexto concreto de política linguística. Como já afirmei, as línguas nacionais são apenas uma das estratégias colonialistas e nacionalistas, pertencem a uma nação, com território, política e economia. O Esperanto, por sua vez, não pertence a uma nação embora tenha uma origem localizável em território geográfico, e com a ausência de nação, vem a ausência de poder político e econômico. Neste caso, é impossível prever se o Esperanto ocupará esta posição que, hoje, tem sido ocupada pelo Inglês.

Também é impossível prever os resultados/ consequências da adoção do Esperanto como “a” língua internacional e de que forma isso seria feito. Portanto, não se pode aplicar ao Esperanto as mesmas críticas aplicadas aos contextos colonizadores de imposição linguística de línguas nacionais. O futuro do Esperanto e suas consequências são incertas e, dessa forma, se pode pensar apenas no contexto de política linguística abstrata, pois não há como categorizar a proposta de Zamenhof como certa ou errada, apropriada ou equivocada, porque não tem precedentes históricos como nos casos de uma política linguística concreta.

De acordo com a análise e com o que foi explanado até o momento, ressalto que os objetivos traçados para esta pesquisa foram alcançados, bem como as questões de pesquisa foram problematizadas ao longo da tese, conforme às retomei nestas considerações, resultando na confirmação da hipótese: as representações de língua no discurso de divulgação do Esperanto são atravessadas pelo interdiscurso positivista e pelas formações discursivas colonialista e nacionalista, que, por excluírem questões de subjetivação, identitárias e de diversidade linguístico-cultural, podem resultar na não aceitabilidade da proposta de uma língua internacional. Interpreto, portanto, que o Esperanto não foi adotado como “a” língua internacional pelo fato de o interdiscurso positivista e das citadas FDs sobressaírem-se à representação de língua como caminho para o pertencimento do sujeito.

A partir da confirmação da hipótese, minha tese é de que as relações de poder/ saber são considerável entrave para a adoção do Esperanto como “a” língua internacional, em especial, quando o discurso de divulgação prioriza o interdiscurso positivista, marginalizando

as problematizações sobre questões identitárias. Neste sentido, faz-se necessário que o movimento esperantista desvincule-se de alguns aspectos do discurso de divulgação original que se concentram mais em aspectos da língua que consideram o sujeito uno e consciente. Em outras palavras, sugiro um afastamento do discurso de divulgação do Esperanto que foi elaborado no século XIX, pois os tempos são outros.

Atualmente, compreendo o Esperanto como uma das possibilidades de língua internacional. Dessa forma, não faz sentido divulgar o Esperanto como “a” língua internacional, mas, sim, como uma língua que é espaço público para o exercício político, espaço de acolhimento, de hospitalidade, de diversidade, de respeito. Portanto, o pensamento de que se trata de uma língua que permite a perfeita comunicação, de que é neutra, fácil, não contribuem para a adoção do Esperanto, contradizendo-o como espaço público de exercício político, como espaço de resistência e de acolhimento da diversidade.

Do discurso de divulgação inicial, apenas o ideal de fraternidade é o que pode ser mantido, voltado para o incentivo à inclusão, desenvolvimento do senso de pertencimento, valorização da diversidade linguística e cultural, respeito ao próximo. Nesse caso, a língua pode contribuir para contextos interacionais fraternos, sem a anulação da diversidade e das diferenças.

Para muitos, conforme problematizo nesta tese, o Esperanto, devido ao discurso de torná-lo “a” língua internacional, associado pelas pessoas como “universal”, é visto como utópico e utopias são vistas de forma pejorativa, distantes, inalcançáveis, irrealizáveis. Por ser considerado uma utopia, por conta do desconhecimento sobre o que realmente seja, o Esperanto já foi morto (assassinado) muitas vezes, por governos totalitários, por linguistas, por céticos. Seu atestado de óbito foi dado, enquanto seu corpo, na forma do movimento esperantista, nunca deixou de respirar. Embora sem notoriedade midiática, o movimento esperantista continua ativo conforme descrevo nas condições de produção dos estudos aqui reunidos e empreendidos.

Se uma utopia parece irrealizável, não é inútil, pois como afirma Eduardo Galeano, em citação disponível como epígrafe dessa tese, a utopia serve para que nunca se deixe de caminhar. A língua internacional e o mundo unido de Zamenhof, o comunismo de Karl Marx, “A República” de Platão, o homem bom de Rousseau, são exemplos de ideias que para a sociedade são utópicas. No entanto, mesmo que essas ideias não tenham se tornado

praticáveis em sua totalidade, proporcionaram reflexões e contribuíram para que a sociedade evoluísse ou, ao menos, possibilitou que a resistência se levantasse.

A utopia pode levar há algum lugar, é uma inquietação acerca de algo que não está promovendo bem-estar, seja social, econômico, político, para si e/ ou para a coletividade e que, portanto, carece de mudanças. Esse lugar pode ter falhas, mas é um lugar melhor do que o que se tinha antes. Em vez de criticar ferozmente as utopias e levá-las a uma morte prematura, forçada e, por vezes, uma falsa morte, a sociedade atual precisa começar a olhá-las e refletir sobre elas, olhando para as possibilidades de melhorar algo que não está bom. O assassinio irracional de uma suposta utopia, por medo ou preconceito, pode significar a falta de confiança no potencial humano. Extraíamos delas o que elas tiverem de melhor!

O Esperanto, para mim, não é uma utopia. O vejo como possibilidade. Afasto-me daquilo que considero utópico ao falar dele: a ideia de que a comunicação pode ser perfeita, infalível, neutra, solução para todos os conflitos, como defendia Zamenhof. Faço o convite para que o leitor também o veja como possibilidade real, como espaço público para o exercício político, espaço de resistência, uma vez que, considerando as problemáticas da sociedade atual, uma sociedade em rede, conectada, tecnológica, em que a identidade e a subjetividade precisam receber a devida atenção, o Esperanto pode se destacar como uma língua humanitária, humanizadora.

Como uma “*translíngua per se*”, o Esperanto traz em seu bojo um repertório linguístico amplo, que pode contribuir para a interação em rede, num cenário de plurilinguismo complexo, a partir de práticas translíngues. E, como uma *translíngua*, o Esperanto não inviabiliza outras línguas. Pelo contrário, devido ao seu amplo repertório, outras línguas são convidadas para o contexto de interação, proporcionando uma negociação de sentidos.

A diversidade linguística passa a ser valorizada como ferramenta e as línguas minorizadas são convidadas ao contexto de uma prática translíngue. Dessa forma, o Esperanto, como *translíngua*, não está fadado a um monopólio monolíngue, cujo ensino e imersão completa estão destinados a uma elite dominante, corroborando práticas de exclusão. A característica translíngue do Esperanto facilita a promoção da inclusão social, o senso de valorização de línguas e abre caminhos para a aprendizagem de diversas línguas.

Por isso, convido os linguistas para que se aproximem das questões da política linguística, mas não apenas àquelas que se referem ao planejamento linguístico, mas a política

linguística que pensa nos impactos sociais e culturais da implantação de línguas nacionais, em qualquer contexto colonial, inclusive na colonialidade do saber. Faz-se necessário, em Linguística, afastar-se do século XVIII, quando se acreditava que tudo era um retorno à origem, uma busca incessante em desvendar os “segredos de Deus”. Os tempos são outros! Faz-se necessário deixar de olhar para o Esperanto como uma proposta de homogeneização e universalização, mas olhá-lo como uma alternativa ao contexto de colonização em que diversos povos no planeta tem vivido por tantos séculos. A única garantia histórica e científica que temos é que as línguas nacionais não podem e seus falantes não querem fazer com que o processo colonial termine. As relações de poder sobre o saber estão aí. Parece não haver fim para elas, mas entre elas, há, sempre, resistência.

Por fim, faço um convite aos esperantistas: se desejam que o Esperanto prospere e cumpra sua função política, que seja aceito acadêmica e cientificamente, faz-se necessário começar a olhá-lo com os “olhos da ciência”, ir além do que move os interesses das comunidades esperantistas, sejam estas motivações religiosas, filosóficas, políticas. Sem o estudo científico, o Esperanto estará fadado a viver sobre as muletas de movimentos em que ele não é prioridade.

Os estudos científicos possibilitam que se desenvolva cursos de formação na língua, formais e estruturados; que materiais didáticos, com base na teoria de ensino de línguas, sejam organizados; que o ensino dessa língua às crianças seja estruturado, considerando-se os aspectos do desenvolvimento infantil; que cursos na língua sejam ofertados como habilitação nos cursos de Letras; que sejam formados professores de Esperanto que possam atuar nas escolas e universidades, contribuindo para que um dia o citado projeto de Lei 6.162/ 2009, seja votado no congresso nacional. É hora de romper com o preconceito acadêmico em relação ao Esperanto e inscrever projetos de pesquisa sobre a língua nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil.

Após essa empreitada analítica e as considerações, que passam longe de serem finais, ressalto que, em se tratando de AD e suas possibilidades teóricas, bem como de processos de subjetivação, outras possibilidades de interpretação podem surgir em relação ao texto que analisei nesta tese. Inclusive a sua, leitor! Assim, não tenho a pretensão de que esta análise seja a única, nem mesmo que todos a aceitem como única verdade. No entanto, espero ter contribuído para as discussões até aqui postas, que sob meu ponto de vista, aguçam o dissenso.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/ 2005. p. 704-719.
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Trad. Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 19, jul./ dez. 1990. p. 25-42.
- _____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BARBOZA, Josias Ferreira. *Esperanto por lernejoj klasoj: paroliga metodo kun ekzercaro 2*. Brasília: Unio Planeda; Brazila Esperanto-Ligo, 2010.
- _____. *Esperanto por lernejoj klasoj: situaci-komunika aliro kun ekzercaro 1*. 2. ed. Brasília: Unio Planeda; Brazila Esperanto-Ligo, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENEVIDES, Pablo Severiano. Verdade e Ideologia no pensamento de Michel Foucault. In: *Estudos Contemporâneos da Subjetividade – ECOS*. V.3. n.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1084> Acesso em: 21/ 09/ 2020.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.
- BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A História do Povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. *Projeto de Lei 6.162/ 2009*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=454210> Acesso em: 15/03/2018.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da linguística*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CANAGARAJAH, Suresh. Translanguaging in the classroom: Emerging issues for research and pedagogy. In: *Applied Linguistics Review*. Volume 2. 2011. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110239331.1/html> Acesso em: 04/06/2021.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira: história e antologia*. 5. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Bertrand, 1992.

CAVALHEIRO, Pedro Jacintho; RUSILO, Luiz Carlos. *Breve panorama da Língua Internacional Esperanto: levantamento sobre seu uso e ensino em âmbito nacional*. São Paulo: Z-editorial, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Iniciação à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.

COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva [1930/ 42]. Trad. José Arthur Giannotti. In: *Os pensadores: Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

_____. *A celebração do outro*. Arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). Trad. Heloísa M. Rosário. In: *Cadernos de Tradução (6)*. Porto Alegre, 1999. p. 5-18.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.

_____. *O monolinguismo do outro: ou a prótese de origem*. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Carvalhido, 2001.

_____. *O mal de arquivo*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001b.

_____. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DIAS, Alberto Emerson Werneck. *Renovação lexical do esperanto: mecanismos de formação de neologismos*. Brasília: UnB, 2007. (Dissertação de mestrado).

DI RENZO, Ana Maria. *O Estado, a Língua Nacional e a Construção das Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2012.

DRUCIAK, Carmem Lúcia. *Traduzir o esperanto lírico de Henri Michaux: um projeto de tradução*. Curitiba: UFPR, 2004. [Dissertação de Mestrado].

E@I, Educação na Internet; ILEI, Língua Internacional de Professores de Esperanto. Trad. Rodrigo Cyrino e Vitor Luiz Rigoti. *Descubra o Esperanto: uma língua fascinante*. Disponível em: http://esperanto.org.br/info/dok/diversaj/malkovru_esperanton_pt.pdf Acesso em: 27/04/2021.

ESPERANTO BRASIL. *Pós-graduação em Esperanto*. Disponível em: <http://www.esperanto.com.br/pos-graduacao-em-esperanto-na-polonia/> Acesso em: 14/03/2018.

ETHNOLOGUE. *Ethnologue: languages of the world*. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/world> Acesso em 12/01/2018.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27- 52.

FERREIRA, Taciane Domingues. *Diálogos entre Volóchinov e Humboldt na filosofia da linguagem: a participação do idealismo na síntese marxista*. São Paulo: USP, 2020. [Tese de doutorado].

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: _____. (Org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013, p. 13 – 44.

_____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade. In: *Revista de Comunicação e linguagem*. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223

_____. *Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Outros espaços. In: _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

_____. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Annus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

_____. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

GARCÍA, Ofélia; OTHEGUY, Ricardo. Plurilingualism and translanguaging: commonalities and divergences. In: *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*. Routledge: 2019. Disponível em: <https://ofeliagarcia dot org files wordpress com/2019/04/garcia-otheguy plurilingualism and translanguaging commonalities and divergences pdf> Acesso em: 08/06/2021.

GOBBO, Federico. Beyond the Nation-State? The Ideology of the Esperanto Movement between Neutralism and Multilingualism. In: *Social Inclusion*, Volume 5, 2017. p. 38–47.

GOMES, Giovanna. Micro-nação no mar: a verdadeira saga por trás de “A incrível história da Ilha das Rosas”, da Netflix. In: *Aventuras na História*. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-verdadeira-saga-por-tras-de-a-incrive-historia-da-ilha-das-rosas-da-netflix.phtml> Acesso em: 08/02/2021.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: HUCITEC, 1992.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; et al. (ORGs). *Memória e história na/ da análise do discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 67-89.

JANSON, Tore. *A história das línguas: uma introdução*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015.

JURACH, Ivanise. *O funcionamento da noção de língua em instrumentos midiáticos de divulgação linguística*. Santa Maria: UFSM, 2011. [Dissertação de Mestrado].

KORZHENKOV, Aleksandr. *Zamenhof: the life, works, and ideas of the author of Esperanto*. Trad. Ian M. Richmond. Washington: Esperantic Studies Foundation, 2009.

KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *O caráter verbo-nominal do aspecto em esperanto*. Rio de Janeiro: UFF, 2009. (Tese de doutorado).

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LE GOFF, Jacques. *Uma breve história da Europa*. Trad. Maria Idalina Ferreira Lopes. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1967.

LIMA, Roceli Pereira. *Promoção do interesse em criança com autismo a partir de uma plataforma educacional assistiva com fantoche eletrônico*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. [Tese de Doutorado].

LORENZ, Francisco Valdomiro. *Esperanto sem mestre*. 9. ed. Brasília: FEB, 1996.

MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário linguístico. In: *Linguagem em (Dis)curso, Tubarão*, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, F. et al (Orgs.). *Memória e História na/ da Análise do discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 125-142.

MARTIN, Robert. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.

MASCIA, Márcia Aparecida Amador. *Investigações discursivas na pós-modernidade: (uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira)*. Campinas: Mercado das Letras/ FAPESP, 2002.

MATTOS, Geraldo. *Discussão da polêmica sobre os participios em esperanto*. Curitiba: UFPA, 1986. (Tese para concurso de professor titular apresentada ao Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas).

MEDALLA, Daniela Quirino. Esperanto versus English: a comparison between two bridge languages. In: *Revista YAWP*, Ed. 5, 2010. p. 124-134.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

MERINO, Lucyla Tellez. *A eficácia do conceito de trabalho docente nas relações trabalhistas*. São Paulo: USP, 2011. [Tese de Doutorado].

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas: UNICAMP, 2012.

MILANI, Sebastião Elias. *Aspectos historiográficos-linguísticos do século XIX*: Humboldt, Whitney e Saussure. Jundiaí: Paco Editorial, 2012a.

_____. *Historiografia linguística de Wilhelm von Humboldt*: conceitos e métodos. Jundiaí: Paco Editorial, 2012b.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Karina Gonçalves de Souza de. *Adaptação de empréstimos em esperanto*. São Paulo: USP, 2016. (Dissertação de mestrado).

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou Recortar? In: *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. Destrução e construção do sentido: um estudo da ironia. In: *Discursividade*. Edição nº 09 - Janeiro/ 2012 – Maio/ 2012. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf> Acesso em: 23/10/2018.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade*: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PASSINI, José. *Esperanto*: estudo comparativo do esperanto com outras quatro línguas planejadas e com o português. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978. (Dissertação de mestrado).

_____. *Esperanto*: descrição e avaliação de uma língua internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. (Tese de doutorado).

_____. *Bilinguismo*: utopia ou solução? Campinas: Pontes, 2008.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. *As grandes teorias da linguística*: da gramática comparada à pragmática. Trad. Maria do Rosário Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística*: objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso*: estrutura ou acontecimento? Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Análise Automática do Discurso (ADD 69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani; et. al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 61- 161.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani; et. al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 163- 252.

PÍRON, Claude. *O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso*. Trad. Ismael Mattos Andrade Ávila. Campinas: Pontes; Brasília: BEL, 2002.

PRIVAT, Edmond. *A vida de Zamenhof: iniciador do esperanto*. Trad. Alberto Bonfim. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1960.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CLACSO (Conselho Americano de Ciências Sociais). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/ descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-327.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine et. al. (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2013. p. 19-42.

RÓNAI, Paulo. *Babel e Antibabel: ou o problema das línguas universais*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ROSA, Andréa Marques. *Aspectos Morfológicos do Terena (Áruak)*. Três Lagoas: UFMS, 2010. [Dissertação de Mestrado]

SANTIAGO, Izabel Cristina Oliveira. *O que é o Esperanto?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos Santos. Uma resposta à questão do esperanto como proposta de língua universal sob a ótica da problemática das identidades. In: *Revista Letras*. v. 12, n. 13, 2010. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2417/1542>
Acesso em: 13/10/2016.

SCHOR, Esther. *Bridge of words: Esperanto and the dream of a Universal Language*. New York: Metropolitan Books, 2016.

SILVEIRA, Eliane. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

SILVESTRO, Marco Alves. *O papel da foto na hipermídia*. São Paulo: PUC/SP, 2009. [Dissertação de Mestrado].

SLP. Société de Linguistique de Paris. *Histoire de la SLP*. Disponível em: <https://www.slp-paris.com/histoire.html> Acesso em: 04/06/2021.

TIHANOV, Galin. *Narrativas do exílio: comopolitismo além da imaginação liberal*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

UEA. Universala Esperanto-Asocio. *O que é UEA?* Disponível em: <https://www.uea.org/info> Acesso em: 14/03/2018.

_____. Universala Esperanto-Asocio. *O 106º Congresso Mundial em Belfast, Irlanda do Norte*. Disponível em: <https://uea.org/kongresoj> Acesso em: 15/02/2021.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

ZAMENHOF, Lázaro Luíz. *Eperanto: Essência e futuro da idéia de língua internacional*. Trad. Ismael Gomes Braga. 3. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1937.

_____. *Essência e futuro da idéia de uma língua internacional* [1900]. (Esenco kaj estonteco de la ideo de lingvo internacia). Trad. Itacir Luchtemberg. Goiânia: Zamenhof, 1988.

_____. *Fundamento do Esperanto*. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B0gooOS0LymHb2t6cl92blduYm8/edit> Acesso em: 15/03/2018.

ZAMOYSKI, Adam. *História da Polónia*. Lisboa: Edições 70, 2010.